

EXPLORANDO FONTES, ARQUIVOS E REPOSITÓRIOS
PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Organizadores
Joaquim Tavares da Conceição
Cristiano Ferronato

ISBN:
978-85-8413-606-3



Criação Editora

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria de Menezes
Christina Bielinski Ramalho
Fábio Alves dos Santos
Gilvan Rodrigues dos Santos
Ítalo de Melo Ramalho
Jorge Carvalho do Nascimento
José Afonso do Nascimento
José Eduardo Franco
José Rodorval Ramalho
Justino Alves Lima
Luiz Eduardo Oliveira
Martin Hadsell do Nascimento
Rita de Cácia Santos Souza

EXPLORANDO FONTES, ARQUIVOS E REPOSITÓRIOS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Organizadores
Joaquim Tavares da Conceição
Cristiano Ferronato



Criação Editora

Aracaju (SE) | 2025

Copyright 2025 by
Joaquim Tavares da Conceição
Cristiano Ferronato

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da Lei de regência. Poderá ser reproduzido texto, entre aspas, desde que haja expressa marcação do nome do autor, título da obra, editora, edição e paginação.

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico
da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico e capa
Adilma Menezes

Imagens da capa. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação
e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap)

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Isadora Pelosi CRB-5/2059

E96 Explorando fontes, arquivos e repositórios para a escrita da História da Educação / Organizadores: Joaquim Tavares da Conceição e Cristiano Ferronato. – Aracaju: Criação Editora, 2025.
218p. figs; fotografias.
E-book
ISBN 978-85-8413-606-3

1. História da educação. 2. Arquivos. 3. Repositórios. I. Conceição, Joaquim Tavares da (org.) II. Título.

CDU: 37(091)

Este livro foi financiado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq), por meio do Edital Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT N^o 18/2021 (Processo: 407717/2021-8).

*A' dileta e fillada
Felicite oradora*

PREFÁCIO

UM LIVRO A SER SAUDADO...

De um lado o esquecimento nos amedronta [...] De outro saudamos como uma pequena felicidade o retorno de um fragmento arrancado, como se diz, do esquecimento. (Ricoeur, 2007, p. 427)

A abertura e a visibilidade de estudos da História da Educação a outras temáticas descortinou horizontes e territórios que permaneciam esquecidos e pouco reconhecidos e que fizeram emergir pesquisas sobre cultura material da escola, acervos escolares, arquivos pessoais de professores e professoras, entre outras. A presença de tais temáticas em eventos e pesquisas contribuiu para ressignificar documentos memoriais, produzidos e conservados tanto por iniciativas pessoais como pelas instituições escolares, por exemplo. Esta possibilidade está a propiciar a formulação de políticas públicas de proteção, conservação, salvaguarda e valorização de materiais reconhecidos como integrantes do patrimônio cultural escolar, desenhando um novo cenário no espaço da pesquisa histórica e educacional, revitalizando novas práticas e alargando sua concepção como Patrimônio Histórico-Educativo.

Entendido como aqueles “bens/artefatos, materiais e/ou imateriais resultantes e/ou produzidos em contextos educacionais formais e/ou não formais situados temporal e espacialmente”. (Silva, 2020, p. 206)¹, o Patrimônio Histórico-Educativo está ligado, es-

¹ SILVA, Cristiani Bereta da. Patrimônio educativo. In: CARVALHO, Aline; MENE-GUELLO, Cristina (org.). Dicionário temático de patrimônio. Debates contemporâneos. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2020. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/10.7476/9786586253696> Acesso em 08/03/2025

sencialmente, ao campo educativo e se consolidou como lugar que abriga memórias da educação formal e informal e como possibilidade de entender suas culturas em diferentes tempos.

A emergência, a profusão e a qualidade de pesquisas com esta temática na área da História da Educação evidenciam uma alentada trajetória, desde 2007, que alicerçou a criação da RIDPHE (Rede Iberoamericana para a Investigação e a Difusão do Patrimônio Histórico-Educativo), durante o Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino-Americana, em Buenos Aires reunindo pesquisadores nacionais e internacionais. Em 2012 foi organizado na Unicamp/SP o I Simpósio Iberoamericano: História, Educação, Patrimônio-Educativo, que reuniu variados estudos sobre o tema e que deu continuidade em outros simpósios, realizados na Espanha, no México, em Portugal por exemplo². Nesta perspectiva, como um dos seus resultados, destaca-se a criação, em 2015, de uma Revista - a RIDPHE-R - cujos objetivos visam contribuir para a elaboração de propostas de preservação e difusão de acervos que possam subsidiar políticas públicas de preservação das fontes. De igual maneira, esta Revista divulga pesquisas encaminhadas por pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com a temática do Patrimônio Histórico-Educativo e temas afins, sob organização e tutela do Grupo CIVILIS/UNICAMP/SP.³

Todas estas iniciativas têm fomentado estudos, reuniões temáticas e eventos como o que enseja a publicação deste livro. Trata-se do *II Encontro Sergipano de História da Educação (II ESHE) – Patrimônio Histórico Educacional e os Desafios Contemporâneos da Pesquisa em História da Educação*, realizado em Aracaju /SE, em 2022. Com o objetivo de evidenciar a pesquisa nesse domínio os profes-

² Desde início de 2008, sob liderança da Prof^a Dra. Maria Cristina Menezes, líder do Grupo de Pesquisa CIVILIS da UNICAMP/SP, deu-se o funcionamento da lista de discussão RIDPHE, reunindo pesquisas que investigam o tema.

³ Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/about>

sores Joaquim Tavares da Conceição da Universidade Federal de Sergipe (UFS/SE) e Cristiano Ferronato da Universidade Tiradentes (UNIT/SE) como pesquisadores do tema organizaram esta coletânea que reúne 20 autores e autoras oriundos de nove (9) instituições nacionais (UFS/SE, UNIT/SE; IFS/SE; UFRN/RN; IF/SERTÃO/PE; UNICAMP/SP; UDESC/SC; UFRGS/RS e UNIPAMPA/RS) participaram do evento. Assim, em dez (10) artigos, são exploradas fontes e devassados acervos pessoais e institucionais para apresentar pesquisas que mostram iniciativas que se utilizam de documentos em variados suportes, do textual ao digital, tratando de Patrimônio.

Trata-se de um livro que brinda leitores e leitoras com uma hermenêutica de diversificados documentos problematizados como fontes e tratados em abordagens contemporâneas levando em conta as suas especificidades. Manuscritos, impressos, presentes em repositórios digitais, iconográficos, pessoais, institucionais, os documentos que forneceram a base empírica para os artigos aqui expostos alargam de maneira exponencial a possibilidade de elaborar trabalhos a partir da consulta documental e da tecnologia nos múltiplos espaços virtuais que caracterizam o fenômeno da pesquisa na sociedade digital do tempo presente.

Mais do que necessária e bem articulada, a iniciativa da publicação deste livro, deve ser saudada por indicar, descrever, divulgar e analisar estes registros de historicidade legados e salvaguardados em diferentes espaços de conservação, muitos deles oriundos e produzidos pelas escolas. Os autores e autoras dos artigos aqui dados a ler são profissionais atuantes na temática e apresentam suas reflexões em instigantes narrativas para a valorização do Patrimônio Histórico-Educativo que vêm ocupando, cada vez mais, espaço nas pesquisas em História da Educação e que pretendem, igualmente, encorajar outras pesquisas e futuras preservações.

Joaquim e Cristiano, autores de artigos aqui presentes e também organizadores desse livro, reuniram profissionais que trabalham

com a temática e trazem, com esta publicação, um desejo de que estudos sobre o Patrimônio Histórico-Educativo vençam o esquecimento e contribuam para um aumento de lucidez sobre os tempos, os documentos, os testemunhos. Dando visibilidade aos temas é possível criar possibilidades de comunicação e gerir memórias, escolares ou não, de uma maneira que elas se tornem mais inclusivas a todos e todas. Este livro, vigoroso e solidário, nos saúda com textos que permitem enfrentar o velho clichê que diz que o Brasil é um país sem memória.

Assim, delicadamente, fica o desejo para que leitores e leitoras sejam instigados pela leitura dos artigos e, ao mesmo tempo, desfrutem da *pequena felicidade* que os organizadores, os autores e as autoras sentiram ao vencer o esquecimento trazendo fragmentos de outros tempos que ressignificam o fazer histórico.

Maria Teresa Santos Cunha, Historiadora
Professora Titular/ UDESC/SC
Professora UFSC/ SC Aposentada

EXPLORANDO FONTES, ARQUIVOS E REPOSITÓRIOS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A coletânea Explorando Fontes, Arquivos e Repositórios para a Escrita da História da Educação reúne estudos que abordam diversas perspectivas sobre a preservação, organização e utilização de acervos documentais na pesquisa em história da educação. Resultado de diálogos entre os autores, especialmente das discussões promovidas durante o *II Encontro Sergipano de História da Educação (II ESHE) – Patrimônio Histórico Educacional e os Desafios Contemporâneos da Pesquisa em História da Educação* –, a obra oferece reflexões e análises sobre fontes, arquivos pessoais e institucionais, além de repositórios, destacando as possibilidades de novas interpretações historiográficas a partir desses acervos.

O capítulo intitulado “Arquivos pessoais de educadores catarinenses (Século XX e XXI): A que será que se destinam?”, de autoria de Maria Teresa Santos Cunha, investiga a importância dos arquivos pessoais como fontes para a escrita da história da educação. A autora analisa três arquivos de educadores catarinenses, discutindo suas composições e potencialidades para pesquisas acadêmicas. Por meio de uma abordagem que combina sentidos da memória e das práticas de arquivamento, o estudo ressalta a relevância desses acervos na preservação da trajetória de professores e intelectuais, bem como sua inserção na dimensão do patrimônio histórico educativo.

De autoria de Joaquim Tavares da Conceição, o capítulo “Guardados no tempo. Documentos do arquivo da professora Rosália Bis-

po dos Santos custodiados no Cemdap” examina o acervo pessoal dessa professora sergipana, que dirigiu o Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. A partir da análise dos documentos custodiados no Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap), o autor discute as tipologias documentais encontradas, a relevância do arquivo para a pesquisa educacional e os significados dos materiais guardados ou esquecidos no interior dos livros.

O capítulo “Entre restos e promessas de sentidos: As folias no Arquivo da Faculdade de Educação/UFRGS”, de Dóris Bittencourt Almeida, apresenta uma análise sobre a organização e o significado dos documentos arquivísticos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Relacionando o interesse pelas ações de arquivamento no tempo presente, a autora discute como os arquivos institucionais podem revelar narrativas que vão além dos documentos administrativos, incluindo memórias, práticas e transformações na educação superior ao longo das décadas.

No capítulo “Entre curtidas e comentários: O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e os desafios da celebração virtual de um sesquicentenário (2020)”, João Paulo Gama Oliveira, Rosemeire Marcedo Costa e Eva Maria Siqueira Alves analisam as ações do Cemas realizadas de forma virtual no ano de 2020. A partir da experiência do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, os autores refletem sobre os desafios impostos pela pandemia da COVID-19, que levou a celebração do sesquicentenário do Atheneu para o ambiente virtual, destacando as potencialidades e limitações das novas formas de divulgação da memória institucional.

O capítulo “Em meio a fontes e acervos: Memória local e História da Educação”, de André Luiz Paulilo, amplia o debate sobre fontes documentais e sua relação com a história da educação. O autor discute a importância dos acervos locais na construção do conheci-

mento histórico-educacional, analisando as mudanças teórico-metodológicas que impulsionaram a ampliação das fontes utilizadas na pesquisa historiográfica e reforçando a necessidade de valorização e preservação desses documentos. Além disso, estabelece relações entre as escolas e a memória acerca da cidade.

O capítulo “A Escola das Irmãs Militão: Educação e Memória em Senhor do Bonfim, Bahia”, de Luzinete Moreira da Silva, Cristiano Ferronato e Olivia Moraes Medeiros Neta, investiga, por meio de fontes orais, a existência e o funcionamento de escolas na região, com destaque para a casa-escola das irmãs Lourdes e Di, conhecidas como irmãs Militão. Professoras leigas e negras, elas se tornaram figuras respeitadas por sua dedicação à educação, transformando sua residência em um espaço de aprendizagens. O estudo revela como suas trajetórias de vida, marcadas por múltiplos afazeres, contribuíram para a construção de um legado educacional e comunitário significativo, destacando o papel de mulheres negras na história da educação local.

No capítulo “As contribuições da Coleção Didática de Aída Costa para o Ensino de Português no Ginásio”, as autoras Anna Beatriz Gomes de Oliveira, Lethícia Pesanha da Silva e Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas exploram a relevância da coleção didática de Aída Costa para o ensino de Língua Portuguesa no Brasil. O estudo investiga a estrutura e os conteúdos dos materiais didáticos, ressaltando suas inovações metodológicas e sua influência na formação de gerações de estudantes.

O capítulo “A preservação de fontes para a História da Educação por meio do trabalho do Repositório Digital TATU”, de Alessandro Carvalho Bica e Simôni Costa Monteiro Gervasio, examina as iniciativas de digitalização e disponibilização de documentos históricos para pesquisas educacionais realizadas pelo Repositório Digital Tatu. Os autores discutem o papel dos repositórios digitais na democratização do acesso às fontes documentais e na preservação

da memória educacional, abordando os desafios e potencialidades dessa prática.

O capítulo de Thais Fernanda Vicente Rabelo Maciel, intitulado “‘Estudemos!’: uma pesquisa preliminar a respeito do Hinário Escolar de Sergipe (1913)”, une a Musicologia e a História da Educação para analisar o Hymnário Escolar Sergipano (1913). A autora investiga a relação entre a música escolar e a cena musical sergipana no período de entresséculos, destacando a participação de compositores renomados da época. O estudo identifica aspectos comuns entre os hinos, com foco especial no hino “Estudemos”, explorando detalhadamente seus elementos musicais e sua relevância no contexto educacional e cultural da época.

Por fim, o capítulo “Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo do Instituto Federal de Sergipe como fonte de conhecimento: Do Acervo Arquivístico ao Acervo Museal”, escrito por Manuela do Nascimento Silva, Brenda França Santos, Gabrielle do Nascimento Matos e Ingrid Maria de Aquino Cardoso, investiga a função e a importância do acervo arquivístico e museal do Instituto Federal de Sergipe. As autoras destacam as estratégias de preservação adotadas pela instituição, demonstrando como esses registros podem contribuir para a pesquisa histórica e para a construção da identidade institucional.

Ao reunir estudos que exploram diferentes tipos de acervos e suas potencialidades como fontes, a coletânea reafirma a relevância dos acervos preservados em arquivos, centros de memória e repositórios como conjuntos documentais fundamentais para a escrita da história da educação.

Joaquim Tavares da Conceição
Cristiano Ferronato
Organizadores

SUMÁRIO

PREFÁCIO | UM LIVRO A SER SAUDADO...7
Maria Teresa Santos Cunha

EXPLORANDO FONTES, ARQUIVOS E REPOSITÓRIOS PARA A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO | APRESENTAÇÃO9
Joaquim Tavares da Conceição
Cristiano Ferronato

ARQUIVOS PESSOAIS DE EDUCADORES CATARINENSES (SÉCULO XX E XXI): A QUE SERÁ QUE SE DESTINAM? 15
Maria Teresa Santos Cunha

GUARDADOS NO TEMPO. DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA PROFESSORA ROSÁLIA BISPO DOS SANTOS CUSTODIADOS NO CEMDAP..... 33
Joaquim Tavares da Conceição

ENTRE RESTOS E PROMESSAS DE SENTIDOS: AS FOLIAS NO ARQUIVO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFRGS 53
Dóris Bittencourt Almeida

ENTRE CURTIDAS E COMENTÁRIOS: O CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE E OS DESAFIOS DA CELEBRAÇÃO VIRTUAL DE UM SESQUICENTENÁRIO (2020)..... 74
João Paulo Gama Oliveira
Rosemeire Marcedo Costa
Eva Maria Siqueira Alves

| | |
|---|-----|
| EM MEIO A FONTES E ACERVOS: MEMÓRIA LOCAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO | 91 |
| André Luiz Paulilo | |
| A ESCOLA DAS IRMÃS MILITÃO: EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM SENHOR DO BONFIM, BAHIA | 111 |
| Luzinete Moreira da Silva | |
| Cristiano Ferronato | |
| Olivia Moraes Medeiros Neta | |
| AS CONTRIBUIÇÕES DA COLEÇÃO DIDÁTICA DE AÍDA COSTA PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS NO GINÁSIO..... | 127 |
| Anna Beatriz Gomes de Oliveira | |
| Lethícia Pesanha da Silva | |
| Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas | |
| A PRESERVAÇÃO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO DO REPOSITÓRIO DIGITAL TATU | 147 |
| Alessandro Carvalho Bica | |
| Simôni Costa Monteiro Gervasio | |
| “ESTUDEMOS!”: UMA PESQUISA PRELIMINAR A RESPEITO DO HINÁRIO ESCOLAR DE SERGIPE (1913)..... | 163 |
| Thais Fernanda Vicente Rabelo Maciel | |
| COORDENADORIA GERAL DE PROTOCOLO E ARQUIVO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE COMO FONTE DE CONHECIMENTO: DO ACERVO ARQUIVÍSTICO AO ACERVO MUSEAL..... | 184 |
| Manuela do Nascimento Silva | |
| Brenda França Santos | |
| Gabrielle do Nascimento Matos | |
| Ingyrd Maria de Aquino Cardoso | |
| SOBRE OS AUTORES | 212 |

ARQUIVOS PESSOAIS DE EDUCADORES CATARINENSES (SÉCULO XX E XXI): A QUE SERÁ QUE SE DESTINAM?

MARIA TERESA SANTOS CUNHA

Os arquivos pessoais contêm a visão individual das experiências de vida: afastam-se, portanto, da formalidade coletiva e da organização sistêmica presentes em outros tipos de documentos. (Hobbs, 2018, p. 262)

INTRODUÇÃO

Arquivos pessoais em cena

Produzir e guardar documentos em papel foi e continua a ser uma prática que, via de regra, habita nossas vidas. Guarda-se, sobretudo, com o intuito de preservar e proteger algo que, com a passagem do tempo, poderá ser esquecido, destruído e mesmo descartado, tornando-se lixo. Em um mundo recentemente integrado por fluxos transnacionais de mídia, de capital e de mercadorias o ato de guardar papeis, paradoxalmente, se caracteriza mais como uma prática geracional cujo elemento catalizador é a construção de arquivos pessoais que requerem diferentes formas de uso e tratamento. A apresentação individual e o registro geral das formas de utilização em pesquisas de três arquivos pessoais de educadores catarinenses, é o objetivo desse artigo que se sustenta, igualmente, como indicativo de pesquisas realizadas com esta documentação e outras perspectivas para um maior conhecimento sobre história da educação em Santa Catarina e no Brasil.

A prática de guardar fez emergir uma valorização dos arquivos pessoais como tributária do interesse no individual (um certo retorno do eu significante) e de revalorização de memórias pessoais que se tornam públicas e contribuem para resignificar estes locais de guarda que se disseminaram nas sociedades ocidentais, especialmente, como se o objetivo fosse uma recordação total. No tempo presente, arquivos pessoais de educadores sustentam perspectivas de abordagem na História e na Educação, a partir de pesquisas historiográficas nas quais são considerados como patrimônios histórico-educativos que podem “requerer novas formas, novos gêneros e novas mídias para que a memória pessoal e pública se renove”. (Huysssen, 2014, p.159).

Estudos realizados pelo historiador italiano Juri MEDA (2013) sinalizam que o patrimônio histórico-educativo pode ser entendido como um complexo de bens materiais e/ou imateriais utilizados e produzidos em contextos educativos formais e informais ao longo do tempo. No Brasil, é importante salientar os estudos de MENEZES (2016) para quem o patrimônio histórico-educativo traz a “sedução do arquivo”, e reúne artefatos como manuais escolares, mobiliário e material de ensino, documentos escritos, manuscritos e impressos pessoais salvaguardados em espaços criados “para sua guarda e difusão e que evidenciam o envolvimento com a preservação da memória pessoal/profissional e das culturas escolares” (p.11).

Os arquivos pessoais são aqui abordados a partir dos estudos de (Bellotto, 2006) que os considera como aqueles compostos por papéis pessoais que “apresentem interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural, educacional, do tempo em que se viveu”. (p. 256). No caso em pauta, procura-se dar visibilidade s três (3) arquivos pessoais de educadores catarinenses Elpídio Barbosa (1909 -1966); Victor Márcio Konder (1920-2005) e Walter Fernando Piazza (1925-2016) que estão depositados no Instituto de Documentação e Investiga-

ção em Ciências Humanas (IDCH) ligado a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em Florianópolis (SC).¹ Este conjunto de três arquivos pessoais, aqui em destaque, se constituem como patrimônios histórico-educativos por conterem documentos relacionados às suas ações pessoais como docentes e gestores educacionais além de materiais didáticos e objetos de uso cotidiano na vida acadêmica e pessoal “ todos artefatos que iluminam as práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e nas rotinas administrativas e diárias”. (Mogarro, 2013, p. 9).

Os arquivos, em geral, têm novos papéis na sociedade à medida que os meios técnicos se aperfeiçoam, pois digitalizados estão ao alcance mais rápido para pesquisas e conhecimentos. No caso dos arquivos pessoais, os indivíduos e as famílias também buscam preservar seus documentos antigos pois eles “asseguram uma ligação com um passado aparentemente em risco de ser descartado dificultando acesso à memória pública e coletiva”. (Cox, 2017, p. 7) Pode-se, então, considerar que somos, na condição de historiadores e historiadoras, dependentes de arquivos, sejam eles pessoais ou públicos pois sem eles não construímos História, O historiador Roger Chartier (1994) reafirma a importância dos arquivos e considera que, para a pesquisa histórica, ele é essencial e recomenda que deve haver uma “dependência em relação ao arquivo, portanto em relação ao passado do qual ele é vestígio”(p.110).

Pesquisas publicadas evidenciam a presença de arquivos , em especial no estado de Sergipe, e variados exemplos podem ser aqui

¹ O Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas –doravante denominado pela sigla IDCH, está vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC e aprovado pela Resolução Nº 030/2012 – CONSUNI/UDESC. Objetiva ser um espaço de guarda e preservação de arquivos pessoais de educadores catarinenses bem como de documentos relativos à Literatura e à História de Santa Catarina, como, por exemplo, o arquivo do escritor Salim Miguel, o arquivo da Penitenciária Estadual e o arquivo da Ditadura em Santa Catarina.

rememorados em obras históricas, tais como seus autores e autoras registraram “uso de fontes (de **arquivos**) como jornais, revistas, mensagens presidenciais governamentais” (Freitas, 2003, p. 22) “... enquanto pesquisava no **Arquivo** Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe”, (Nascimento, 2004, p , 9); “... a atividade de localizar, reunir e classificar as fontes históricas, buscando criar um sistema de inventário delas, teve como lugar **arquivos**, bibliotecas... (Conceição, 2017, p. 29) e ainda os “**arquivos privados** da família do Professor Bonifácio Fortes foram fundamentais”. (Oliveira, 2020, p. 28). Destaque, também em Aracaju (SE), para a organização arquivística do CEMAS (Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense), empreitada levada a efeito, a partir de 2005, pela equipe coordenada pela Professora Eva Maria Siqueira Alves para quem “o patrimônio **arquivístico** do secular Atheneu Sergipense (...) clamava por cuidados, por preservação e organização” (Alves, 2015, p. 25). Exemplos que atestam a presença de arquivos na pesquisa histórica como imprescindível pois eles apresentam a extrema vantagem de sua materialidade o que garante condições de variadas interpretações pelos pesquisadores.

No caso dos arquivos pessoais, por sua especificidade, é importante salientar que suas doações a instituições custodiadoras envolvem triagens e seleção de materiais. seja pela família doadora, seja por extravios nas constantes mudanças de que estes documentos são alvo. Sua organização é trabalhosa pois exige competência técnica e por ser resultado de experiências, não raro, individuais pode haver dificuldade de acesso aos rigores técnicos feitos por arquivistas de formação e embora essa condição deva sempre estar no horizonte de pesquisa não é impeditiva de sua plena execução.

TRÊS ARQUIVOS DE EDUCADORES CATARINENSES NO IDCH

A importância de problematizar o lugar dos arquivos pessoais no campo específico da História e no estudo em destaque, da História da Educação, está reafirmada nos estudos de Heymann (2013, p. 68) para quem tal presença deveu-se, especialmente, a um novo estatuto teórico aos arquivos como metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder e como construção política que orienta a lembrança e o esquecimento. Nos arquivos pessoais dos educadores catarinenses a doação ao IDCH /UDESC foi feita por familiares, (caso dos arquivos pessoais de Victor Márcio Konder e Walter Fernando Piazza) e transferida do arquivo do Museu da Escola Catarinense (caso do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa) procedimentos respaldados administrativa e juridicamente pela Universidade.

Ao primeiro contato com estes materiais foi possível perceber que ao chegarem na instituição custodiadora (no caso o IDCH/UDESC), os documentos foram organizados tecnicamente de um modo que permitiu pensar tanto em uma forma de “coleção de si” em que o produtor também se arquivava; como na intenção de ser rememorado e, talvez, permitir aos outros possibilidades de, “responder ao anseio de forjar uma glória futura”. (Ribeiro, 1998. p.35). Tais atos indicam formas de retardar o esquecimento, perpetuar-se pela memória pois que arquivando-se o produtor procura estabelecer “nexos e conexões não apenas com seu passado pessoal mas com o passado de toda sua comunidade (...) com possibilidades para sua representação e conhecimento”. (Marques, 2003, p.150).

Torna-se relevante ressaltar sobre os arquivos em geral (e aplicável aos arquivos pessoais, em destaque) o que Delmas (2010) apresenta como os quatro aspectos fundamentais que constituem os arquivos em um pesquisa, que são: prova, lembrança, compreensão e identificação. Além disso, enfatiza que a cada transformação

pela qual a sociedade atravessa, essas funções se adaptam de forma conjunta com a população.

Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social. Essas utilidades desenvolveram-se em paralelo, porém, cada uma delas sofreu transformações diversas dependendo das épocas, em razão da própria evolução da sociedade. (p. 21).

A partir dessas considerações gerais e teórico-metodológicos sobre arquivos pessoais problematiza-se que a presença e a pesquisa dos três arquivos pessoais de educadores catarinenses representam uma oportunidade de reconhecê-los como possibilidades de investigação e potencial para o fornecimento de indicações sobre a produção de discursos que se referem à educação catarinense e brasileira em diferentes tempos e espaços, ou seja, captar multidimensionalidade do campo pedagógico guardadas pelos três educadores catarinenses.

O arquivo pessoal de Victor Márcio Konder: Dimensões e produções

Victor Márcio Konder (1920-2005), nasceu em Itajaí e faleceu em Florianópolis (Santa Catarina). Formado em Ciências Sociais pela PUC-Rio foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até a década de 1970. A partir de 1980 atuou como professor de Antropologia e História da Educação na Faculdade de Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e, além disso, foi criador da Escola de Governo nos anos 1980, junto à Assembleia Legislativa do Estado.

O fundo documental que compõe este arquivo pessoal é composto de 654 livros, 235 *folders* de cidades turísticas com anotações pessoais e possivelmente visitadas além de uma coleção de 45 cadernos escolares, com registros autobiográficos, produzidos entre 1940 e 1985, onde registrava seus estudos no Rio de Janeiro, preparava suas aulas para o Curso de Pedagogia da UDESC e escrevia comentários pessoais sobre o país e o Estado naquele momento. O arquivo foi doado ao IDCH pela família (esposa e filha) em 2012. Está disponível, à consulta, em formato digital, no sítio eletrônico do IDCH/UDESC², onde também se encontram listadas a totalidade das produções realizadas por esta pesquisadora.

De maneira geral, registra-se que a intervenção neste arquivo pessoal resultou na escrita de um livro (Cunha e Souza, 2015), variados capítulos, orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (Martins, 2013) além da participação no livro comemorativo sobre os 50 anos da Faculdade de Educação da UDESC (Cunha e Martins, 2014) foram escritos artigos em periódicos da área como na Revista História da Educação (Cunha, 2020) e também comunicações em Congressos da área, todos relacionados à História da Educação em Santa Catarina, no contexto nacional.

O arquivo pessoal de Elpídio Barbosa: Dimensões e produções

Elpídio Barbosa (1909-1966), nasceu e faleceu em Florianópolis formou-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina em 1938. Foi professor, diretor de escola, inspetor escolar, presidente do Conselho Estadual de Educação e primeiro reitor da UDESC, em 1965. Além de ocupar cargos variados dentro de instituições de ensino foi deputado na Assembleia Estadual de Santa Catarina pelo então Partido Social Democrático - PSD - entre 1951 e 1955.

² Disponível em: <https://www.udesc.br/faed/idch/cole%C3%A7%C3%B5es/victorkonder>

Depositado no IDCH/UDESC³ este arquivo pessoal é composto por um fundo documental de cerca de cento e setenta (170) peças entre revistas pedagógicas, catálogos e cadernos com anotações manuscritas, fotos, recortes de jornais, Destacam-se a coleção de 25 cadernos (autonomeados como “tomos”) com colagens contendo cópias de leis, atas de reuniões pedagógicas e fotografias escolares todos relativos à educação escolarizada em Santa Catarina e que faziam referência à sua própria atuação na educação entre 1935 e 1966. Este arquivo foi transferido do Museu da Escola Catarinense, onde estava em caixas, vindo da Secretaria de Educação do Estado para o Museu e daí, em 2014, ao IDCH. O fundo documental já recebeu organização e estudos especialmente sobre o delineamento e configuração de projetos educacionais em Santa Catarina, desde a década de 1940 e disso decorre sua importância para a História da Educação local e mesmo nacional, haja vista sua interlocução com outros profissionais da educação do período.

Diferente do arquivo pessoal do Professor Victor Márcio Konder, Elpídio Barbosa não guardou documentos meramente pessoais, seus guardados caracterizam-se mais como “profissionais”, em função da proveniência da tipologia documental, ou seja, documentos e recortes que se relacionavam ao seu cargo de professor, gestor e inspetor escolar sem fornecer pistas sobre sua vida pessoal.

A intervenção neste arquivo pessoal resultou, igualmente, em artigos em periódicos (Cunha, 2017), comunicações em Congressos e orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (Oliveira Júnior, 2015) e de Dissertação de Mestrado (Silva, 2023), junto ao Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da UDESC. A pesquisa incorporou também, ao arquivo, cerca de 400 fotos sobre ele e sua gestão depositadas no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, todas integrantes dos Relatórios de Inspeção Escolar.

³ Disponível em <https://www.udesc.br/faed/idch/cole%C3%A7%C3%B5es/elpidiobarbosa>

O arquivo pessoal de Walter Fernando Piazza: Dimensões e produções

Walter Fernando Piazza (1925-2016) nasceu na cidade de Nova Trento (SC) e faleceu em Florianópolis. cursou o bacharelado e a licenciatura em Geografia e História na Faculdade Catarinense de Filosofia, depois incorporada à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Foi professor e Livre-Docente em História – História do Brasil pela mesma Universidade e atuou também na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Foi criador e Coordenador do primeiro Programa de Pós-Graduação em História em Santa Catarina, na UFSC, em 1975 e Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) além de membro da Academia Catarinense de Letras, entre tantos outros encargos que exerceu. Realizou pesquisas e escreveu obras sobre história, educação escolarizada, folclore e fluxos migratórios no estado de Santa Catarina, entre outros temas.

Seu arquivo pessoal foi doado por sua família ao IDCH em 2016 e, em volume, é o maior dos três arquivos aqui trabalhados, com cerca de 4000 peças. Está composto por livros, periódicos, exemplares de dissertações e teses, documentos de pesquisa, cadernos de campo, agendas, fotografias, medalhas, troféus, correspondências, ofícios, etc⁴. Trata-se de uma coleção vasta sobre a História e a Educação em Santa Catarina e possui algumas raridades bibliográficas como obras de conceituados historiadores, além de seus próprios trabalhos, muitos já esgotados.

O trabalho neste arquivo pessoal envolve pesquisas ligadas ao Grupo de Pesquisa Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação (GARPE)⁵ e Bolsa de Produtividade (em vigor de 2021 a 2025) da

⁴ Disponível em : <https://www.udesc.br/faed/idch/cole%C3%A7%C3%B5es/piazza>

⁵ O GARPE tem como líder a Prof^a Dra, Dóris Bittencourt Almeida (UFRGS) e vice-liderança da Prof^a Dra. Maria Teresa Santos Cunha (UFSC e UDESC)

pesquisadora, ambos credenciados institucionalmente pelo Conselho Nacional de Pesquisa ((CNPq). A produção acadêmica resultante da inserção neste arquivo pessoal tem merecido divulgação pela pesquisadora tanto em palestras e conferências em eventos nacionais e internacionais além de publicações em periódicos qualificados (Cunha e Almeida, 2021). Destaque para a participação no IV Seminário Internacional de História do Tempo Presente, realizado sob a coordenação do Programa de Pós-Graduação em História, na UDESC, em 2021, que resultou em uma publicação conjunta que tratou deste arquivo pessoal (Almeida e Cunha, 2022) Outros trabalhos neste arquivo estão em desenvolvimento, por exemplo, com documentos pessoais como as correspondências, as agendas do titular e as fotografias familiares.

ARQUIVOS PESSOAIS: A QUE SERÁ QUE SE DESTINAM?

O passado está presente nos resíduos (...) O presente é uma era de preservação, restauração e novas versões. (Huysen, 2014, p. 91-113)

Os arquivos pessoais dos três educadores aqui apresentados guardam rastros e resíduos documentais de passados e representam um conjunto variado de registros. São experiências individuais que se ligam à vida em sociedade e que, no tempo presente, estão a ser preservados, salvaguardados e disponibilizados para estudos pela via de páginas digitais do IDCH/UDESC. Desde 2013, a presença de arquivos pessoais em um local de guarda específico como o Instituto de Documentação e Investigação de Ciências Humanas (IDCH) mantido pelo Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC, em Florianópolis (SC) é significativa para demandar pesquisas, tanto de forma presencial como por meio digital, haja vista os arquivos estarem inventariados na página do IDCH/UDESC

Produzidos, inicialmente, fora dos contornos das instituições, agora já preservados e salvaguardados oferecem ao pesquisador possibilidades de investigação sobre a história e à educação daqueles períodos em que foram produzidos os documentos que os compõem e, igualmente, oferecem à sociedade mecanismos de identificação, de pertencimento e de memória. São testemunhos indiciários de múltiplas atividades de seus possuidores e, como tal, são portadores de ressonâncias em diferentes sentidos para aproximações ao patrimônio histórico educativo de um tempo e lugar.

Uma das condições que se deve ter em mente em seu trato é a de problematizar qualquer tentativa de divinização dos documentos e objetos para evitar abordagens laudatórias. Para isso e primordial problematizá-los, abrindo-os a novos significados para questionar sua significação no presente sem esquecer que passado é ausência e envolve um presente em deslize. Os documentos guardados são portadores de memória e sua historicidade necessita ser tratada com cuidado sem esquecer que a memória tem um “caráter ferido (...) cujos mecanismos complexos tendem a recalcar os traumatismos sofridos e as lembranças muito dolorosas e mesmo assim, ela é fundamental à construção da História”. (Dosse, 2003, p. 287). Certamente, o que se guardou era significativo ao guardador e, possivelmente, houve estratégias de descarte e de abandono o que instiga a pensar no seu arranjo pessoal antes de sua doação pública.

Totalmente inventariada estes arquivos ainda estão minimamente explorados haja vista a quantidade documental que comportam. Através dele é possível alinhar-se às perspectivas de pensar em uma História da Educação Catarinense e Brasileira que se preocupa em estudar educadores e suas práticas de ensino, de escrita, de trabalho, de vida e inserção política por meio de variadas documentações que foram ali deixadas. Nesse sentido, atrelada à concepção de História da Educação no Tempo Presente, pesquisas nesta clave

se justificam por considerar os arquivos pessoais como mobilizadores de espaços de experiência e horizontes de expectativa que contemplam estratos múltiplos de tempo que acomodam presentes e projetam futuros (Koselleck, 2014). Trabalhar com este material, permite encontrar e discutir a construção de projetos educacionais em Santa Catarina, nos séculos XX e XXI, a partir do diálogo entre História e a Memória no território historiográfico, esta última resignificada como “uma matriz da história, na medida em que continua sendo uma guardião da problemática da relação representativa do presente com o passado”. (Ricoeur, 2007, p.100).

Pesquisas conjuntas envolvendo os três arquivos pessoais de educadores são esperadas e necessárias para uma maior destinação desse rico material e envolvem, por exemplo, questionar como e porque guardaram estes materiais? Que práticas foram utilizadas para movimentar este “fazer arquivístico” dos educadores em pauta? Que conexões estes documentos podem estabelecer entre si, em se tratando da história e da educação em Santa Catarina e no Brasil? Enfim, parece importante buscar nas palavras de Artières (1998, p. 33) um vislumbre e um alerta para futuros trabalhos que instaurem outras e novas versões: “Sempre arquivamos nossas vidas em função de um futuro leitor, autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas)”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se apresentar documentos presentes nos três arquivos de educadores catarinenses depositados no IDCH/UDESC interpretados em uma dimensão educativa, ou seja, em diálogo com a História e a Educação catarinense e brasileira neste período e mediados pela experiência investigativa da História do Tempo Presente. Nesta perspectiva teórico-metodológica procura-se estudar os acontecimentos daqueles tempos em suas camadas e trabalhar,

algumas vezes, com temporalidades distintas mas que não são incompatíveis e fixas, mas que coexistem, que estão justapostas. Os estudos de de Koselleck apresentam aos historiadores uma ferramenta que torna possível essa iniciativa que envolve “separar e interrogar analiticamente os diversos planos temporais em que as pessoas se movimentam, os acontecimentos se desenrolam e os pressupostos de duração mais longa são investigados” (Koselleck, 2014, p. 19), ou seja, como estas diferentes camadas de tempo vão constituindo cada arquivo investigado no presente.

Os arquivos pessoais são depositários do passado formativo comum de uma geração de educadores e de sua atuação em projetos educativos de cunho regional, nacional e internacional. Ainda que se reconheça que os documentos contêm silenciamentos próprios inerentes aos arquivos pessoais, o objetivo a ser alcançado abarca a atuação e gestão de educadores e professores universitários, sujeitos dotados de intelectualidade, e suas inscrições em projetos educacionais conectados à História, Trata-se de uma reflexão sobre o território da produção do conhecimento em educação e para a conformação do campo pedagógico em Santa Catarina, em especial, revisitar suas produções, suas ideias e suas ações se caracteriza como um fértil debate a propósito da educação como matéria de estudo e como matéria de história.

No campo dos arquivos pessoais procurou-se ampliar o espectro temático das investigações que reverberasse no reforço de uma consciência preservacionista que o universo de fontes e documentos fez emergir. A utilização dos três arquivos de educadores justifica-se tanto pela premência de seu uso público como por abrir possibilidades de investigações arquivísticas a partir de bases empíricas/documentais e diálogos teóricos. Os materiais preservados à pesquisa abrigam obras e objetos de educadores que prestaram serviços à educação e os estudos neles criam chances de tornar visível aspectos da educação escolarizada em Santa Catarina. O estu-

do **do** e **nos** arquivos é importante por salvaguardar documentos que comportam materiais sobre as políticas públicas para a educação catarinense, haja vista o protagonismo de seus possuidores nessa área, como proponente de projetos educacionais para Santa Catarina e construtores de uma imagem de si, cujos rastros serão perseguidos.

Analisar e problematizar documentos pessoais e institucionais se constitui como uma forma de evidenciar o empreendimento de seus autores que, ao guardar/arquivar documentos relativos aos seus trabalhos permitirão conjecturar sobre aspectos como: construção e guarda de uma memória de si próprio; formulação de projetos nacionais e internacionais para as universidades catarinenses; atuação individual e coletiva como educadores. Conhecer, igualmente, uma parte desses arquivos pretende servir um incremento aos estudos na área de História da Educação e do Patrimônio Histórico-Educativo que têm investido nos arquivos para conhecer formas de transmissão e apropriação de conhecimentos.

Os documentos e artefatos preservados nos três arquivos, quando estudados, podem contemplar testemunhos de ex-alunos, parentes e conhecidos colhidos com a metodologia da História Oral “que tem tudo e mais alguma coisa a ver com a História do Tempo Presente” (Gomes e De Luca, 2013. p. 17) cujos documentos transcritos tendem a se aproximar da matéria bruta do mundo vivido, da linguagem oral, da experiência daqueles cotidianos. Nesse contexto, configurado pela pesquisa arquivística, ocorre também o realce dos ego-documentos – aqueles em que “o autor ou autora escreve, para si mesmo ou através de outro, sobre suas vivências, sentimentos, pensamentos”. (Castillo Gómez, 2013).

Cartas, memórias, depoimentos escritos, diários, agendas pessoais deixam transparecer mudanças de vida, de relações, de experiências a que se prendem muitas emoções. Estes documentos não podem ser negligenciados pois trazem relatos do mundo sensível

e “podemos trabalhar seus motivos sem desprezo” (Farge, 2011, p. 94). Calados há tanto tempo, estes ego-documentos podem renascer pela força da memória deixada e transmitida em textos e assim, fazer jus ao apelo da historiadora para que devamos “assumir uma maneira modesta de aceitar que o guardador [intelectual], como qualquer um, está às voltas com o lugar comum dos sonhos e dos sofrimentos seus e alheios”. (Idem, p. 94).

No trato com estes ego-documentos presentes, especialmente, nos arquivos dos educadores Victor Márcio Konder e Walter Fernando Piazza, é importante salientar que não se trata de propor temas insólitos ou marginais, mas de uma tentativa peculiar de construir História da Educação a partir, também, da captura sensível de traços objetivos deixados, sob várias formas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. *Entre papéis e lembranças. O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação*. Aracaju: EDISE, 2015.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida, *Estudos Históricos*, RJ: FGV n. 21, 1998, p. 9-34

ALMEIDA, Dóris Bittencourt e. CUNHA. Maria Teresa Santos. Um frenesi documental: arquivos pessoais no tempo presente. In: *Fio que se faz trama. A História do Tempo Presente e a responsabilidade na pesquisa histórica*. 01ed. Vitória /ES: Milfontes Editora, 2022, v. 1, p. 103-124.

BELLOTTO. Heloisa Liberalli. *Arquivos Permanentes. Tratamento documental*, 4ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CASTILLO GOMÉZ, António. Escribir y archivar los egodocumentos. In: *Coloquio Internacional*. Madrid: Universidad de Alcalá-de-Henares, 2013. (folder)

CHARTIER, Roger, A história hoje: dúvidas , desafios, propostas. *Estudos Históricos*. RJ: FGV n. 13, 1994, p. 100-113

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para educar. Colégios – Internatos no Brasil (1840-1950)*. Aracaju: EDISE, 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Arquivos Pessoais no radar do Tempo Presente. Dimensões e possibilidades nos estudos acadêmicos. *Cadernos de História da Educação (online)*, UFU/MG, v. 20, p. e049-20, 2021

CUNHA, Maria Teresa Santos. Eu te dedico: História, educação e sensibilidades nas dedicatórias de livros de um professor catarinense (1940-1980). *História da Educação*, ASPHE/RS v.24,p.1-24,2020. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/97920/pdf>

CUNHA, Maria Teresa Santos. O arquivo pessoal do professor catarinense Elpídio Barbosa (1909-1966): do traçado manual ao registro digital. *História da Educação*, ASPHE/RS v. 21, p. 187-206, 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/j/heduc/a/3wN8zHkwwWXGGVZyPwclHkp/?lang=pt>

CUNHA, Maria Teresa Santos e MARTINS, Mariane. Apontamentos sobre um percurso A atuação do Professor Victor Márcio Konder na Faculdade de Educação: Décadas de 1980-90. In: *FAED/UDESC. 50 anos de Educação(1963-2013)*. Organização de Gladys Teive, Leda Scheibe e Zenir Koch, Editora da UDESC, 2014, p.219-240.

CUNHA, Maria Teresa Santos e SOUZA, Flávia de Freitas. *Viver e escrever, Cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense*. Florianópolis: Editora Insular, 2015.

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. São Paulo, Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DOSSE, François, *História*. Bauru/SP. EDUSC, 200HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: *Pensar os arquivos: uma antologia*/Luciana Heymann Letícia Nedel, organizadoras; RJ. FGV.2018, p.261-27

GOMES, Angela de Castro e DE LUCA, Tania Regina. Apresentação: O Dossiê de História e o tempo presente. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, p. 13-17 -2013

HEYMANN, Luciana. Arquivos pessoais em perspectiva etnográfica. In: *Arquivos Pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa*/ Organização de Isabel Travancas, Joëlle Rouchou, Luciana Heymann. RJ: Editora FGV, 2013,p. 67-76.

HOBBS, Catherine, O caráter dos arquivos pessoais: reflexos sobre o valor dos documentos individuais. In: *Pensar os arquivos. Uma antologia*. Organização de Luviana Heymann e Letícia Nedel. RJ: FGV, 2018, p.267-274.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente. Modernismos, artes visuais e políticas da memória*. RJ: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Vestidas de azul e branco. Um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)*. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo. Estudos sobre História*. RJ: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

MARQUES, Reinaldo. O arquivamento do escritor. In: *Arquivos literários*. Organização de Eneida Maria de Souza e Wander Melo Miranda. SP: Ateliê Editorial, 2003, p.141-156.

MARTINS, Mariane. *Bibliotecando vestígios silenciosos: acervo bibliográfico de Victor Márcio Konder (1920-2005)*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Teresa Santos Cunha

MEDA, Juri. La conservación del patrimonio storico-educativo: il caso italiano. In: MEDA, Juri; BADANELLI, Ana M. (Orgs). *La historia de la cultura escolar en Italia y en España: balance y perspectivas*. Actas del I Workshop Italo-Español de Historia de la Cultura Escolar (Berlango de Duero, 14-16 de noviembre de 2011). Macerata: eum, 2013, p. 169-173.

MENEZES, Maria Cristina. (Org). *Desafios Iberoamericanos: O Patrimônio Histórico Educativo em Rede*, São Paulo: CME/FEUSP, 2016.

MOGARRO, Maria João (org). *Educação e Patrimônio Cultural. Escolas, objetos e Práticas*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *Memórias do aprendizado: 80 anos do ensino agrícola em Sergipe*. Maceió: Edições Catavento, 2004

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Nas trilhas dos jovens anos escolares. Itinerários de intelectuais sergipanos (1935-1945)*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2020

OLIVEIRA JÚNIOR, Joeci. *Elpídio Barbosa na Assembleia Legislativa de Santa Catarina/1951-1955*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Maria Teresa Santos Cunha

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas/SP: Educamp, 2007.

SILVA, Mayara Becker Oliveira da. *NO SILÊNCIO ORDENADO: Preceitos para a educação catarinense nos cadernos do arquivo pessoal de Elpídio Barbosa (1945-1966)*. 2023. Dissertação de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação) UDESC, CAPES. Orientador: Maria Teresa Santos Cunha

GUARDADOS NO TEMPO. DOCUMENTOS DO ARQUIVO DA PROFESSORA ROSÁLIA BISPO DOS SANTOS CUSTODIADOS NO CEMDAP

JOAQUIM TAVARES DA CONCEIÇÃO

INTRODUÇÃO

A investigação de arquivos pessoais tem se consolidado como uma prática fundamental para a compreensão de trajetórias individuais e coletivas, especialmente quando esses acervos contêm materiais que transcendem os documentos formais. A historiadora Maria Teresa Santos Cunha (2019) analisa bem sobre esse interesse de pesquisa e suas possibilidades, segundo ela os arquivos pessoais são “[...] redutos de sensibilidades que no campo historiográfico do Tempo Presente criam possibilidades de buscar traços descontínuos e vestígios sobre passados que imprimem inteligibilidade àqueles tempos” (p. 12). Buscando essa perspectiva de análise, este capítulo discute a composição do arquivo pessoal da professora Rosália Bispo dos Santos (1924-2021), doado ao Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap), com foco nos materiais esquecidos e/ou guardados nos livros que integram o acervo. O objetivo é apresentar, ainda que de forma parcial, a tipologia desses documentos e propor interpretações sobre seus significados.

O Cemdap tem como função principal preservar, organizar e divulgar o patrimônio histórico educativo do Colégio de Aplicação da UFS. Constituído como um espaço de guarda e pesquisa, o Cemdap reúne um acervo diversificado, composto por documentos textuais, fotografias, registros audiovisuais, materiais didáticos e objetos

que retratam a trajetória do Colégio desde sua fundação. Além de custodiar esses materiais, o centro promove atividades de pesquisa e ações educativas, visando não apenas a preservação da memória institucional, mas também a reflexão sobre as práticas pedagógicas e a história da educação (Conceição, 2022, 2021).

O acervo da professora Rosália está sob a custódia do Cemdap devido a significativa contribuição dela para a história da instituição, como diretora fundadora do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (atual Colégio de Aplicação da UFS), além de professora de língua francesa e educação física. Ademais, a preservação de seu acervo no Cemdap justifica-se por seu valor histórico, servindo como fonte para pesquisas sobre práticas educacionais, memória institucional e a atuação de mulheres no campo educacional.

A discussão proposta no capítulo insere-se no campo da História da Educação, relacionando-se com temas como a salvaguarda, custódia, pesquisa, valorização e disseminação de arquivos pessoais de educadores e educadoras. Tais estudos geralmente enfocam as trajetórias de educadoras e intelectuais da educação, seus processos de leitura e escrita, redes de sociabilidade e atuação em espaços educacionais e/ou culturais (Conceição, Paulilo, 2023; Cunha, 2009, 2019).

Os documentos do arquivo da professora Rosália são compreendidos como um “tipo de testemunho” (Hobbs, 2018; Mckemmish, 2018), isto é, “[...] um modo de evidenciar e memorizar nossas vidas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, nossa identidade, nosso ‘lugar no mundo’” (Mckemmish, 2018, p. 239). Nesse sentido, a partir da análise do acervo pessoal da professora Rosália, é possível inferir aspectos de sua vida familiar e profissional, bem como características de suas práticas de “arquivamento do eu”. Observam-se detalhes de sua prática de guardar documentos e traços íntimos dessa prática, ainda que não

seja evidente, em seu caso, uma “intenção autobiográfica” (Artières, 1998) explícita, como discutido no decorrer deste capítulo.

O capítulo está estruturado, além da introdução, em quatro partes, a primeira, revela aspectos da origem familiar, formação escolar e acadêmica e profissional da professora Rosália; a segunda parte, elucida os gêneros e espécies documentais contidos no arquivo pessoal da professora; a terceira parte, apresenta compreensões iniciais a respeito de materiais guardados ou esquecidos dentro dos livros. Por fim, a quarta parte, são apresentadas as considerações finais.

Nuances de uma trajetória revelada nos registros do arquivo pessoal

No interior de Sergipe, em meio às limitações econômicas e ao cenário rural das primeiras décadas do século XX, nasceu, em 13 de abril de 1924, uma figura que se destacaria por sua trajetória educacional e profissional. Filha de Arthur Bispo dos Santos e Rosa Pereira dos Santos, pequenos proprietários rurais, e integrante de uma família numerosa de nove irmãos, Rosália Bispo dos Santos cresceu em um ambiente marcado pela escassez de recursos, mas também pela determinação de seus pais, especialmente de sua mãe, a quem mais tarde descreveria como uma “mulher sensível, corajosa e inteligente” (Santos, 1992). Foi essa mesma mãe quem, reconhecendo a importância da educação, persuadiu o pai a mudar-se para Aracaju, capital do estado, com o objetivo de oferecer aos filhos oportunidades que ela própria não teve (Santos, 1992; Rosália Bispo..., 1994). Essa decisão familiar seria o ponto de partida para uma jornada marcada por conquistas acadêmicas e contribuições significativas ao campo educacional sergipano.

A formação inicial de Rosália ocorreu em um contexto de escassez de recursos, mas não de ambição. Após concluir o ensino

primário e secundário, ela ingressou no curso normalista, uma das poucas opções disponíveis para mulheres na época. A formatura, registrada em uma fotografia tradicional com beca e capelo (Figura 1), simbolizou não apenas a conclusão de um ciclo, mas também o início de uma carreira dedicada ao magistério. Durante o curso normal, Rosália desenvolveu um interesse especial pela língua francesa, influenciada pela professora Norma Reis, o que mais tarde se tornaria um dos pilares de sua atuação profissional.

Figura 1 – Rosália Bispo dos Santos – formatura na Escola Normal (1942)



Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Cemdap.

Ao se diplomar como normalista em 1942 (SERGIPE. Diploma, 1942), Rosália iniciou sua carreira no magistério público, lecionando em escolas do interior de Sergipe antes de ser transferida para Aracaju em 1945 (SERGIPE. Portaria, 1945). Sua dedicação ao ensino primário não apenas garantiu sua independência financeira,

mas também permitiu que contribuísse para o sustento da família, reforçando o papel da educação como ferramenta de transformação social (Conceição, 2025).

A busca por aprimoramento profissional levou Rosália a participar de cursos de aperfeiçoamento, como o dirigido às normalistas em 1944, sob a coordenação do professor Acrísio Cruz (SERGIPE. Certificado, 1944). Seu desempenho excepcional rendeu-lhe uma bolsa para especialização em Educação Física na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1945 (SERGIPE. Decreto, 1945). Essa experiência, documentada em fotografias e dedicatórias de colegas, ampliou seus horizontes e consolidou sua reputação no cenário educacional sergipano (Figura 2).

Figura 2 – Rosália Bispo dos Santos e colegas em atividades do Curso de Especialização em Educação Física na Escola Nacional de Educação Física e Desportos da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro (1945)



Fonte: Acervo do Cemdap.

De volta a Aracaju em 1946, Rosália assumiu funções de destaque no Instituto de Educação Ruy Barbosa, lecionando Educação Física e atuando como orientadora (Sergipe. Decreto, 1946a, 1946b). Paralelamente, ela ingressou na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, onde se formou em Letras Neolatinas em 1955, integrando a primeira turma da instituição (FCFS. Diploma, 1956). Durante seus anos na faculdade, Rosália estabeleceu uma relação de amizade com o padre Luciano Cabral Duarte, que se tornou seu mentor e amigo. Sua atuação como oradora da turma e as dedicatórias recebidas, como a do professor Felte Bezerra, evidenciam o reconhecimento de seus professores (Figura 3).

Figura 3 – Turma de formandos da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe (1955).



A' dileta e filhadu
& inteligente oradora
Rosália,
lembrança do garanhão.
Felte Bezerra.
16.12.1955

Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Cemdap.

A carreira acadêmica de Rosália ganhou novos contornos com sua nomeação como professora de Língua e Literatura Francesa na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe em 1957 e, posteriormente, como diretora do Ginásio de Aplicação em 1959. Sua gestão à frente do Ginásio, descrita como “eficiente” pela professora Carmelita Pinto Fontes, foi marcada por inovações pedagógicas e pelo compromisso com a excelência educacional (Santos, 1992).

Com a criação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), em 1968, a professora Rosália passou a integrar o quadro de professores da instituição, lecionando Língua Francesa no Instituto de Letras, Artes e Comunicação. Aposentou-se como professora titular da UFS em 1991, deixando um legado de dedicação à educação e à cultura sergipana. Como observa Hobbs (2018), a prática de arquivamento de documentos e memórias por Rosália revela não apenas uma “automemorização”, mas também um “autoengrandecimento” consciente, que contribui para a construção de sua identidade como pioneira e referência no campo educacional (Conceição, 2024).

A composição de um acervo pessoal

Como destaca Cunha (2019, p. 17) “[...] há nas pessoas um desejo de guardar objetos e de guardá-los em papel (fotos, diários, cadernetas, cartas), de modo que elas possam salvaguardar-se do esquecimento e conservar o que, quase sempre, se extravia na vertigem do tempo, daí certa compulsão pelo que se chamou de arquivamento do eu.”. Esse impulso pelo arquivamento pessoal, no entanto, nem sempre resulta em uma organização sistemática ou intencional dos documentos. Como observa Priscila Fraiz (1998), é incomum que arquivos pessoais cheguem a instituições de memória com algum tipo de organização prévia determinada pelo titular ou por familiares. No caso do arquivo de Gustavo Capanema, Fraiz identificou uma “lógica de acumulação” orientada pela intenção

de produzir registros que servissem de base para a escrita de suas memórias, o que ela caracteriza como um “projeto autobiográfico” (FRAIZ, 1998, p. 60). Em contraste, o arquivo de Rosália não apresenta indícios de um projeto semelhante. A doação do acervo ao Cemdap foi realizada postumamente por sua família, que possivelmente realizou uma triagem preliminar dos documentos.

Ainda que não se configure como uma “construção autobiográfica” deliberada, as práticas de arquivamento de Rosália sugerem, conforme Artières (1998), uma “intenção autobiográfica” implícita, na medida em que revelam uma preocupação com a preservação de trajetórias pessoais e profissionais (Conceição, 2025).

Christophe Prochasson (1998) identifica três comportamentos típicos entre detentores de arquivos pessoais: aqueles que restringem o acesso ao material, aqueles que permitem o acesso de forma controlada e aqueles que disponibilizam o acervo integralmente aos pesquisadores. No caso de Rosália, sua família enquadra-se no terceiro grupo, ao doar o material sem aparente intenção de ocultar informações íntimas ou impor restrições significativas ao acesso, ainda que possa ter escolhido guardar documentos de valor probatório ou sentimental.

Parte do acervo do arquivo pessoal da professora Rosália Bispo dos Santos doada ao Centro de Pesquisa Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS, passou por uma higienização e por uma organização provisória, que resultou na classificação da documentação nos seguintes gêneros e espécies documentais, conforme detalhado no quadro a seguir. Trata-se de conjunto documental heterogêneo, cujos elementos se aproximam do conceito de “arquivamento do eu” descrito por Artières (1998).

Quadro 1 – Classificação dos documentos do Arquivo Pessoal de Rosália Bispo dos Santos, custodiados no Cemdap.

| Nº | Gênero da documentação | Espécies da documentação |
|----|----------------------------------|--|
| 1 | Documentação textual | Diplomas, certificados, discursos proferidos, atos normativos (decretos de nomeação, portarias), bilhetes e cartas recebidos, agenda manuscrita, cadernos, recortes de jornais |
| 2 | Material bibliográfico | Livros, revistas, dicionários |
| 3 | Documentação audiovisual | DVDs |
| 4 | Documentação iconográfica | Fotografias e cartões postais |

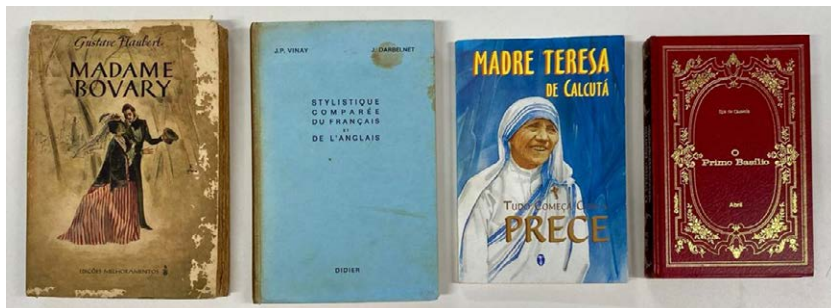
Fonte: Arquivo pessoal da Professora Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Cemdap. Quadro elaborado pelo autor.

A documentação textual arquivada por Rosália Bispo dos Santos compreende certificados, diplomas, portarias e decretos, documentos que atestam sua formação e funções exercidas ao longo da carreira. Entre os documentos também figuram correspondências e registros de interações em diferentes contextos institucionais. Um conjunto específico de quatro discursos manuscritos sugere uma intencionalidade na conservação desses registros. Os discursos incluem sua participação na formatura da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe em 1955, uma homenagem póstuma a Genésia Fontes no Oratório Festivo São João Bosco em 1960, uma intervenção em evento de capacitação para professores em 1964 e o pronunciamento ao assumir a direção do Colégio Estadual de Sergipe em 1965 (Santos, 1955, 1960, 1964, 1965).

A coleção de livros do arquivo pessoal de Rosália reflete suas áreas de atuação profissional, interesses pessoais. Predominam obras relacionadas ao ensino da língua francesa, literatura brasileira e estrangeira, além de livros de devoção católica e publicações de autores sergipanos, tanto de ficção quanto acadêmicos. Esses materiais revelam, por um lado, sua trajetória como professora de língua e literatura francesa, iniciada na Faculdade Católica de Fi-

losofia e concluída na Universidade Federal de Sergipe. Por outro lado, evidenciam sua religiosidade e vínculos com a comunidade acadêmica, especialmente por meio de exemplares dedicados por colegas contemporâneos.

Figura 4 – Capas de livros do acervo bibliográfico da professora Rosália Bispo dos Santos.



Fonte: Acervo do Cemdap.

No que se refere ao material audiovisual, o acervo inclui dois DVDs. O primeiro, intitulado “Documentário. Dom Luciano Duarte. Um homem que transformou Sergipe”, aborda a vida e as contribuições de Dom Luciano Cabral Duarte para a educação e cultura sergipanas, figura que Rosália considerava fundamental em sua formação profissional. O segundo DVD, “IX Festa de Confraternização dos ex-colegas do Atheneu Sergipense”, registra um encontro de antigos colegas do Colégio Estadual de Sergipe, instituição que Rosália dirigiu na década de 1960.

As fotografias constituem outro segmento relevante do arquivo, funcionando como elementos evocativos de memórias afetivas. Rosália preservou imagens que marcam momentos significativos de sua vida, como as cerimônias de formatura na Escola Normal Rui Barbosa (1942) e na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, além de registros de sua atuação como professora na Escola Normal e durante o Curso de Especialização em Educação Física na

Universidade do Brasil. Também foram arquivadas fotografias com dedicatórias de colegas, sugerindo laços de amizade estabelecidos durante seus estudos no Rio de Janeiro.

Figura 5 – Fotografia de uma amiga da Prof.^a Rosália Bispo dos Santos, acompanhada de dedicatória.



Fonte: Acervo do Cemdap.

Achados entre as folhas dos livros: materiais esquecidos e a construção de narrativas em arquivos pessoais

No arquivo pessoal da professora Rosália, a identificação de objetos guardados ou esquecidos entre as páginas de seus livros – como cartas, bilhetes, fotografias, santinhos, preces, recibos, recor-

tes de jornal – oferece uma oportunidade singular para investigar aspectos de sua vida cotidiana, suas redes de sociabilidade e suas práticas culturais. Esses itens, muitas vezes considerados marginais ou secundários, revelam-se fontes valiosas para a reconstrução de narrativas históricas que iluminam dimensões subjetivas e afetivas do sujeito.

Ao prospectar esses materiais e transformá-los em fontes é possível que o material contribua para criar uma narrativa que revele aspectos significativos da vida do sujeito e de suas redes e conexões com pessoas e mesmos papéis sociais exercidos, em determinado tempo e espaço. Esse interesse nos itens esquecidos dentro de livros de determinados acervos bibliográficos já tem resultados em interessantes investidas de historiadores, museólogos, arqueólogos e bibliotecários.

Maria Teresa Santos Cunha (2009), ao analisar livros do acervo do Museu da Escola Catarinense/FAED/UDESC, indentificou as trajetórias dos leitores por meio das marcas deixadas nos exemplares, como anotações, dedicatórias, marginálias, objetos encontrados no interior dos livros e sinais de uso e envelhecimento. A autora enfatiza o valor dessa materialidade, incluindo os objetos-relíquias, para pesquisas relacionadas com as temáticas dos acervos e patrimônio cultural, em diálogo com a história da leitura e dos livros.

De outro modo, o painel com o título “Arqueologia dos objetos esquecidos: material encontrado dentro dos livros”, de autoria de Maria Tereza Paulino Leal da Silva, revela que durante a organização do acervo bibliográfico do Centro de Memória da Medicina – CEMEMOR, pesquisadores e estagiários encontraram cartões postais, cartões de visita, recortes de jornais, fotografias, flores secas, receitas médicas e cartas, dentro desses livros. Daí ter surgido a ideia de estudar esses materiais esquecidos em obras da Biblioteca Pedro Nava, do Centro de Memória de Medicina e a criação de uma exposição dos achados no espaço do CEMEMOR (Silva, s.d).

Fora do ambiente acadêmico, os materiais encontrados no interior de livros também têm despertado interesse. A esse respeito, a reportagem da Revista Superinteressante, versão *online*, intitulada “Listas e cartas de amor: papéis esquecidos dentro de livros viram acervo digital”, informa que “Uma biblioteca americana digitalizou 350 itens inusitados esquecidos dentro dos livros emprestados.” (Costa, 2022), descobertos pela bibliotecária Sharon McKellar da Oakland Public Library (OPL, Estados Unidos). Visitando o *site* da referida biblioteca é possível encontrar o acervo desses achados e uma mensagem dirigida aos usuários da biblioteca: “Well, if you leave them in an OPL library book, or around the library, you might find them featured right here, on our website. See some of our found treasures below”¹.”

A biblioteca até construiu um *sítio web*, ligado ao portal da biblioteca, com a finalidade de receber colaborações dos interessados através da criação de histórias imaginadas a partir dos itens encontrados dentro dos livros e publicados em um mural no *site* da biblioteca: “Have you ever imagined a story about the things left behind? Do you have your own ideas about the stories behind the items left in the library? Submit them here!”². A bibliotecária Sharon McKellara encontrou dentro dos livros e colecionou: post it, recados, desenhos, cartas, marca página, entre outros. Segundo a reportagem, a bibliotecária toma cuidados para não expor a privacidade das pessoas: “[...] ela impõe alguns limites: não inclui fotos que pareçam recentes, e também

¹ <https://oaklandlibrary.org/found-in-a-library-book/> Tradução livre: Bem, se você deixá-los em um livro da biblioteca OPL, ou ao redor da biblioteca, você pode encontrá-los em destaque aqui, em nosso site. Veja abaixo alguns de nossos tesouros encontrados.

² <https://oaklandlibrary.org/found-in-a-library-book/inspired-by-found-in-a-library-book/> Acesso em: 27 de mar. 2024. Tradução livre: Se você navegou pela coleção online ou a visitou pessoalmente, pode ter começado a imaginar pela coleção online ou a visitou pessoalmente, pode ter começado a imaginar as histórias por trás de alguns dos itens encontrados. Adoraríamos ouvir o que você imaginou. Podemos compartilhar suas histórias pessoalmente, online ou impressas.

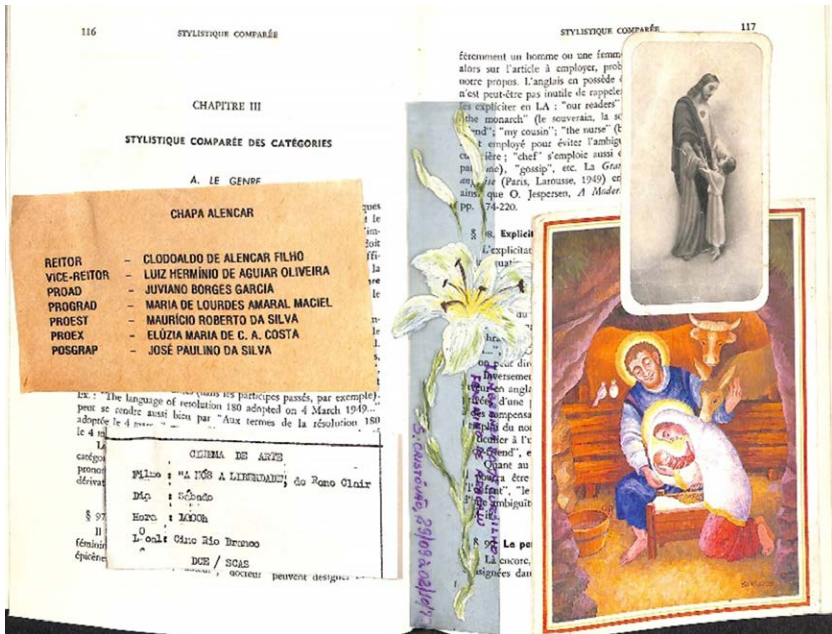
censura informações privadas, como nomes completos e endereços de papéis digitalizados.” (Costa, 2022)³.

Os materiais esquecidos dentro dos livros também têm despertado o interesse de donos de sebos e seus frequentadores. São interessantes notícias a respeito de proprietários de sebos que colecionam e mesmo organizam murais de itens encontrados nos livros. A jornalista Rafaela Holanda do Portal G1 do Distrito Federal, em 15 de dezembro de 2023, reportou a respeito de “Um sebo – local de troca e venda de livros usados – na Asa Norte, em Brasília, transformou em exposição os objetos encontrados dentro dos livros que chegam ao comércio. Dinheiro, cartas, recados, chaves, documentos e fotografias são alguns dos itens esquecidos por antigos leitores” (Holanda, 2023).

Voltando aos itens encontrados dentro dos livros do arquivo pessoal da professora Rosália, podemos perceber que eles revelam ou apresentam indícios de aspectos de sua trajetória de vida, indicam a idiossincrasia ou expressão da individualidade e subjetivação dela. A maioria desses achados demonstra suas crenças religiosas e suas práticas devocionais ligadas à religiosidade católica. É possível observar seu apreço pelas preces, orações, santinhos e prospectos de missas, indicando uma forte ligação com sua fé e espiritualidade. Além disso, esses itens guardados ou esquecidos entre as folhas dos livros revelam marcas e sinais de suas práticas de leituras e relações destas com sua atuação profissional como professora de língua francesa e literatura.

³ Leia mais em: <https://super.abril.com.br/cultura/listas-e-cartas-de-amor-papeis-esquecidos-dentro-de-livros-viram-um-arquivo-digital>

Figura 6 – Detalhe de um livro do acervo da Prof.^a Rosália Bispo dos Santos, evidenciando materiais guardados ou esquecidos em seu interior.



Fonte: Acervo do Cemdap.

É fundamental situar os documentos e objetos dentro de suas redes de significação, considerando as intencionalidades e os usos que lhes foram atribuídos. No caso dos materiais encontrados nos livros da professora Rosália, é necessário questionar por que esses itens foram guardados e quais significados eles adquiriram ao longo do tempo. A presença de flores secas, por exemplo, pode indicar a valorização de momentos específicos, enquanto recortes de jornal podem revelar interesses políticos, culturais ou profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os materiais encontrados entre as folhas dos livros do arquivo pessoal da professora Rosália oferecem uma oportunidade para investigar aspectos de sua vida cotidiana e redes de sociabilidades. A análise desses itens, realizada com contextualização histórica, permite a construção de narrativas que vão além da simples descrição de fatos, ao revelar dimensões subjetivas e afetivas de sua trajetória. Esses achados não devem ser vistos apenas como acidentais, mas como testemunhos de práticas culturais e de leitura que merecem estudo aprofundado, contribuindo para a expansão do campo de pesquisa sobre arquivos pessoais, memória e patrimônio e práticas de leitura e escrita.

Pesquisas indicam que tais materiais funcionam como “marcas de leitura” ou “vestígios de uso” (CUNHA, 2009), e podem refletir não apenas a relação do proprietário com o livro, mas também aspectos de sua vida pessoal e interesses de leitura. No caso do acervo da professora Rosália, itens como santinhos, prospectos de missas e orações apontam para uma vinculação com a religiosidade católica, além de sugerirem redes de sociabilidade relacionadas a essa prática religiosa. Esses achados permitem compreender como a devoção religiosa permeavam seu cotidiano e se integravam a outros aspectos de sua trajetória.

A catalogação e análise preliminar deste material encontrado no interior dos livros, podem ser compreendidos como “objetos-relíquia” e “ego-documentos” (CUNHA, 2009, 2019), como cartas, bilhetes, fotografias, que podem ter sido guardados com diferentes intenções ao longo da vida da professora. Alguns desses itens podem ter sido esquecidos após serem usados como marcadores de página, enquanto outros provavelmente foram mantidos de forma intencional, frequentemente associados ao livro em questão. Embora seja difícil determinar se esses objetos foram guardados

de maneira proposital ou por esquecimento, sua relevância como fontes históricas para entender a vida da professora Rosália e suas relações sociais é indiscutível.

REFERÊNCIAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11 n. 21, (1998), p. 9-34. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2061/1200>

BRASIL. Universidade do Brasil. Escola Nacional de Educação Física e Desportos. **Diploma**. Confere a Rosália Bispo dos Santos o diploma de Normalista Especializado em Educação Física. Rio de Janeiro, 16 de maio de 1946. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS).

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. “Arquivarás tua vida”. Práticas e sentidos do arquivamento do eu de uma professora (1924-2021). **Revista Cocar**, [S. l.], v. 21, n. 39, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/9548> . Acesso em: 11 jan. 2025.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares, PAULILO, André Luis. Veredas do Patrimônio Histórico Educacional: historiografia e memória. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 31, n. 00, p. e023008, 2023. DOI: 10.20396/resgate.v31i00.8670473. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8670473> . Acesso em: 21 set. 2023.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. A preservação do acervo documental do Colégio de Aplicação da UFS e a produção de pesquisas em História da Educação. In: FERRONATO, C.; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da.; **Compreensões Historiográficas da Educação Brasileira**. - 1. ed.-- Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. pp. 143 – 159. Disponível em: <https://editoracriacao.com.br/compreensoes-historiograficas-da-ducacao-brasileira/>

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da, [Entrevista concedida a Isabela Cristina Salgado] Archivoz. 2021. Disponível em: <https://www.archivozmagazine.org/pt/entrevistacom-joaquim-tavares-da-conceicao/>.

COSTA, Luisa. Dinheiro, documentos, recadinho apaixonado: Sebo no DF cria mural com itens deixados dentro de livros. **Revista Superinteressante**. São Paulo: Abril, 9 de agosto de 2022. Acesso em 27 mar. 2023. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/listas-e-cartas-de-amor-papeis-esquecidos-dentro-de-livros-viram-um-arquivo-digital>

CUNHA, Maria Teresa Santos. **(Des) Arquivar: arquivos pessoais e ego-documentos no tempo presente**. São Paulo: Florianópolis: Rafael Coetti Editor, 2019.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Uma biblioteca anotada: caminhos do leitor no acervo de livros escolares do Museu da Escola Catarinense (Décadas de 20 a 60 do século XX)**. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina: UDESC, 2009.

FCFS. Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. **Diploma**. Confere grau de Licenciado em Línguas neolatinas a Rosália Bispo dos Santos. 16 de dezembro de 1955. Aracaju, 30 de julho de 1956. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

FRAIZ, Patrícia. A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11 n. 21 (1998), p. 59-87. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2060/1199>

HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos dos indivíduos. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). Tradução de Monjardim de Calazans Barradas. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018, p. 261-274.

HOLANDA, Rafael. Dinheiro, documentos, recadinho apaixonado: Sebo no DF cria mural com itens deixados dentro de livros. **Portal G1/Distrito Federal**, 14 de dezembro de 2023. Acesso em 27 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/12/15/dinheiro-documentos-recadinho-apaixonado-sebo-no-df-cria-mural-com-itens-deixados-dentro-de-livros.ghtml>

MCKEMMISSH, Sue. Provas de mim... .In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). Tradução de Monjardim de Calazans Barradas. **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editor, 2018, p. 239 – 260.

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 11 n. 21 (1998), p. 105-119. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2064/1203>

RANUM, Orest. Os refúgios da intimidade. In: ARIÉS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da vida privada 3: da renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 211-265.

ROSÁLIA Bispo dos Santos: a querida professora. **Jornal da Cidade**. Caderno B. Aracaju, 22 de maio de 1994. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SANTOS, Rosália Bispo dos. Rosália Bispo dos Santos [...]. In: **Caderno de Memórias**. 25 anos (1967-1992). Jubileu de Prata da Universidade Federal de Sergipe. Colégio de Aplicação. UFS, 1992. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SANTOS, R. B. dos. **Discurso** como representante de turma na solenidade de formatura em Letras Neolatinas da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. Aracaju, 1955. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SANTOS, R. B. dos. **Discurso** em 1960 representando as ex-alunas do Oratório Festivo São João Bosco. Homenagem em face do falecimento de Genésia Fontes, conhecida como D. Bebé, cooperadora salesiana e diretora do Oratório, 1960. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SANTOS, R. B. dos. **Discurso** na solenidade de início do Curso de Treinamento Básico para professores do ensino médio, como representante Regional da CADES. 1964. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SANTOS, R. B. dos. **Discurso** proferido no Colégio Estadual de Sergipe, em 1965, ao assumir a direção deste estabelecimento escolar, 1965. (Arquivo

Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SERGIPE. **Decreto** de 11 de março de 1946. Designa a professora primária, Rosália Bispo dos Santos, classe D, para exercer a função gratificada de orientador de Educação Física do Curso Primário. Aracaju, 1946a. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SERGIPE. **Decreto** de 18 de agosto de 1959. Autoriza a professora catedrática Rosália Bispo dos Santos do Instituto de Educação Rui Barbosa a se ausentar do Estado por 3 meses para fazer o curso especial de Didática no Rio de Janeiro. Aracaju, 1959. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SERGIPE. **Decreto** de 5 de outubro de 1946. Nomeia professora catedrática, Rosália Bispo dos Santos, padrão F, para a cadeira de Educação Física do Instituto Pedagógico Rui Barbosa. Aracaju, 1946b. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SERGIPE. **Decreto** de 6 de abril de 1945. Designa a professora primária, Rosália Bispo dos Santos, classe D, para fazer na Capital da República o Curso Normal de Educação Física. Aracaju, 1945. (Arquivo Pessoal Rosália Bispo dos Santos. Acervo do Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS)

SILVA, Maria Tereza Paulino Leal da. **Arqueologia dos objetos esquecidos**: material encontrado dentro dos livros. Disponível em: https://www.ufmg.br/rededemuseus/mostravirtual2015/wp-content/uploads/2015/10/CEMEMOR_02.pdf

ENTRE RESTOS E PROMESSAS DE SENTIDOS: AS FOLIAS NO ARQUIVO DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFRGS

DÓRIS BITTENCOURT ALMEIDA

Quando vem cantar folia
Vai pintando uma aquarela
Êh, minha folia
(Boca Livre)

INTRODUÇÃO

Folia... “antiga dança portuguesa movimentada ao som de adufes e pandeiros, acompanhada por cantos e executada por homens vestidos de mulher, festejo animado, alegre, barulhento; farra, pândega, baile; designação dada a festejos religiosos diversos” (HOUAISS, 2004). Escolhi este substantivo para introduzir o texto, pois faz pensar no trabalho desenvolvido no Centro de Memórias da Faculdade de Educação (Ceme-Faced), espaço que salvaguarda diferentes tipologias documentais representativas da memória da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e das memórias da Educação, em uma perspectiva *lato sensu*.

Lá, *vive-se em meio à folia*, coletivamente abrimos caixas *silenciosas*, quase esquecidas no tempo, a maioria vem dos setores administrativos da Faculdade, outras tantas são fruto de doação de arquivos pessoais de professores. Higienizamos os papéis e outras materialidades, criamos unidades de sentido para agrupá-los, nos emocionamos, às vezes nos assustamos com o volume da massa documental que parece interminável. A *folia* provoca uma espécie de arrebatada

mento, de vertigem diante da imersão nessa quantidade gigante de papéis tão variados, que dizem respeito às vidas de tanta gente, docentes, discentes, servidores técnicos da Faculdade de Educação, do Colégio de Aplicação e de tantas outras instituições educativas.

Neste texto, sinto-me instada a ampliar a discussão em torno de questões que se fazem presentes no trabalho cotidiano da organização arquivística. Primeiramente, entendo a importância de situar o interesse pelas ações de arquivamento no Tempo Presente, sendo a memória e patrimônio seus sintomas mais fecundos. Na sequência, procuro explicar as ações que se desenvolvem no Centro de Memórias para, finalmente, discorrer sobre *outros querer*es com vistas a amplificar o trabalho de salvaguarda documental, traduzido em algumas atividades iniciais.

A Memória e o Patrimônio: sintomas de um estranho Presente

“Temos nosso próprio tempo” diz a canção da Legião Urbana, lançada em 1986. Que tempo é este? François Hartog (2013) cunhou o conceito de “regime de historicidade” como categoria de observação para as manifestações do tempo, em diferentes épocas. Assim, o historiador constata que vivemos sob a égide do que chama “presentismo”, como um regime de historicidade. Simultaneamente, observa a ascensão da memória e do patrimônio como sinais *do aqui e agora*, que se manifestam tanto em ações no espaço público, quanto no privado. Tais evidências indicam a importância dos *gestos de guardar*, que não são naturais, muito menos espontâneos, são produzidos num estranho engendramento entre um presente que parece se impor, de modo soberano, mas que não se basta, precisa de ancoragens no tempo passado.

Presente e memória juntos. Contraditórios? Complementares? Necessários para sentirmos algum suporte, diante de tanta fluidez

e fugacidade? Como entender essas questões em termos temporais? A ascensão da memória, aliada ao patrimônio, a partir da segunda metade século XX, está profundamente relacionada aos traumas vividos, sofrimentos que promoveram as condições para que ocorresse o fortalecimento dessas duas “palavras mestras” (Hartog, 2017), guardadas as especificidades de diferentes regiões do planeta.

O que se observa é um crescimento exponencial, inédito e rápido da memória e do patrimônio, transitando entre o coletivo e o individual, entre disputas e tensões sobre o que deve ser lembrado. A aceleração, marca do tempo presente, também se manifesta em dever de memória, no temor pelo apagamento do passado. Como diz Hartog, “é preciso fazer rápido antes que seja muito tarde, antes que a noite caia e o hoje tenha desaparecido completamente” (2006, p. 272).

Portanto, lembrar e patrimonializar podem ser entendidos como “uma maneira de se situar e de se encontrar a si mesmo – proteger o presente para preservar o futuro” (Hartog, 2017, p. 46), instituindo novas relações temporais. Essa questão, própria da contemporaneidade, nos convoca a perceber a presença da memória e patrimônio. Talvez estejamos mais seduzidos pela memória do que pela história, pois a primeira desfruta de uma posição grandiosa (Hartog, 2017). O ímpeto memorial assume diferentes feições, se manifesta ora como direito, como dever, arma, luto, trabalho, trauma, catarse... (Hartog, 2017; Sarlo, 2007), muitas vezes, essas dimensões encontram-se misturadas.

Esses são indicadores de uma mudança de paradigma que traz consequências para nossas existências. Imersos neste tempo veloz, temos a memória como uma espécie de alicerce que nos permite construirmos algum sentimento de estabilidade. Observa-se uma profusão de práticas preservacionistas, de criação de lugares de memória. São muitas as cidades, comunidades étnicas, instituições que investem nesses espaços, com vistas a produzir representações do passado. E como as escolas e demais instituições educativas se

colocam nesse debate? Cuidar do que restou de épocas pretéritas é um discurso que afeta professores, estudantes e comunidades escolares? O que interessa mais à escola? Valorizar o passado, atender as urgências do presente ou apostar no futuro? Essas são questões nodais, que se procura desdobrar a seguir.

Pode-se dizer que o conceito de patrimônio educativo coloca em questão os bens culturais que devem ser salvaguardados e se estendem para muito além da excepcionalidade de edificações escolares e histórias de professores notáveis. O conceito, sabemos, ainda ressoa como *novidade* para muitos docentes e estudantes de licenciaturas, apesar de já circular entre nós há várias décadas. Se tomarmos o final dos anos 1990, no Brasil, como um marco que desencadeou práticas preservacionistas, vamos perceber que coincide temporalmente com a legitimação da História da Educação, como campo de pesquisa na América Latina, Portugal e Espanha, entre outros países. Simultaneamente, tem-se a ascensão do fenômeno memorial, que se coloca com força no final do século XX.

E, ao mesmo tempo que avança a produção de conhecimento em História da Educação, emergem, epistemologicamente, outras concepções da História, redimensionando o conceito de documento, levando a problematizar a ideia, antes restrita, de patrimônio educativo. Nesse contexto, se fortalecem movimentos que provocam para o guardar materialidades diversas da escola e de seus agentes. São ações e concepções alimentadas umas pelas outras, não há como entendê-las em separado. Felgueiras (2011) e Souza-Chaloba (2013) corroboram essa discussão, enfatizando a presença da História da Educação, como componente curricular e área de pesquisa nas universidades, e sua influência nas reflexões acerca do patrimônio educativo, que se traduzem nos significados atribuídos ao cuidado com a memória escolar. Consequentemente, observa-se o alargamento do interesse em constituir museus, memoriais, arquivos históricos escolares, centros de documentação, na perspectiva

de entendimento político que, nas instituições educativas, há um legado a transmitir e, portanto, esses espaços precisam ser construídos. Sabemos que este ainda não é um movimento em larga escala no Brasil, mas é inegável que existe, sobretudo se considerarmos a relação que se dá entre universidades e escolas.

Avançando no debate, esse seria um fenômeno que atinge com mais força instituições escolares/universitárias, públicas ou privadas? Aqui não foram buscados números que poderiam iluminar a dúvida exposta, mas sim, procuram-se especulações verossímeis que permitem ampliar o olhar e complexificar possíveis aparências. Assim, nas escolas públicas, em que necessidades básicas demoram a ser atendidas, quando, por vezes, o Estado falha pela morosidade, há condições para atribuir valor à memória? Isso não seria *um luxo*? Por outro lado, o passado da escola pública no Brasil, seletiva, excludente, reduto de formação de elites brancas, que frequentaram prédios monumentais, é capaz de significar alguma coisa aos jovens estudantes, muitos deles pobres e negros, cujos pais e avós dela estiveram apartados? Essas vidas *aparecem* na memória das instituições? Por que lembrar? Isso produz sentidos para a juventude contemporânea? Neste país em que muitos concluintes do ensino médio fazem parte da primeira geração de sua família que chegou tão longe na escolarização, a memória da escola pública traduz, de algum modo, a memória desses sujeitos de hoje e de seus antepassados? Guarda-se para quem?

Passando agora para as instituições privadas, quando erigem seus museus e memoriais, qual a “vontade de memória” (Nora, 1993; Vidal e Paulilo, 2020) que se manifesta? Uma narrativa laudatória, edificante, em que não há espaço para a dissonância? Muitas vezes, sim. Uma *memória propaganda*, mais interessada em fazer publicidade para atrair novos estudantes e suas famílias, evidenciando o lastro histórico que acompanha a trajetória institucional? Talvez... Enfim, o que quero dizer é que não são simples esses

atravessamentos de discursos quando se pensa no cuidado com a memória das instituições educativas.

Para essas inquietações provocativas, não se tem respostas conclusivas e nem é o propósito deste texto. Entretanto, não há como negar que o direito à memória traduz-se como uma espécie de dívida da escola para todas e todos que por ela passaram. Ante a um passado em que poucos eram os eleitos de terem suas existências narradas, estamos imersos em um presente que nos provoca a reavaliar essa questão. “Para onde foram os pedreiros na noite em que a Muralha da China ficou pronta? O jovem Alexandre conquistou a Índia. Sozinho?” As perguntas de Brecht, elaboradas há quase 100 anos, mantêm sua gravidade e nos convocam a reagir.

Portanto, aqui se postula reverência à memória, concebida como direito civil, fundante para o exercício da cidadania, que se manifesta no cuidado das materialidades pretéritas, com fins de construir narrativas sobre nós mesmos, individual e coletivamente. Entende-se a construção de lugares para a memória na perspectiva do compromisso social, político e ético, haja vista que neles se resguardarão bens culturais que, de alguma forma, pertencem a todos nós, sujeitos escolarizados. De acordo com Augustin Escolano, esses bens precisam ser “buscados, conservados e difundidos porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais” (2017, p. 274).

HIGIENIZAR, INVENTARIAR, CATEGORIZAR, PUBLICIZAR: OS COMPROMISSOS DOS ESPAÇOS DE MEMÓRIA

Como pensar o patrimônio da Faculdade de Educação/UFRGS? Magalhães (2004) nos explica que cada instituição educativa produz uma cultura própria, sedimentada historicamente, que configura o seu patrimônio. Neste sentido, Felgueiras (2011, p. 85) nos fala do papel fundamental dos arquivos institucionais “na construção da memória e da identidade histórica de uma escola”. O arqui-

vo, para a autora, constitui “o núcleo duro de informações sobre a instituição”.

Há alguns anos, diante da emergência do conceito de patrimônio educativo, começou-se a ponderar se seria importante prestar mais atenção nas memórias em papel da Faculdade de Educação/UFRGS. Inicialmente, um vislumbre assustador: muitas e muitas caixas, em plástico e papelão, sobrepostas, em condições insalubres, esquecidas, abandonadas, com papeis misturados, alguns danificados, oriundos de diferentes instâncias administrativas da Faculdade. Observou-se uma massa acumulada que insistiu em não desaparecer. E seriam essas materialidades significativas para melhor compreender as camadas de tempo que atravessam a Faculdade? No prefácio do clássico *Tecendo nexos...* (Magalhães, 2004), Rogério Fernandes explica que esses “mundos por vezes quase fantasmagóricos dos arquivos institucionais são indispensáveis se queremos reconstruir o passado da educação na sua possível verdade” (p.14). Tendo como referência essa posição, deu-se a largada para um complexo trabalho de organização documental.

Enfrentou-se a tarefa de abertura daquelas caixas que pareciam infinitas, muitas delas contendo documentos de ordem corrente, sem aparente valor histórico. Aos poucos, com ajuda de estudantes, fomos abrindo, higienizando, percebendo o volume documental, difícil de calcular. Afinal, trata-se de um repositório de informações provenientes da antiga Faculdade de Filosofia¹ (anos 1940, 1950, 1960), dos três departamentos da Faculdade, a partir de 1970, (Departamento de Estudos Básicos, Departamento de Ensino e Currículo e Departamento de Estudos Especializa-

¹ A Faculdade Filosofia foi criada em em junho de 1942, unidade da então Universidade de Porto Alegre, que, anos mais tarde, seria federalizada. Inicialmente, com os cursos de Matemática, Física, Química e História Natural, e no ano seguinte com os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas, Pedagogia e Didática.

dos), do Colégio de Aplicação e do Programa de Pós-graduação em Educação.

Para preservar este acervo, foi preciso ir além da atividade própria dos historiadores e buscar orientação nos campos da Arquivística e Museologia, para melhor entender os trâmites do exercício de arquivamento, descarte, técnicas de conservação. Ou seja, é preciso encarar esse trabalho em sua interdisciplinaridade, contar com o saber técnico de arquivistas e com o apoio da instituição em questão. Essas interlocuções qualificam o debate em torno da seleção, preservação e valorização dos documentos. Além disso, é preciso manter o convencimento de estudantes das licenciaturas a engajarem-se nessas atividades, que põem em questão as fronteiras da formação docente. Atualmente, o trabalho de organização arquivística encontra-se em fase avançada. Foram higienizados os papéis que agora se encontram em torno de 100 caixas. Observamos que, neste momento, se desenvolve uma espécie de refinamento dos *gestos de guardar*, pois criaram-se categorias temáticas que permitem melhor localizar qualquer documento que foi conservado.

Em meio a essas atividades, assumimos outro desafio: escutar narrativas de professores de longa data e de estudantes egressos. Por meio da História Oral, muitas entrevistas foram e continuam sendo feitas e nelas pode-se ler/escutar narrativas de percursos singulares, mas que trazem memórias familiares, da escola que estiveram, da formação, das experiências na Universidade, que se relacionam a questões geracionais, em meio a diferentes contextos políticos do país. Enquanto isso, outra vontade foi crescendo: a de guardar arquivos pessoais de professores. Temos vinte e dois, cada um deles muito particular nos modos como seus titulares ou familiares organizaram os arquivamentos de antigos papéis representativos da vida docente na UFRGS e para além dela, afinal, não se é *apenas professor*.

Assim, três dimensões têm se colocado no trabalho desenvolvido pelo Centro de Memórias: a guarda da documentação institucional, a

produção de entrevistas com professores, outros servidores e estudantes egressos e a preservação de arquivos pessoais de professores. Neste sentido, Magalhães (2004) explica que o fundo documental da instituição é uma “representação estruturada e seletiva, produto das escolhas que fazem aqueles que se envolvem com essas atividades, escolhas às vezes pautadas numa determinada intuição, outras vezes amparada em saberes técnicos e historiográficos” (p.136). Entendo que essa ideia é capaz de configurar as atividades às quais nos dedicamos, trazendo, mais uma vez aqui *as folias*, que intitulam essa escrita.

Prosseguindo, cabe dizer que todos esses documentos, oriundos da administração da Faculdade, produzidos em entrevistas e aqueles frutos de doações, estão em processo de catalogação, que facilita a localização de cada um deles, em suas especificidades. Essa é uma dimensão extremamente relevante na organização arquivística, afinal, quais os sentidos de um Centro de Memórias? É, primeiramente, proteger a documentação, entendendo-a como patrimônio da educação, como um bem de caráter público, que deve ser salvaguardado. A partir daí, importa disponibilizá-la para a consulta da coletividade, garantir o acesso aos documentos, entendendo essas ações como respeito ao exercício de cidadania, que falávamos anteriormente. Magalhães (2004) assevera que a desordem dos arquivos escolares compromete diretamente a produção historiográfica e pondera que justamente é essa situação de descuido com a memória que pode fomentar, entre os pesquisadores da área, o desejo de envolvimento com as questões que permeiam a organização dos arquivos. Em suas palavras:

é geralmente muito escassa a informação conservada nos arquivos [...]. Tais lacunas, associadas a uma ausência de critérios de conservação e de organização, reduzem drasticamente as áreas historiográficas e comprometem a significação e a representatividade das conclusões retiradas, em especial no que se refere às práticas de participação dos atores (p. 151-152)

Em uma aposta na necessidade de Universidades públicas terem seus arquivos organizados e disponíveis à população, foi preciso construir uma primeira política institucional de arquivo para a Faculdade de Educação da UFRGS, que permitisse a tomada de decisões, as políticas de salvaguarda e descarte, o estabelecimento de ações de organização arquivística. Assim, constituiu-se o Centro de Memórias da Faculdade de Educação, em instalações próprias, com regimento aprovado no Conselho da Faculdade em 2019. Seu artigo 2º diz que:

O Centro de Memórias da Educação da Faculdade de Educação tem como missão constituir-se em espaço de alcance social e acadêmico, no sentido de promover a interação da comunidade acadêmica da UFRGS com o patrimônio histórico-educativo do estado do RS, através da salvaguarda, preservação, pesquisa e comunicação de bens culturais sob a guarda da instituição.

Em vista disso, postula-se que o investimento na construção desse espaço contribui para pensar na identidade institucional e também para fomentar a ampliação da produção em História da Educação. A seguir, apresentam-se algumas sínteses dessa organização, a partir das categorias de organização documental construídas, considerando que os documentos são “portadores de informações valiosas e que nos trazem do passado até o presente, aspectos da vida social da escola e que tornam possível escrever o itinerário da instituição” (Magalhães, 2004, p. 91).

| Categorias de organização documental: |
|--|
| Arquivos pessoais de professores |
| Atividades desenvolvidas na Faced |
| Avaliações dos docentes pelos discentes |
| Cadernos de Chamadas |
| Convênios: UFRGS e Faced |
| Convites de Formatura do Curso de Pedagogia |
| Colégio de Aplicação |
| Central de Produções – setor audiovisual Faced |
| Comissão de Graduação - Faced |
| Comissão de Carreira (COMCAR) |
| Comissão de Extensão (COMEX) |
| Cursos de Especialização - Faced |
| Cursos de Suficiência – Faced (profs.leigos) |
| Departamento de Estudos Básicos (DEBAS) |
| Departamento de Ensino e Currículo (DEC) |
| Departamento de Estudos Especializados (DEE) |
| Disciplina História da Educação na Faced (planos de ensino, atividades) |
| Diretório da Faculdade de Educação (DAFE) |
| Documentos UFRGS |
| Documentos SEC, INEP, MEC, Conselhos Federal e Estadual de Educação |
| Educação Especial |
| Escola de Inverno Faced |
| Educação de Jovens e Adultos (EJA) |
| Faculdade de Filosofia (anos 1940, 50,60) |
| História do Curso de Pedagogia |
| Históricos de Estudantes |
| Laboratório de Metodologia do Currículo (LAMEC – 1970/80) |
| Laboratório de Metodologia do Ensino Superior (LES – 1970-1990) |
| Nominata de estudantes e conceitos – Curso Pedagogia |
| Implantação da Faculdade de Educação (1970 – 1975) |
| Memoriais de estudantes do Curso de Pedagogia |
| Memórias orais de professores, servidores técnicos e estudantes egressos |
| Memoriais de Professores Titulares |
| Notícias da UFRGS |
| Programa de Pós-graduação em Educação |
| Programa de Proteção à Infância |
| Projetos de Pesquisa INEP/UFRGS |
| Projetos de Pesquisa de professores |
| Redações escolares – anos 1980 - PERICAMPUS |
| Vida acadêmica de estudantes |
| Vida funcional de professores |

Essa proposta de categorização tem em vista construir uma determinada inteligibilidade para reunir os documentos, trata-se de um ordenamento racional, que busca coerência e representa uma forma de apreensão da funcionalidade da instituição em que foram produzidos. Esses papéis não estão organizados para estarem inertes, silenciosos, inacessíveis. Ao contrário, o maior propósito, considerando os princípios do direito à memória, exercício de cidadania e fomento à historiografia, é que sejam úteis à sociedade e possam servir de substrato para a produção de conhecimento e para a formação docente. Neste sentido, apresentam-se alguns documentos e, ao lado, indicadores de possibilidades de pesquisa.

| Categoria/ Documentos | Possibilidades de Pesquisa |
|---|---|
| Arquivos pessoais Acervo de memórias orais Memoriais de professores titulares | - percursos biográficos de docentes - tensões na história da UFRGS - história de disciplinas acadêmicas - história da profissão docente/intelectuais mediadores - análise de ego-documentos: agendas, cadernos, diários - cultura escolar de instituições que estudaram/lecionaram - projetos de pesquisa e extensão que participaram/atuaram |
| Memoriais de Estudantes da Pedagogia | - escrita autobiográfica - trajetórias escolares - memórias de infância e juventude - representações geracionais, de gênero, étnico raciais, culturais, econômicas, políticas entremeadas às narrativas das estudantes - significados da escolha pelo Curso e do ingresso na UFRGS |
| Convites de Formatura do Curso de Pedagogia | - história do Curso de Pedagogia/UFRGS - discursos circulantes entre estudantes - perfil de estudantes: gênero, etário, étnico racial |
| Redações escolares – Programa PERICAMPUS | - representações de estudantes dos anos 1980 – primeiro grau de ensino - cultura escolar - sensibilidades geracionais e culturais |

| | |
|---|---|
| Colégio de Aplicação/CAp/UFRGS | <ul style="list-style-type: none"> - análise de planejamentos das aulas nos cadernos de professores - estudo dos projetos de professoras - opções pela polivalência na docência - análise dos Encontros Nacionais dos Colégios de Aplicação - relações do CAp com a Faculdade de Educação - estudo sobre o sistema de cotas do CAp - análise das produções acadêmicas sobre o Colégio – Revista Cadernos do CAp - convênios do CAp com OEA (diferentes componentes curriculares) |
| Disciplina História da Educação | <ul style="list-style-type: none"> - percursos da disciplina no Curso de Pedagogia e nas licenciaturas/UFRGS - análise dos planos de curso (súmulas, ementas, objetivos, metodologias): ênfases, mudanças, permanências, conteúdos desenvolvidos, obras de referência - identificação dos docentes de História da Educação |
| Programa de Pós-graduação em Educação/UFRGS | <ul style="list-style-type: none"> - relações com a Fundação Ford – anos 1970 - relações com CAPES e CNPq - transformações das Linhas de Pesquisa/ ingresso de novas epistemologias |
| Educação de Jovens e Adultos EJA | <ul style="list-style-type: none"> - estudo sobre as transformações na concepção do ensino supletivo (anos 1970) e os projetos de alfabetização de adultos a partir dos anos 1990. |
| Laboratório de Metodologia do Currículo | <ul style="list-style-type: none"> - projetos desenvolvidos nos anos 1970 - projetos de assessoramento a docentes |
| Laboratório de Metodologia do Ensino Superior | <ul style="list-style-type: none"> - ações desenvolvidas no Laboratório em diferentes unidades da UFRGS (cursos, projetos, aulas) |
| Diretório da Faculdade de Educação | <ul style="list-style-type: none"> - Atuação política de mulheres no DAFE junto aos demais Diretórios da UFRGS e ao DCE (Diretório Central de Estudantes) - Atividades formativas no DAFE: leituras, debates, disputas - Atuação do DAFE em diretórios de outras IES, as redes de comunicação - Organização de Encontros do Curso de Pedagogia, em perspectivas local, regional e nacional - Formas de gestão do Diretório, sociabilidades, ações implementadas para sua manutenção, administração dos recursos recebidos da UFRGS - A construção das chapas e as disputas nas eleições para o DAFE |

| | |
|-----------------------------------|--|
| História do Curso de Pedagogia | <ul style="list-style-type: none">- transformações do Curso em diferentes temporalidades- impactos da Reforma Universitária- lutas pela Pedagogia noturna- formação de professores – currículos e propostas- pesquisa com calouros – 2004-2006- documentos – início das Ações Afirmativas na Pedagogia |
| Educação Especial na Faced | <ul style="list-style-type: none">- o ingresso da temática na formação de professores- estudo das diferentes concepções da Educação Especial ao longo de décadas |
| Memórias da Faculdade de Educação | <ul style="list-style-type: none">- comemorações que ocorreram em diferentes aniversários da Faced: eventos festivos, palestras, seminários, folders- organização de um GT para pensar nas memórias da Faculdade em 1985- convites de casamento, participações de nascimento- cartões de natal recebidos pela Faculdade – dec.1980- convites de aulas inaugurais- fotos variadas com professores e estudantes- convites de cerimônias de transmissão de cargo de Direção |

Permito-me aqui tecer comentários sobre essas possibilidades de pesquisa. Uma das categorias, “História da Pedagogia”, inclui diversas fontes que, problematizadas, podem contribuir para a produção historiográfica acerca da trajetória do curso, aliado à formação docente nesta Universidade. Assim, os impactos da Reforma Universitária, as influências estadunidenses na composição do curso são elementos importantes para entender as transformações da Pedagogia nos anos 1970, visíveis em muitos documentos. Outro exemplo refere-se a um conjunto de indicadores que mostram as lutas pelo implemento do Curso de Pedagogia noturno na Faced. Nota-se, então, que esta não é uma demanda tão contemporânea como muitos podem pensar. As discussões que começaram na década de 1990, evidenciam uma mudança em relação ao *perfil* da estudante da Pedagogia com a presença de estudantes trabalhadoras que precisariam do turno da noite para concluírem o curso superior. Entretanto, a ideia, em 2023, ainda não se transformou em realidade e, no ano

passado, o debate voltou à tona, ainda sem uma decisão, pelas múltiplas disputas envolvidas.

Um tema interessante para adensar a discussão historiográfica é a disciplina História da Educação na Faced, oferecida atualmente à Pedagogia e às demais licenciaturas. Os papéis organizados nessa categoria evidenciam as transformações do componente curricular ao longo das décadas na Faculdade de Educação e mesmo antes, na antiga Faculdade de Filosofia. Pela análise de planos de curso, em seu detalhamento, observam-se as ênfases da disciplina em cada temporalidade, a afirmação da área de História da Educação, que se separa da Filosofia, e a emergência de novas temáticas de estudo, alinhadas as mudanças historiográficas próprias do início do século XXI. Também é possível localizar quem eram e quem são os professores da disciplina, possibilitando estudos de suas trajetórias.²

Ainda, como documentos sensíveis, destacam-se os muitos convites de formatura do Curso de Pedagogia, a maioria guardados pela professora Tania Fortuna, em seu arquivo pessoal, mas também foram localizados tantos outros que estavam dispersos, em meio a diferentes caixas. E o que dizer de convites de casamento e participações de nascimento encontrados aleatoriamente? Reveladores de outras sensibilidades, por meio de manuscritos, partilhava-se com a Faculdade momentos da vida íntima, prática pouco comum hoje em dia, que evidenciam as redes de sociabilidade e de afeto que permeavam as pessoas que circulavam na instituição, que se estendiam para além dos servidores, envolvendo discentes, egressos e seus familiares. Assim, chama-se atenção para outro princípio que orienta as atividades no Centro de Memórias: trabalhar para que se constitua em um lugar de memória coletiva e, ao mesmo tempo,

² A análise desses dados permitiu a produção de um estudo, tendo como corpus documental planos de ensino das disciplinas de História da Educação oferecidas ao Curso de Pedagogia/UFRGS, desde 1969, chegando aos planos atuais. Ver: Almeida e Gil, 2024.

haja espaço para as singularidades e individualidades dos agentes da educação, docentes, servidores técnicos e discentes.

Do Arquivo ao Centro de Documentação: preparando o tempo que virá

Pierre Nora já nos dizia “produzir arquivos é o imperativo da época” (1987, p.16), questão esta retomada por Paul Ricoeur (2007), anos depois. Interessado em discutir a relação do historiador com o documento, o filósofo explica que o arquivo se apresenta como um lugar físico “que abriga o destino dessa espécie de rastro documental” (2007, p. 177). Vai além da ideia do lugar físico, ao trazer Michel de Certeau para o debate, que também o considera como um “lugar social”, fundante para o desenvolvimento da operação historiográfica.

Pensando nos *quereres* que permeiam a organização arquivística, há questões cruciais a serem enfrentadas e todas elas começam pelo *o que guardar?* Nesses espaços de memória, consegue-se acomodar *tudo?* Entende-se que é preciso ter objetivos claros nos propósitos de existência desses lugares. Muitas vezes, o Arquivo assume um propósito *stricto sensu* institucional, ou seja, exclusivamente direcionado à salvaguarda da documentação de caráter oficial. Nesse processo de guarda, identificam-se os documentos que já cumpriram suas funções imediatas, “avaliados como de valor permanente pela densidade de seu valor informativo testemunho, tanto para a história institucional que os produziu, recebeu e acumulou como para a sociedade, em cujo contexto viveu e atuou naquela instituição” (Bellotto, 2017, p. 137). Trata-se de uma escolha, legítima. Não obstante, observa-se que, neste tempo presente, de ascensão do fenômeno memorial, somos instados a criar novas possibilidades de preservação. Entende-se que o desejo de ampliação de acervos é sintoma desta temporalidade, mas é preciso estar

atento, ter cuidado nas políticas de avaliação do que se pode receber, sem ferir o escopo que caracteriza o lugar de memória.

E nessa discussão entra em cena o conceito de Centro de Documentação. À luz dos pressupostos da Arquivística, quais suas fronteiras em relação aos Arquivos? Mais uma vez, Heloisa Bellotto (2017) nos auxilia, expondo as aproximações e especificidades do Arquivo, Biblioteca e Centro de Documentação. A autora explica que o Arquivo reúne organicamente documentos que vêm das diferentes instâncias institucionais, portanto, produz cumulativamente seu acervo, por meio do recebimento dos papéis correntes da instituição. Considerando as Bibliotecas, seus objetivos são técnicos, científicos e culturais, o acervo é constituído por compra, doação ou permuta, com fins científicos e culturais. Mas e os Centros de Documentação? Bellotto (2017) nos diz que estes apresentam um caráter misto, “representam uma soma das duas instituições referenciadas” (p.32). Constroem seu acervo por compra, doação, permuta ou, como os Arquivos, por recolhimento obrigatório. A Biblioteca é órgão colecionador e que custodia seu próprio material, o acervo está fisicamente presente em suas instalações. O Arquivo, como órgão receptor, abriga documentos também em seu espaço físico. Entretanto, o Centro de Documentação é também colecionador e pode ser referenciador, isso porque, frequentemente, não reúne materialmente todos os seus documentos, referencia-os, através dos catálogos.

Lendo essas definições tão precisas, sou levada a pensar no que acontece no Centro de Memórias atualmente. Temos muita documentação puramente institucional, na verdade a maior parte, mas temos também, como dito anteriormente, o acervo de memórias orais e os arquivos pessoais de professores. E, neste ano, firmou-se um acordo com a Biblioteca, em que o acervo de livros didáticos e cartilhas, de caráter histórico, passou a integrar o conjunto documental do Memória Faced. Não fisicamente na mesma sala, mas por meio da disponibilização dos catálogos desses materiais que

se encontram salvaguardados no mesmo prédio. Como exemplos, destaco alguns desses impressos, começando pelos mais antigos: a *Cartilha maternal ou arte de leitura* (DEUS, 1876) e a cartilha *Queres ler?* (Acauan, 1919). A maior parte desses livros didáticos são das décadas de 1950, 1960, 1970. Mas há também os da década de 1940, como *O pequeno escolar*, (Moura, 1947), *Cirandinha: leitura intermediária* (Oliveira, 1940), *Sei ler: leituras intermediárias* (Moraes, 1949), *O bom colegial* (Freitas, 1948) e *História do bebê* (FONTES, 1945). Considerando que o Curso de Pedagogia foi criado em 1942 na UFRGS, talvez por isso não encontremos livros didáticos dos anos 1930. Tendo em vista que o Colégio de Aplicação foi fundado em 1954, talvez esses acontecimentos expliquem o aumento de livros didáticos a partir dos anos 1950.

Ainda, importa dizer que este texto está sendo escrito, projetando o tempo que logo virá, como um horizonte de expectativa (Koselleck, 2014). Este espaço de memórias da Faculdade de Educação/UFRGS não é apenas um Arquivo no sentido literal definido pelas normativas da Arquivística, gradativamente, vem se transformando em Centro de Documentação, pelas ações de doação e pela vinculação com os acervos históricos da Biblioteca. Neste momento, faz-se um chamamento à comunidade acadêmica na campanha *Doe seu caderno*, em que se busca sensibilizar estudantes e servidores para os gestos de doar, tendo como uma inspiração a canção de Toquinho, *O caderno*, sobretudo os versos: “só peço a você um favor se puder, não me esqueça num canto qualquer”. Sabemos dos desafios que temos pela frente: preservar, seguindo os protocolos de guarda e higienização, preencher fichas com informações do material e do doador. Mas acreditamos que, assim, estaremos construindo um espaço para salvaguarda de documentos importantes para a memória da Educação, cumprindo com um dever ético de valorização desses patrimônios, mais uma vez instigados pelo direito à memória e exercício da cidadania.

CONCLUSÃO

“Quando vem cantar folia, vai pintando uma aquarela”, diz a canção do grupo Boca Livre, aqui pensada como alegoria ao trabalho desenvolvido em um Arquivo institucional.

Este texto procurou não se desviar da sensibilização diante da importância em constituir lugares para guardar memórias nas instituições educativas. Iniciou-se por uma discussão sobre a ascensão da memória e do patrimônio. Conduziu-se o leitor a refletir acerca da não naturalidade dessas questões. Memória e o patrimônio são instituídos no Tempo Presente, pois este não se mantém sozinho, comporta muitos passados que insistem em ressoar.

Escolas e Universidades conservam sua documentação corrente por dever oficial, mas será que atentam para os significados de *outros modos de guardar*? Podemos dizer que existem parcelas dessas instituições que sim, se preocupam efetivamente com a salvaguarda de sua memória. Mas muitas ainda não atentaram para essa dimensão. Magalhães explica que, justamente, ainda é escassa a produção em História da Educação porque é comum não existir uma “uma política esclarecida sobre a conservação, preservação e organização documental, ficando os fundos documentais das instituições dependentes do arbítrio dos agentes responsáveis e dos imprevistos que o tempo e a gestão dos espaços, por vezes, exíguos, permitem” (2004, p.152).

Avançou-se na discussão centrada nas ações e desafios assumidos pelo setor responsável pelo cuidado com as memórias da Faculdade de Educação/UFRGS. Como já sinalizado, narrativas orais, arquivos pessoais, somados a uma massa documental de caráter institucional se colocam como três grandes eixos de atenção nas políticas de salvaguarda. Vale lembrar que, isolados, esses “restos arqueológicos” (Magalhães, 2004) são apenas fragmentos do passado, desordenados, quase perdidos, a organização lhes confere uma determinada coerência e unidade no conjunto do acervo.

Mas, o que se deve guardar? O que se pode descartar? Que critérios estabelecer? São perguntas que se fez ao longo dessas páginas. É preciso considerar as singularidades de cada instituição e suas “vontades de memória” (Nora, 1993; Vidal e Paulilo, 2020), *seus quereres*, sem esquecer que este sempre será um campo de disputas que coloca em xeque memória e esquecimento.

“A folia vai pintando uma aquarela” é um verso que faz pensar na vivacidade dos lugares de memória nas instituições. Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação devem existir para servir à coletividade, e tornar acessíveis as informações que conservam. Este é um compromisso fundante afinado ao direito à memória, à cidadania e ao fomento à produção científica. Segundo Bellotto “os documentos arquivísticos estão profundamente inseridos naquilo que chamamos de sociedade” (2017, p.134). Eliane Peres complementa a reflexão ao postular a dimensão política desses espaços de memória na escola, em suas palavras, importa “não deixar esquecer aquilo que uma sociedade e a nação precisam lembrar para sobreviver” (2019, p. 19).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Dóris Bittencourt e GIL, Natalia de Lacerda. História da Educação na formação em Pedagogia: análise dos planos de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Brasil, 1969-2024). **PARADIGMA (MARACAY)**, v. 1, 2024.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

DEUS, João de. **Cartilha maternal ou arte da leitura**. Porto: Expresso: Banco Comercial Português, 1876.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FELGUEIRAS, Margarida. Herança educativa e museus: reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.11.n.1, jan/abr, 2011.

- FONTES, Ofélia. **História do Bebê**. São Paulo: Francisco Alves, 1945.
- FREITAS, Altina Rodrigues de. **O bom colegial: cartilha**. São Paulo: Francisco Alves, 1948.
- GEYER, Olga Acauan. *Queres ler?* Porto Alegre: Selbach, 1919.
- HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. **Varia História**. Belo Horizonte., v.22, n.36, p. 261-273, 2006.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.
- MAGALHÃES Justino. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- MORAIS, Teodoro de. **Sei ler**: leituras intermediárias. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, 1993.
- OLIVEIRA, Alaíde Lisboa de. **Cirandinha**: leitura intermediária. Rio De Janeiro: Francisco Alves, 1940.
- PERES, Eliane. A constituição de um Arquivo e a escrita da História da Educação: do gesto artesão à prática científica. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.19, 2019.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.
- SANTOS, Máximo de Moura. **O pequeno escolar**. São Paulo: Editora Nacional, 1947.
- SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima. Preservação do patrimônio escolar: notas para um debate. **Revista Linhas**. Florianópolis, v.14, n26, jan./jun 2013, p.199-221.

ENTRE CURTIDAS E COMENTÁRIOS: O CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE E OS DESAFIOS DA CELEBRAÇÃO VIRTUAL DE UM SESQUICENTENÁRIO (2020)

JOÃO PAULO GAMA OLIVEIRA
ROSEMEIRE MARCEDO COSTA
EVA MARIA SIQUEIRA ALVES

Na escola de hoje, como na de tempos atrás, há rituais, saberes, valores e modos de agir que constituem maneiras de ser interiores à experiência escola. Deverão ser revistos. É necessário, no interior da escola, que sejam colocadas questões para problematizar aquilo que costuma ser visto como natural. É preciso mudar o que estiver obsoleto. É preciso preservar o que se considerar valioso. (Boto, 2017, p. 293, grifo nosso).

INTRODUÇÃO

As palavras da professora Carlota Boto, nas conclusões da sua obra *A liturgia escolar na Idade Moderna*, nos convidam para uma dupla reflexão: o que precisamos mudar e o que necessitamos preservar “na escola de hoje”? Diante das questões e tendo como foco o trabalho realizado no Centro de Educação e Memória do Athe-neu Sergipense (Cemas), entendemos que se faz necessário mudar/ aprimorar, entre tantas outras questões, a maneira com a qual comunicamos o conhecimento da área de História da Educação e sua popularização, inclusive na educação básica. Em outro âmbito, desejamos preservar os resquícios do passado que resistiram ao tempo de uma cultura da escola secundária e integram o patrimônio educativo da sociedade sergipana.

Assim, tratamos de maneira mais específica de como o trabalho de preservação daquilo que consideramos “valoroso” e que resistiu ao tempo no Atheneu Sergipense pode ser explorado de diferentes formas, inclusive pela via das redes sociais, com *lives*, *cards*, vídeos e *podcasts*. Deste modo, no presente texto objetivamos apresentar as ações do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense que foram realizadas de maneira virtual no ano de 2020. O recorte temporal justifica-se sendo o ano do sesquicentenário do Atheneu Sergipense, no qual fomos atingidos de maneira direta pela pandemia da Covid-19, tendo toda a programação, antes pensada para a celebração de forma presencial, sido alterada para o virtual.

Antes de tratarmos do objetivo em si, façamos uma digressão para sinteticamente explorar o surgimento do Centro de Memória. No início dos anos 2000, a área da História da Educação em Sergipe ganhou um impulso, com a produção de um conjunto de dissertações no então Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, juntamente a uma série de teses concluídas em outras partes do Brasil. Entre estes estudos, consta a tese *O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)*, defendida por Alves (2005) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Entre as pesquisas iniciais no acervo do Atheneu Sergipense, no ano de 2001, até a sua conclusão, somadas as leituras e visitas técnicas a espaços de memória educativos, em meio ao furor da preservação dos acervos escolares que a área vivia no Brasil naquele período, entendeu-se que a documentação localizada pela aludida pesquisadora deveria ser salvaguardada e disponibilizada para todos aqueles que tivessem interesse em conhecer mais sobre a escola secundária. Assim, surgia a ideia de criação do Centro de Educação Memória do Atheneu Sergipense (Cemas)¹.

¹ Para saber mais sobre o Cemas, sugere-se a leitura de Alves (2015; 2016); Oliveira (2023) e Silva (2019).

Instituído em agosto de 2005, o Cemas tem por principal objetivo preservar os vestígios escritos ou não, o testemunho histórico, além de criar informações necessárias para salvaguardar o patrimônio cultural e manter exposição permanente da memória educacional e social do Atheneu Sergipense. Contando com o Fundo Arquivístico / Atheneu Sergipense, a documentação está dividida em Séries (Atas, Atestados Médicos, Boletins, Cadernetas, Correspondências, Exames e Concursos, Imprensa, Livros de Ponto, Livros de Registros, Matrículas e Transferências), como também duas sub-séries (Correspondências Expedidas e Recebidas).

O material está organizado em Guias de Fontes da seguinte forma: 2 catálogos do período de 1848 a 1950; 2 catálogos do período de 1950 a 1970; 1 catálogo da Arcádia Literária Estudantil; 1 catálogo com fontes iconográficas e 1 catálogo do Atheneu Sergipense na Biblioteca Nacional (1875-1929). Em construção consta 1 Catálogo do período de 1970 a 1996; Guia da organização do Cemas (ofícios, projetos, equipes, cursos, atividades, publicações, etc.); Guia dos objetos (troféus, laboratório, móveis, livros).

O trabalho realizado na escola estadual em funcionamento ininterrupto desde o ano de 1870 conta com a parceria direta da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com a atuação de professores e alunos, sendo que, desde 2013, foi firmado um Termo de Convênio de Cooperação Técnica entre a UFS e a Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (Seduc) para a gestão do Cemas. O Termo oficializa os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão realizados no espaço de memória escolar e torna a sua gestão partilhada entre o ensino superior e a educação básica, entrelaçados pela memória².

² A Professora Eva Maria Siqueira Alves foi a gestora no período de 2005, mesmo antes do convênio firmado, até 2019; logo depois assumiu os trabalhos João Paulo Gama Oliveira, 2019 a 2021; Rosemeire Marcedo Costa 2021 a 2022, tendo o professor João Paulo Gama voltado à gestão em 2022.

Compreendemos que o Cemas integra um movimento internacional de pesquisadores da área assim descrito por Mogarro e Namora:

Um movimento dos investigadores e historiadores da educação que desenvolveram novos olhares sobre os fenômenos educativos, dando uma atenção crescente à materialidade da escola e ao seu patrimônio e inserindo-o nas atuais correntes epistemológicas, assim como nas agendas internacionais de investigação, muitas vezes em associação com iniciativas de natureza museológica (Mogarro; Namora, 2016, p. 38).

Nesta perspectiva, também corroboramos com as assertivas de Escolano Benito (2016, p. 48), para o qual: “Los restos arqueológicos de la escuela son, em primer lugar, materialidades con memoria”. Assim, a salvaguarda do patrimônio educativo do Atheneu Sergipense possui uma memória edificada que é problematizada e discutida por meio de diferentes pesquisas e ações. Trabalho que busca atingir diferentes públicos da sociedade sergipana, sendo que em 31 de outubro de 2019, o Conselho Estadual de Educação do Estado de Sergipe concedeu Moção de Reconhecimento ao Cemas pelo trabalho desenvolvido na preservação do patrimônio documental do Atheneu Sergipense.

Entre tais ações constam aquelas desenvolvidas de maneira virtual ao longo das celebrações do sesquicentenário da instituição educativa e os seus desdobramentos. Neste sentido e tendo em vista atingir o objetivo proposto, trataremos das ações realizadas pelo Cemas, de maneira virtual no ano de 2020, nos 150 anos da escola, ações realizadas dentro do Projeto “150 anos do Atheneu Sergipense”, que contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes).

OS 150 ANOS DO ATHENEU SERGIPENSE: UMA CELEBRAÇÃO VIRTUAL

Objetivando executar diferentes atividades alusivas às celebrações dos 150 anos do Atheneu Sergipense, a equipe gestora do Cemas, composta pelos docentes da Universidade Federal de Sergipe: Eva Maria Siqueira Alves, João Paulo Gama Oliveira e Rosemeire Marcedo Costa, elaborou e apresentou projeto à Capes, aprovado por meio do Auxílio n.º: 0669/2019/PAEP.³ Com tais recursos, as ações se concentraram entre os meses de outubro de 2019 a fevereiro de 2021.⁴ De forma presencial, a abertura das festividades ocorreu em 24 de outubro de 2019, com a reinauguração do Colégio, após ampla reforma, nova sala designada para o Cemas e obliteração de Selo Comemorativo dos Correios, como pode-se ver na imagem a seguir:

³ A proposta consistia em festejar o sesquicentenário da Escola de maneira presencial e as ações iniciadas em 2019 foram assim realizadas. Com o início da pandemia da Covid-19 e a necessidade do distanciamento físico recomendado pelas autoridades sanitárias, todo o Projeto foi repensado para ser realizado virtualmente, com um tatear no uso das ferramentas e a série de desafios que enfrentamos em meio a perdas de milhares de vidas. Deste modo, presencialmente só foi possível lançar o Selo Comemorativo, o Calendário Festivo e iniciar o Ciclo de Palestras.

⁴ Para reforçar a equipe e estreitar a relação entre a Universidade Federal de Sergipe e a Seduc, o Secretário de Educação do Estado designou, por meio da Portaria n. 6618/2019/GS/SEDUC, os seguintes representantes: José Ricardo Santana (Superintendente Executivo da Seduc), Eva Maria Siqueira Alves (UFS), Ézio Déda (Diretor-Presidente do Instituto Banese), João Paulo Gama Oliveira (UFS), Maria Gilvânia Guimarães (Diretora da DEA/Seduc), Daniel Lemos (Diretor do Atheneu Sergipense), João Quintino (Representando os ex-alunos), Maryvan Santos Silveira (Seduc) e Mário Resende (UFS/ Seduc). Muito embora não conste na referida Portaria o nome da professora Rosemeire Marcedo Costa (DED/UFS), a docente participou ativamente de todas as atividades do Sesquicentenário do Atheneu Sergipense.

Imagem 1: Selo Comemorativo dos Correios em alusão aos 150 anos do Atheneu Sergipense



Fonte: Cemas (2020).

Ainda de forma presencial, foi lançado o Calendário Festivo para o ano de 2020, idealizado como uma importante forma de prestar homenagem à instituição escolar durante todo o ano, pois pensar no Atheneu Sergipense significa refletir sobre os diferentes sujeitos que o constituíram como instituição educacional em 24 de outubro de 1870. Criada no Governo do Presidente Tenente Coronel Francisco José Cardoso Júnior, quando a capital de Sergipe completava seus 15 anos, aquela “Casa de Educação Literária” tornou-se símbolo significativo da educação secundária sergipana.

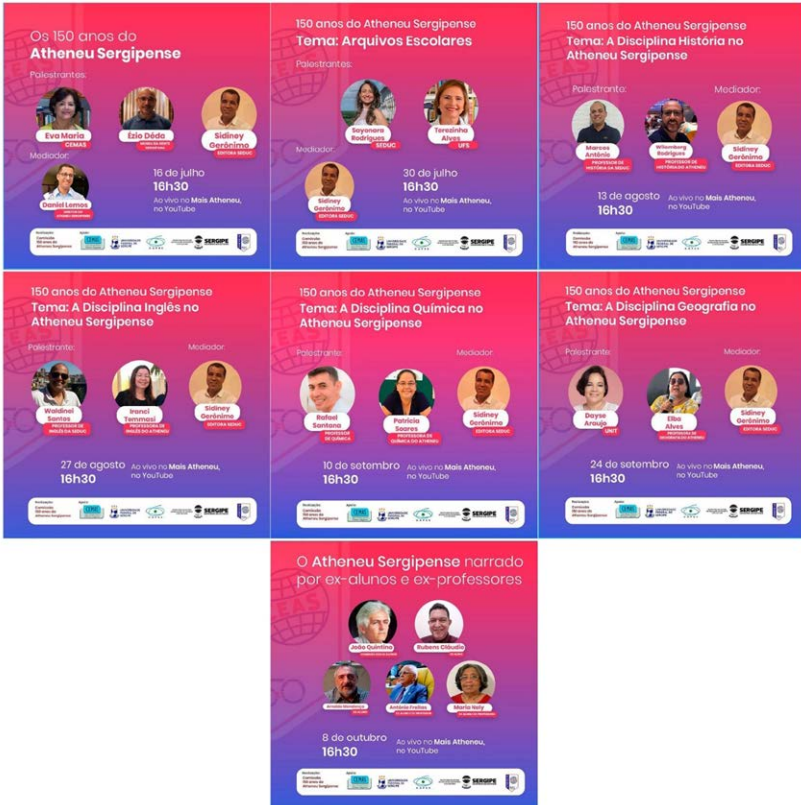
Nos 150 anos de ininterrupto funcionamento, múltiplos foram os sujeitos em suas funções específicas (administrativo, pedagógico, corpo docente, corpo discente) que construíram pedra a pedra a instituição que projetou vultos no cenário nacional. Nomear personalidades para compor o “Calendário Festivo 2020”, que exponham traços significativos de suas atuações naquele ambiente formador, tornou-se tarefa complexa, pois a opção foi inevitável e adotou-se como critério apresentar pessoas que ocuparam diferentes funções na instituição, sendo elas personagens já falecidas de modo a contemplar os séculos XIX, XX e XXI.

Investigando a atuação de tão somente 11 sujeitos, afirmamos mais uma vez que o Atheneu Sergipense se tornou um catalizador, um centro aglutinador e disseminador do *ethos* cultural, sabendo-se impor com ufania e orgulho para Sergipe. O calendário ficou assim exposto: janeiro – Maria Thetis Nunes (*6/01/1923; +25/10/2009); fevereiro – Clodomir Silva (*20/02/1892; +10/08/1932); março – Marcelo Déda (*11/03/1960; +2/12/2013); abril – Maria Rita Soares de Andrade (*3/04/1904; + 5/04/1998); maio – Felisbelo Firmo de Oliveira Freire (*30/01/1858; +7/05/1916); junho – Joaquim do Prado Sampaio Leite (*3/06/1865; +13/02/1932); julho – Brício Maurício de Azevedo Cardoso (*9/06/1844; +21/11/1924); agosto – Maria Ligia Madureira Pina (*30/09/1925; +14/08/2014); setembro – José Rollemberg Leite (*19/09/1912; +24/10/1996); outubro – Criação do Atheneu Sergipense; novembro – Manuel Luiz Azevedo D’Araújo (*24/11/1838; +21/10/1883); dezembro – Ofenísia Freire (*28/12/1913; +21/10/1883).

Outra atividade ainda realizada de forma presencial, objetivando apresentar, para a comunidade escolar e a sociedade em geral, aspectos relevantes da história do Atheneu Sergipense consistiu em duas palestras, respectivamente, em novembro de 2019 e fevereiro de 2020: “CE-MAS – Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense”, proferida por Eva Maria Siqueira Alves, e “A Arte e o Atheneu Sergipense: os professores de Desenho (1905-1925)”, com Danielle Virginie Guimarães.

Com o início da Pandemia da Covid-19, as *lives* foram a primeira alternativa encontrada para a continuidade das atividades. Os encontros contaram com a participação de acadêmicos, professores de graduação, pós-graduação, educação básica, além de ex-alunos do Atheneu Sergipense. As temáticas escolhidas para a discussão buscaram estabelecer um diálogo entre aspectos históricos e atuais, atender o público de ex-alunos como também discentes que na contemporaneidade integram o dia a dia da escola. Vejamos a seguir os cards dos debates virtuais:

Imagem 2: Cards das *lives* dos 150 anos do Atheneu Sergipense (2020)



Fonte: Cemas (2020).

Em meio às notícias desastrosas que acompanhávamos pelas mídias, as perdas e medo do que o vírus poderia causar, os encontros virtuais constituíram-se como momentos de refúgio. Desde a preparação para participar, os comentários no *chat* até a possibilidade de tratar de história de uma escola a partir de diferentes perspectivas, tais práticas forneceram um sopro de conforto em dias tão difíceis. Discutir sobre os alunos, sobre os arquivos, sobre os que foram e aqueles que permaneceram. Tratar da “cultura empírica da escola” (Escolano Benito, 2017, p. 86) nessa série de *lives*, para dife-

rentes públicos, de maneira virtual e em um momento tão singular da história, foi um grande desafio, mas também um enorme espaço de aprendizado e partilha acerca da história da educação, de memórias e histórias relacionadas ao Atheneu Sergipense.

Além das sete *lives* e várias reuniões remotas, também foi publicada pela Editora Mercado de Letras, e lançada virtualmente, a coleção “Uma Casa de Educação Literária: 150 anos do Atheneu Sergipense” (Alves; Oliveira; Costa, 2020), resultante de investigações que focam o Atheneu Sergipense. As obras, em sua maioria, foram produzidas a partir da documentação salvuardada no Cemas, tornando-se um *locus* de pesquisa que, dotado dos princípios arquivísticos, contribui para o trabalho dos interessados nas temáticas que ali podem ser estudadas.⁵ Como afirmou Ane Mecnas Santos e Magno Francisco Santos, ao resenhar tal obra coletiva:

A coleção coroou uma trajetória dedicada ao estudo da história do Atheneu Sergipense. Possibilita uma ação de retorno social das pesquisas em história da Educação e revela as especificidades do ensino secundário em Sergipe, que ora se aproximava das experiências de outros centros, ora se distanciava. De toda forma, a

⁵ As obras publicadas na Coleção foram as seguintes: *Sob a lente do discurso: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)* – Ana Márcia Barbosa dos Santos Santana; *Brício Cardoso no Cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)* – Christianne Gally; *Formação do conceito de fato histórico na cultura ocidental* – José Silvério Leite Fontes; *Apresentação* – Edmilson Menezes; *Planos de Estudos do Atheneu Sergipense (1870-1931)* – Eva Maria Siqueira Alves; *Das cadeiras isoladas ao Atheneu Sergipense: elite letrada e o ofício docente em Sergipe no século XIX* – Fábio Alves dos Santos; *Nas trilhas dos jovens anos escolares: itinerários de intelectuais sergipanos (1935-1945)* – João Paulo Gama Oliveira; *O reluzir da ordem e da disciplina: práticas de Instrução Pré-militar no Atheneu Sergipense (1909-1946)* – Rosemeire Marcedo Costa; *Com a palavra os alunos: associativismo discente no Grêmio Literário Clodomir Silva* – Simone Paixão Rodrigues; *De Curso de Comércio do Atheneu Sergipense a Escola Técnica de Comércio: a configuração dos saberes matemáticos para a formação profissional (1871-1971)* – Simone Silva da Fonseca; e *Os concursos para professores do Atheneu Sergipense (1938-1947)* – Suely Cristina Silva Souza.

emergência de novos estudos explicita a polifonia das trajetórias educacionais vivenciadas em diferentes estados e instituições do país. Além disso, consolida a certeza de que para se pensar a história do Brasil é salutar reconhecer as fissuras existentes no suposto tecido uníssono e valorizar as particularidades que enlaçam a malha do nacional. Trata-se de uma historiografia que merece a leitura atenta. (Santos; Santos, 2022, p. 4).

Dentro desta “polifonia” a Coleção abre espaço para várias perspectivas da História da Educação, alunos, docentes, agremiações, planos de ensino, contudo há uma ênfase na História das Disciplinas Escolares (HDE), temática principal do Grupo de Pesquisa do qual frutificou a maior parte dos trabalhos. A HDE integra-se a um movimento mais amplo da teoria e da história da educação voltada para “[...] o mundo da ação como cultura efetiva e não apenas das teorias e normas que buscaram regular, a partir do contexto, a vida das instituições” (Escolano Benito, 2017, p. 23). No bojo deste processo estão as disciplinas escolares que interligam a história dos conteúdos e métodos com “[...] as finalidades às quais eles estão designados e com os resultados concretos que eles produzem” (Chervel, 1990, p. 187). Atentando para diferenciar as finalidades inscritas das finalidades reais, os trabalhos produzidos pelo Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino e Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq), e publicados na coleção, dialogam diretamente com tais pesquisadores, além de se atentarem aos avanços e desafios dessa área, estando agora disponíveis para um público maior que esteja interessado em saber mais sobre a história de uma escola pública do Nordeste do Brasil que alcançou o sesquicentenário.

Ainda na perspectiva de amplificação do trabalho desenvolvido no Cemas no bojo dos 150 anos da escola, foi firmada uma parceria com a Rádio UFS para produção e veiculação de dez *Podcasts* baseados nas obras da referida Coleção. Outra atividade consistiu na

produção e divulgação nas redes sociais de dez vídeos⁶ relativos a aspectos históricos dos 150 anos do Atheneu Sergipense, a saber: Criação do Atheneu Sergipense e suas sedes; Calendário 2020; As Ciências Físicas, Químicas e Naturais; Colação de Grau: Bacharel em Ciências e Letras do Atheneu Sergipense; O Corpo Discente do Atheneu Sergipense: Jornais e Agremiações Estudantis; As Teses Produzidas nos Concursos para Professores do Atheneu Sergipense (1938-1947); Maria Thetis Nunes e o Atheneu Sergipense; Sob o Comando do Exército: práticas de Instrução Pré-Militar no Atheneu Sergipense (1909-1946); Produções com o Acervo do Cemas e o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Complementa a produção visual um documentário intitulado *Atheneu Sergipense – 150 anos*, produzido e exibido pela TV Alese.⁷

Os vídeos e documentários expõem para as pessoas da sociedade de maneira geral elementos tão valorizados no campo da história da educação, que se articulam com as perspectivas de Benito Escolano (2017, p. 225), ao considera que: “A valorização da memória como fonte de conhecimento da cultura escolar nos convida a uma imersão arqueológica nas coisas, nos ícones e nas linguagens em que se manifestam as materialidades da educação e suas representações”.

Neste mesmo sentido, também foi planejado o Ciclo de Estudos “150 Anos do Atheneu Sergipense: contribuições para o (re)pensar da História do Ensino Secundário Brasileiro – Leituras”⁸, como mais uma

⁶ Disponíveis no Facebook e Instagram do Cemas, como também no endereço eletrônico: <https://maisatheneu.com.br/cemas>.

⁷ Parte 1 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fd9jCYGuM6o>. Parte 2 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QIWT2kNAFKk&t=2s>. Parte 3 disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ofPeQ9GqcPA>.

⁸ Segue a programação do Ciclo: 13 de julho – História do Ensino Secundário no Brasil: reflexões necessárias; 10 de agosto – A modernização do ensino secundário brasileiro: questões para o debate; 14 de setembro – O ensino secundário brasileiro e o lugar do Atheneu Sergipense; 5 de outubro – Histórias preservadas, histórias a serem escritas: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas); 9 de novembro – Escola Normal e Atheneu Sergipense: aproximações e distanciamentos; 14 de dezembro – Fontes e acervos para a história do ensino secundário em Sergipe.

iniciativa das comemorações dos 150 anos do Atheneu Sergipense visando colocar em diálogo discentes da graduação e da pós-graduação da UFS com professores da Rede Pública de Ensino e pesquisadores da área. A discussão acerca da História da Educação teve como elemento norteador a história do ensino secundário no país por meio do Atheneu Sergipense, situando o local e o nacional em uma confluência de consonância e dissonâncias, próprias dos sujeitos que no seu cotidiano fazem a história da instituição educativa. As reuniões contaram com a participação de pesquisadores de Sergipe, como também de outros estados do país. Vejamos o card do primeiro Ciclo:

Imagem 3: Ciclo de Estudos: 150 anos do Atheneu Sergipense

LIVE

CICLO DE ESTUDOS
150 ANOS DO ATHENEU SERGIPENSE: CONTRIBUIÇÕES
PARA O (RE)PENSAR DA HISTÓRIA DO ENSINO SECUNDÁRIO
BRASILEIRO - LEITURAS

Rosa Fátima de Souza Chaloba
UNESP - PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
CONFERENCISTA

13 JUL.
14H

ACESSO AO
CANAL PET

YouTube
PET CONEXÃO
DE SABERES

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
SERGIFE

DEHEA

CEMAS

ET

Fonte: Cemas (2020).

As palestras e debates uniram interessados, mobilizaram sujeitos e ativaram memórias a respeito da escola. Ao todo o Ciclo contou com cinco encontros a partir de diferentes perspectivas com as seguintes temáticas: História do Ensino Secundário no Brasil: reflexões necessárias; A modernização do ensino secundário brasileiro: questões para o debate; O ensino secundário brasileiro e o lugar

do Atheneu Sergipense; Histórias preservadas, histórias a serem escritas: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (Cemas); Escola Normal e Atheneu Sergipense: aproximações e distanciamentos além de Fontes e acervos para a história do ensino secundário em Sergipe.

As celebrações da efeméride dos 150 anos foram encerradas em 3 de fevereiro de 2021, exatamente 150 anos depois do início efetivo das aulas do Atheneu Sergipense. Tal data foi marcada pelo lançamento virtual do *Álbum Atheneu Sergipense*⁹ (Alves; Oliveira; Costa, 2021), contendo registro fotográfico com imagens de prédios, desfiles, atividades de educação física, salas de aula, laboratórios, aulas, entre outras fotografias cujos personagens principais foram professores, diretores e alunos. A obra está dividida em três partes: “A Casa de Educação Literária”, “O ambiente formador”, “A efervescência juvenil secundarista”. De modo a subsidiar o/a leitor/a na narrativa histórica do Atheneu Sergipense, expomos também uma linha do tempo, marcando eventos significativos da edificação daquela “Casa de Educação Literária” que se tornou “o ambiente formador” da “efervescência juvenil secundarista” ao longo de um século e meio, com presença marcante na História da Educação e na História de Sergipe.¹⁰

Como ferramenta de divulgação das atividades do Cemas, foram criados canais nas redes sociais, Instagram e Facebook, possibilitando uma ampla divulgação das ações e do compartilhamento de atividades. Reportagens alusivas às celebrações dos 150 anos do Atheneu Sergipense foram exibidas em TVs, rádios, jornais e

⁹ Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/14111https://issuu.com/educacaoe/docs/album_atheneu_2021.

¹⁰ Em fevereiro de 2021 o *Álbum* foi lançado em formato de e-book, fruto do aludido Projeto que contou com financiamento da Capes, já no ano de 2022 a obra foi impressa pela Editora da Seduc/SE.

páginas institucionais.¹¹ Deste modo, apesar de todas as questões impeditivas devido à pandemia com o isolamento social presencial, conseguimos realizar um trabalho de registro, valorização e respeito à memória do Estado de Sergipe, com as merecidas homenagens aos 150 anos do Atheneu Sergipense.

CONSIDERAÇÕES, UM PONTO PARÁGRAFO

As investigações realizadas com o precioso acervo documental e material salvaguardado no Cemas permite-nos afirmar da consolidação efetiva do campo de pesquisa sobre o Atheneu Sergipense. Seja por meio das pesquisas de Dissertações, Teses, artigos científicos, livros, capítulos de livros, trabalhos em congressos, disponíveis para o conhecimento de aspectos da História do Atheneu Sergipense, que é parte significativa da História da Educação sergipana (Oliveira; Alves; Costa; Fonseca, 2020).

Porém, afirmamos que, ao término de cada ação realizada e aqui pontuada, consideramos ter atingido um “ponto parágrafo”, uma vez que outras ações são planejadas e algumas em constante execução, a saber como exemplo: Estatuto do Cemas (disciplinar as atividades realizadas no Cemas); Linha do Tempo das peças le-

¹¹ Dentre outras reportagens, destacamos: matérias na página da Universidade Federal de Sergipe: <http://www.ufs.br/conteudo/66710-pelos-150-anos-de-atividades-professores-da-ufs-organizam-album-do-atheneu-sergipense>; <http://reitoria.ufs.br/conteudo/66180-atheneu-sergipense-e-ufs-dois-marcos-grandiosos-da-vida-sergipana>; <http://www.ufs.br/conteudo/65867-radio-ufs-lanca-quadro-cultural-em-comemoracao-aos-150-anos-do-colegio-atheneu>; reportagens exibidas na página da Seduc: <http://seed.se.gov.br/noticias.asp>; https://www.se.gov.br/noticias/educacao_cultura_esportes/centro_de_excellencia_atheneu_sergipense_inicia_comemoracao_dos_150_anos_de_fundacao; <https://www.seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=15169>; <https://seed.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=16349>; <https://www.seduc.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=16666>; <https://www.seduc.se.gov.br/noticia.asp?cdnoticia=14143>; publicação na página História da Educação de Norberto Dallabrida, jornal de Santa Catarina: <file:///C:/Users/emari/Downloads/Jornal%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20325%20-%202020.pdf>.

gislativas (Leis, Decretos, Regulamentos do Atheneu Sergipense 1870-1938); Transcrição do Livro das Correspondências do Lyceu de São Cristóvão (1848 – 1855)¹²; Inventário dos troféus; Inventários dos instrumentos de laboratórios; Produção de vídeos e *podcasts* com o acervo no âmbito de outros projetos; Promoção de oficinas com discentes da educação básica e do ensino superior, só para citar alguns.

Destacamos a possibilidade de manter parte do arquivo do Cemas de forma virtual, na página do + ATHENEU (<https://maisatheneu.com.br/cemas>). Deste modo, o Cemas insere-se na era digital, ampliando a divulgação dos conhecimentos, disponibilizando o acervo para os interessados, embora ciente dos desafios que tal ampliação implica. Em meio a todas essas perspectivas, paramos um momento para olhar no retrovisor e analisarmos como os meios digitais nos foram impostos para (re)pensar a celebração dos 150 anos do Atheneu Sergipense, e todo o planejamento da efeméride foi alterado para o virtual, sendo obrigados a trocar o olho no olho, o abraço e a celebração da data de maneira presencial pelas curtidas e comentários no YouTube e/ou Google Meet. Assim, entre curtidas e comentários, o Cemas celebrou virtualmente o sesquicentenário do Atheneu Sergipense, atentos e perseguindo ao ensinamento da epígrafe, pois quando tratamos da escola: “É preciso mudar o que estiver obsoleto. É preciso preservar o que se considerar valioso”. (Boto, 2017, p. 293).

¹² Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/10UQsVeXfFLx0SPZ-zqMCQ7d797Qh8Er-s>.

REFERÊNCIAS

ALVES, Eva Maria Siqueira. A edificação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 2, n. 2, p. 37-50, jan./jun. 2016.

ALVES, Eva Maria Siqueira (org.). **Entre papéis e lembranças**: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe, 2015.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os Planos de Estudos (1870-1908). 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo. **Coleção Uma Casa de Educação Literária**: 150 anos do Atheneu Sergipense. 10 v. Campinas/SP: Mercado de Letras. 2020.

ALVES, Eva Maria Siqueira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; COSTA, Rosemeire Marcedo. **Álbum Atheneu Sergipense**. Aracaju: Códice, 2021. Disponível em: https://issuu.com/educacaose/docs/album_atheneu_2021. Acesso em: 14 maio 2022.

BOTO, Carlota. **A Liturgia Escolar da Idade Moderna**. Campinas, SP: Papirus, 2017.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Trad. Guacira Lopes Louro. **Teoria e Educação**. N. 2, p.177-229, 1990.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia. Trad. Heloísa Pimenta Rocha e Vera Lúcia Gaspar da Silva. Campinas: Alínea. 2017.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. Desafios políticos para a instalação e manutenção do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (2005-2019). In: PAULILO, André Luiz; CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da; CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza (org.). **A Pesquisa em acervos da escola e da educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2023, p. 183-206.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; ALVES, Eva Maria Siqueira; COSTA, Rosemei-

re Marcedo; FONSECA, Simone da Silva. Fontes e acervos na escrita da história de uma instituição educacional: o lugar do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. Aracaju/SE: IHGSE, v. 2, n. 50, p. 423-450, 2020.

SANTOS, Ane Luíse Silva Mecnas; SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Uma Casa de Educação Literária: o Atheneu Sergipense em perspectiva historiográfica. **Cadernos de História da Educação**, v. 21, p. 1-5, e092, 2022.

SILVA, Wênia Mendonça. **Um olhar sobre o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense**: sua configuração, objetivos e práticas enquanto fonte para a história da educação em Sergipe (2005-2016) – Monografia de Conclusão de Curso em Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2016. 66p.

EM MEIO A FONTES E ACERVOS: MEMÓRIA LOCAL E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ANDRÉ LUIZ PAULILO

INTRODUÇÃO

Muito já foi escrito no Brasil sobre as fontes para a história da educação desde a publicação nos *Cadernos Anped*, em 1993, por Clarice Nunes e Marta Carvalho, do texto “Historiografia da Educação e Fontes”.¹ À época, esse texto expressou um certo esforço da área da História da Educação para problematizar a concepção de documento educacional então presente em suas práticas de pesquisa. Ao considerar as exigências da pesquisa em operar “novos recortes, alocações e redistribuições da documentação para a configuração de um espaço específico de investigação”, reconhecem na pesquisa em arquivos “uma prática necessária ao cotejo e crítica de informações provenientes de outras fontes e da própria historiografia educacional já produzida” (Nunes; Carvalho, 1993, p. 26-27). Sobretudo, atentas ao papel do debate historiográfico e o aprofundamento das questões teórico-metodológicas, as autoras avaliavam o impacto da nova história cultural sobre essa prática ao tomar o documento como objeto de construção histórica e advogar o uso de fontes sistematicamente excluídas da análise como os desenhos, apontamentos de aulas, filmes televisivos escolares, fontes orais e fotografias (Nunes; Carvalho, 1993, p. 34-35).

As reflexões de Nunes e Carvalho (1993, p. 30) reagem, então, ao prejuízo para a compreensão crítica da trajetória da educação

¹ Texto apresentado no GT-HE, na 15ª reunião anual da Anped, em 1992.

brasileira tanto do “desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos” quanto da “ausência de uso dos acervos organizados e disponíveis para a pesquisa” e do uso estereotipado da documentação de arquivo, “como se fosse objeto acabado e probatório de determinadas posturas teóricas” (Nunes; Carvalho, 1993, p. 30). Por um lado, distanciavam-se da postura de valorização enfática dos documentos enquanto objetos de caráter comprobatório. Por outro, valorizavam as iniciativas que tinham o “cuidado em pluralizar as possibilidades de utilização das fontes organizadas através de sistemas de descrição, indexação e remissão”. As mudanças teórico-metodológicas que Nunes e Carvalho rastrearam naquele texto impactaram, em muitos sentidos, o estudo da história da educação no Brasil e, em especial, os modos de lidar com os arquivos. O movimento de renovação teórica, temática e metodológica impulsionado pelo GT História da Educação da Anped a partir do início dos anos 1990 impôs questões de crítica documental e incentivou projetos de localização, levantamento e catalogação de fontes, alargando a concepção de fonte até então dominante (cf. Carvalho, 2003, p. 302).

De lá para cá, muitas pesquisas encontraram em arquivos, centros de documentação e escolas fontes inestimáveis sobre a história das relações e dos saberes pedagógicos, quando não das próprias práticas escolares.² Outro tanto de investigações se organizaram em torno da, ou em meio à, criação de arquivos escolares ou centros de documentação e memória da educação. O acumulado da produção nesse tema foi estudado de diferentes perspectivas que, sobretudo, concordam que os acervos da educação e da escola tem

² Conferir em Gondra (2005). O livro “Pesquisa em história da educação no Brasil” reuniu significativos inventários da produção em história da educação aos principais balanços da área até então. Assim, nesta publicação, seguem-se às análises de Nunes apresentadas na 23ª Reunião Anual da Anped, em 2000 e de Denice Catani e Luciano Mendes de Faria Filho na reunião seguinte da Anped, em 2001, e, depois, publicado na Revista Brasileira de Educação, importantes balanços da produção em História da Educação por região do país.

nos Centros de Memória um lugar privilegiado de preservação.³ Perante a inexistência de políticas públicas efetivas de preservação da memória educacional e de sua documentação, a criação dessas entidades em universidades e escolas permitiu a salvaguarda de vestígios das práticas educativas dessas instituições e seu acesso para a pesquisa. Em paralelo, da pesquisa em arquivos públicos e nos acervos, por exemplo, da Associação Brasileira de Educação (ABE), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP) e da Biblioteca Nacional resultaram abordagens inovadoras da história da educação no país.

A renovação do estudo da história da educação não só enfatizou a pesquisa das práticas escolares cotidianas como difundiu a noção de cultura escolar também nessa área. A partir das reflexões de Dominique Julia e André Chervel, elucidar o funcionamento do dia-a-dia da escola tem sido o propósito de uma série de investigações do currículo, da profissão docente, da leitura e da escrita. Entretanto, ao contrário da advertência de Julia (2001) sobre o aspecto relacional da cultura escolar com outras culturas do seu tempo, ou das ressalvas de Chervel (1990; 1998) quanto aos efeitos sociais que a cultura escolar produz, muitas dessas análises encerram-se sobre a internalidade da escola. A desatenção às relações de força e poder que atravessam a sociedade nas quais emerge a cultura escolar que resultou desse recorte prejudicou a inteligibilidade sobre a história da escola e de seus sujeitos de dois modos, ao menos. Tanto porque dificulta a articulação entre os níveis micro e macro da análise quanto por ignorar a média e longa duração, autonomizar os processos de escolarização na pesquisa foi prática que, sobretudo, produziu “interpretações que acolhem o escolar em dimensões cada vez mais reduzidas” conforme observaram Vidal e Schwartz (2010, p. 32).

³ Ver, em especial, os levantamentos de Biccás e Salvadori (2005) e de Cunha e Campos (2020).

Ainda que assim, estudos preocupados com as intersecções da cultura escolar com o poder (GIL, 2012), a cidade (Silva, 2009), a economia (Alcantâra, 2014) e mesmo suas conexões com outras dinâmicas sociais (Vidal, 2005) vem se ocupando das relações de força e poder que atravessam a sociedade e a cultura nas quais atua a escola. Para tanto, valem-se de fontes cuja circulação não foi escolar, ou apenas escolar, e de interrogações sobre diferentes modalidades de relacionamento da escola com variados projetos de sociedade, estruturas político-administrativas ou econômicas, lugares e culturas. Noutro sentido, também as pesquisas sobre o poder político, as questões sociais e o desenvolvimento econômico têm mostrado os serviços escolares como parte de processos que não são exclusivamente educativos. Assim, o papel das reformas educacionais no populismo urbano explorado por Conniff (2006), da discriminação de raça na seleção escolar, conforme estudo de Jerry Davila (2006) ou o tamanho do orçamento da educação nos períodos de crescimento como no estudo de Müller (2017) são alguns bons exemplos.

O acumulado de pesquisas acerca da história da educação do Brasil hoje se afirma sobre a investigação de documentação variada, beneficiada por um conhecimento dos acervos da educação e da escola existentes nos arquivos incomparavelmente maior que há três décadas. Em que pese seus limites, boa parte da produção atual se dedica à localização e referenciamento de fontes e observa práticas de investigação que consideram também o documento um objeto da construção histórica. Ocorre que, principalmente, como já observaram Salvadori e Biccias (2005, p. 154), uma quantidade expressiva dessa produção resultou do próprio trabalho de organização de arquivos, museus, bibliotecas nas instituições onde as investigações foram realizadas. As reflexões que se seguem aqui não são uma exceção e, portanto, partem de questões que dizem respeito à instituição onde atuo e realizo pesquisas. Trata-se do Centro de Memória-Unicamp, instituição voltada para a preservação de acer-

vos da história de Campinas e região e que reúne variada documentação acerca da educação no interior de São Paulo.

A pesquisa sobre a educação e a escola em Campinas se beneficia de uma variada documentação. Há tanto anuários estatísticos, álbuns fotográficos e impressos oficiais e registros de escrituração escolar quanto documentação pessoal, notadamente, cadernos e fotografias. No entanto, seu contexto de guarda difere dos conjuntos encontrados em centros de memória da educação ou em arquivos escolares porque estão diluídas em coleções que refletem um particular interesse pela história da cidade e região. Essa condição permite acesso a documentos pessoais e institucionais relativos ao ensino na cidade e, portanto, a possibilidade de tratar temas variados em diferentes perspectivas e escalas de análise. Tendo isso em vista, o objetivo deste capítulo é refletir sobre as relações entre escola e cidade que um acervo como o do Centro de Memória-Unicamp estabelece quando organiza a documentação e, assim, contribuir com uma perspectiva da história local para o estudo da cultura escolar.

AS ESCOLAS E A MEMÓRIA ACERCA DA CIDADE

No século XIX, a construção do Colégio Florence, em 1863, do Colégio Internacional, em 1872, do Colégio Culto à Ciência, em 1874, do Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, em 1897, e do Colégio Progresso Campineiro (1900) assegurou prestígio à cidade. Esse conjunto de escolas foi circunscrita por uma memória orgulhosa das condições de educação e ensino da cidade. No livro *Monografia histórica do Município de Campinas*, Júlio Mariano (1952, p. 426) afirmou que a cidade de Campinas moderna gozava no Estado e no país a fama de cidade colegial por excelência. E, segundo sua compreensão, esse “conceito deveras envaidecedor, de centro colegial, que Campinas atualmente desfruta” (p. 426), beneficiava-se

não só das edificações construídas no século XIX, mas também dos grandes colégios que ali foram fundados a partir de 1910. Assim, o Colégio Sagrado Coração de Jesus (1908), a Escola Técnica de Comércio Bento Quirino (1911), o Colégio Diocesano Santa Maria (1915), o Instituto Profissional Bento Quirino (1919) e o Colégio Atheneu Paulista somavam às escolas existentes um novo conjunto de colégios de prestígio na cidade.

Entre 1897 e 1923, Campinas assistiu à construção de 4 grupos escolares, hoje centenários. Em 1897, o 1º Grupo Escolar “Francisco Glicério”, em 1900, o 2º Grupo Escolar “Dr. Quirino dos Santos”, o 3º Grupo Escolar “Arthur Segurado” em 1910 e o 4º Grupo Escolar “Orozimbo Maia” em 1923 marcam um período de redefinição da política de construção de edifícios para escolas públicas em Campinas. Também o suntuoso edifício construído em 1924 para sediar a Escola Normal Carlos Gomes foi parte desse esforço do estado de São Paulo para expandir a oferta de ensino público e ampliar e requalificar as instituições de formação de professores.

Trata-se de escolas que atualmente reúnem estudos do seu conjunto, em geral, interessados nos processos de consolidação do aparelho educacional da cidade⁴, mas, também, de cada instituição particularmente⁵. Neste caso, aspectos da experiência de escolarização são privilegiados. São investigações que se valem de variados vestígios acerca dessas instituições e das suas práticas. Desde a legislação e os regulamentos até as fotografias e plantas dos edifícios, passando por objetos e pela escrituração das escolas e por periódicos oficiais, impressos e estatísticas. Reginaldo Meloni (2011), por exemplo, valeu-se dos equipamentos de ciência do Colégio Culto à Ciência para fazer uma história do uso dos instrumentos de laboratório no ensino. Na sua análise acerca da escolarização popular

⁴ Ver Lapa (1996); Munir (2021)

⁵ Ver Moraes (2006) para o caso do Colégio Culto à Ciência; Bencosta (1996) para o Colégio Internacional e Ribeiro (1996) no caso do Colégio Florence.

na cidade, Rosa Fátima de Souza (1998, p. 19) considerou “as relações de força e poder que circunscreveram a atuação do Estado e os interesses de diferentes grupos sociais em relação à educação”, trabalhando com documentação do 1º e do 4º Grupo Escolar de Campinas e do Centro de Memória-Unicamp. Também o estudo de Terezinha Nascimento (1999) sobre a Escola Normal de Campinas se valeu de documentação da própria escola.

De fato, as fontes que se pode utilizar para investigar diferentes aspectos das escolas e do ensino são variadas e podem ser encontradas em muitas das instituições de guarda da cidade e do Estado. O Arquivo do Estado, o Municipal, o Museu da Imagem e do Som de Campinas, os arquivos de algumas das escolas já centenárias da cidade, o Arquivo Edgard Leuenroth, o recém-criado Centro de Memória da Educação do município e o Centro de Memória-Unicamp reúnem em seus acervos documentação fundamental sobre a história da educação da cidade. De muitos modos, além da documentação, conservam uma memória orgulhosa das condições de educação e ensino da cidade na passagem dos séculos XIX para o XX. Por um lado, no entanto, a historiografia vem, pelo menos desde Lapa (1996), problematizando essa memória e circunscrevendo as condições sobre as quais foi erigida. Por outro lado, ainda é diminuta a reflexão sobre o papel das instituições de guarda na consolidação dessa memória orgulhosa quando organizam a documentação. No entanto, uma ênfase maior nesse último aspecto contribui para também compreender uma tal consolidação como resultado de um processo de preservação que fez das principais escolas construídas em Campinas na passagem do Império para a República um patrimônio cultural da cidade.

As formas através das quais ocorreu esse processo foi variado. De fato, não se trata de um fenômeno homogêneo. Escolas particulares que ainda hoje funcionam em Campinas, como o Colégio Progresso e o Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora,

afirmam uma continuidade de funcionamento que a memória dos primeiros tempos evoca com a mera presença. Outras escolas, ao contrário, conservam memórias que se afirmam no contraste das instituições que se tornaram, como no caso do Colégio Rio Branco, antiga escola alemã. Já os primeiros Grupos Escolares de Campinas beneficiaram-se da pesquisa histórica e de iniciativas de catalogação para isso⁶. Atualmente público, o Colégio Culto à Ciência tanto ostenta uma presença capaz de evocar uma memória dos seus primeiros tempos como reúne estudos acerca da sua história e consta de qualquer levantamento sobre o patrimônio edificado da cidade. São patrimônio tombado da cidade, o Colégio Técnico Bento Quirino, a Escola Estadual Francisco Glicério, o antigo Colégio Coração de Jesus, o Liceu Salesiano Nossa Senhora Auxiliadora, o Colégio Progresso Campineiro, a Escola Estadual Orosimbo Maia e a Escola Estadual Carlos Gomes. A obra de memorialistas principalmente conservou a importância e reputação de escolas já desaparecidas da paisagem urbana, embora bastante recordadas, como são o Colégio Atheneu Paulistano, o Colégio São Benedito ou o Colégio Perseverança.

As iniciativas de registro oficiais ou comerciais dessas edificações escolares produziram uma excepcional quantidade de fotografias e contribuíram para conservar sua memória. Os álbuns de fotografia da Secretária de Estado da Agricultura e Obras Públicas (SACOP) reúnem uma parte importante delas. Constituídos com o intuito de levantamento da força econômica e o grau de cultura do Estado, são álbuns que associam a produção econômica aos melhoramentos urbanos e ao aparelhamento educacional do estado e, assim, as propriedades rurais, indústria, obras de saneamento e urbanização, comércio e escolas. De Campinas, há fotografias da Escola Profissional Bento Quirino, do 1º Grupo Escolar Francisco Glicério,

⁶ Ver, em especial, os livros de Wolff (2010) e Gordinho (2013).

2º Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos, do Colégio Sacré Coeur e da Escola Complementar de Campinas.

Entretanto, talvez seja nos arquivos pessoais e de família que melhor se possa perceber a importância dessas escolas e das dinâmicas e processos sociais que instituíram em Campinas a partir da sua construção. Os acervos reunidos por Ermelinda Dias Rosa, João Herrmann, Selma Simão e Antônio Tossi e doados ao Centro de Memória-Unicamp permitem investigar aspectos da história da educação em perspectiva e numa escala de análise diferente daquelas sugeridas pelo estudo dos arquivos institucionais.

FACETAS DA MEMÓRIA E DA SUA GESTÃO

Para além das diferenças de proveniência e constituição, trata-se de coleções que auxiliam a análise das diferentes articulações que a cultura escolar mantém com a cidade e a sua gente. De certo, sob esse aspecto, as imagens das festas e das cerimônias escolares, da saída escolar e das exposições e apresentações escolares que essas coleções conservam não só atestam a dimensão pública do trabalho educativo, mas, igualmente, o quanto a cidade e o urbano foram ocupados pela escola. As fotografias também registram e documentam o trânsito de alunos e a apropriação dos habitantes da cidade em suas interações com os processos de escolarização. Vê-se, assim, que as escolas tiveram capturados instantâneos dos modos como seus processos e seus espaços e tempos de organização se exteriorizavam na cidade de Campinas, de como ocupavam a cidade.⁷ Sob outra ótica, no entanto, começa-se a conhecer melhor como a cidade e seus grupos e populações ocupavam-se das escolas.⁸

⁷ A tese de Silva (2009) ocupa-se de processos do mesmo gênero a partir de estudos sobre as cidades do Rio de Janeiro e de Buenos Aires.

⁸ Nesse sentido, ver Munir (2021).

A remissão da documentação reunida no Centro de Memória-UNICAMP à Campinas e suas dinâmicas locais torna pertinente um outro conjunto de questões. Agora, não mais sobre as vicissitudes dessa articulação entre escola e memória, mas acerca do que Nunes e Carvalho (1993), no referido texto sobre as fontes e a historiografia da educação, alertavam se tratar do poder da instituição de guarda. Conforme explicam, o poder das instituições portadoras de acervo está na organização que confere à documentação e se radica “nas prioridades e mecanismos institucionais de acolhimento, preservação e/ou restauração, classificação e/ou identificação dos conteúdos e estabelecimento das condições de acesso à documentação sob sua guarda” (Nunes; Carvalho, 1993, p. 26-27).

Esta relação entre os arquivos, mas também as bibliotecas e os museus, com a memória é central para a compreensão do papel ativo que as instituições de custódia de acervos tem na definição dos atuais limites e possibilidades da pesquisa em história da educação. Conforme pensa Cook (1998, p. 142), arquivos arbitram, no nível da teoria e de conceitos profissionais básicos, sobre o que merece ser lembrado além de refletirem necessidades, interesses e disputas de poder sociais. Também Robin (2016) e Assmann (2011), para ficar com apenas outros dois exemplos, detêm-se sobre as consequências das atividades de arquivo para a memória. Sobretudo, reconhecem que o passado não é livre e que os arquivos são meios para preservar, gerir e controlar a memória que se tem ou se pode ter do passado. Neles, segundo Robin (2016, p. 104), o arquivista opera como mestres do tempo, mestres da cidade dos mortos e dos vivos, portanto da boa ordem do mundo. Para Robin, como para Cook, os arquivistas são mestres da memória por seu trabalho de classificação, triagem, acabamento, etiquetagem, preservação e de comunicação ou ... de não comunicação. Para Assmann (2011, p. 368), a comunicação articula procedimentos de seleção e acessibilidade e seu controle tem consequências. Conforme afirma, “uma nova hie-

rarquia de valores e uma nova estrutura de relevância são construídas” nos arquivos a cada vez que há mudança de poder político: a existência do arquivo se desloca juntamente com as estruturas de legitimação. Nessas questões, Derrida (apud Assmann, p. 368) é sempre evocado: “não há poder político sem o controle sobre os arquivos, sem o controle sobre a memória”.

Outros “meios institucionais de custódia e disseminação” (Bellotto, 2007) que não arquivos, Bibliotecas e Museus, por exemplo, segundo Namer (1987) também organizam e priorizam práticas de memória para o público⁹. Tanto a hierarquização dos objetos de um museu ou a coleção feita para despertar a admiração, o respeito ou a afetividade de um público quanto os catálogos, inventários e índices de uma biblioteca agem, ainda que de forma diferente, nas relações que a prática do prazer criativo da memória mantém com o acúmulo das vontades de memória que constitui um acervo (Namer, 1987, p. 182).

Por um lado, então, conforme sugerem Assman e Robin, o poder dos arquivos sobre o acesso é duplo uma vez que, democráticos ou repressivos, não só controlam a ordem do que é comunicado como também a estrutura do que é preservado. Por outro lado, e segundo lembra Namer (1987, p. 184), em geral, Bibliotecas e Museus, igualmente, em alguma medida, regulam certo número de práticas de memória social ou coletiva na forma de uma hierarquia que privilegia uma delas: a prática da memória-conhecimento na biblioteca, a memória estética no museu. Em todos esses casos, a discussão percebe nos artifícios para conservar e ordenar documentos, livros, artefatos ou obras de arte as estratégias de hierarquização do acesso à memória e de organização do saber, do gosto ou do passado.

⁹ De acordo com Namer (1987, p. 176) a prática da memória fixada pela regulação como diálogo de um indivíduo isolado com uma memória social assume, no entanto, outras formas ainda e constitui em particular uma sociabilidade da leitura e da prática da memória.

Considerando um tal entendimento da forma como as instituições de custódia e disseminação atuam quando arbitram sobre *o que conservar* e *como organizar*, a articulação que há entre a educação e a história local está implicada no modo de atuar do Centro de Memória-Unicamp. Voltado para a preservação da história e da memória local, o CMU dispõe de acervos provenientes da cidade de Campinas, das suas instituições e das trajetórias de vida e carreira que ali se fizeram. Os critérios que Munir Abboud Pompeu de Camargo (2022) observou na coleção Campiniana de João Falchi Trinca serve de metáfora para o acervo do próprio CMU. Trata-se, principalmente, de toda uma série de livros, documentos e objetos que foram produzidas por instituições do município ou que circularam pela cidade e de pessoas nascidas nela, que por ela passaram ou, ainda, que fazem remissão à Campinas.

Nesse sentido, a contaminação da documentação pelos significados que a instituição de guarda impõe ao acervo, da qual falam Nunes e Carvalho (1993), é especialmente visível no CMU. A cidade de Campinas, suas formas de sociabilidade, as peculiaridades dos costumes ou a especificidade da cultura local predominam como contexto de proveniência da documentação escolar e da educação. De fato, estabelecem uma rede de significados e remissões que impregna a documentação com a perspectiva de organização conferida pela instituição responsável por sua custódia. A proveniência, o contexto de produção, a organicidade, a funcionalidade e os instrumentos de pesquisa da documentação ali reunida configuram uma rede de remissão cuja compreensão beneficia a investigação em suas operações com as fontes. A necessária crítica da procedência, em conjunto com as precauções habituais da crítica documental, beneficia a pesquisa histórica da educação com uma percepção de alguns parâmetros de construção do *lugar* político e social da escola e das aprendizagens. Especialmente porque deixa ver ações como, por exemplo, a ins-

peção, a propaganda ou a coleção pessoal como parte da trajetória do documento.

A atenção aos poderes da instituição de custódia reivindicada por Nunes e Carvalho, mas também encontrada, entre outros, em Namer (1987), Le Goff (2003) e Cook (1998), é especialmente importante nos casos em que os acervos sobre escola e educação estão dispersos por coleções de proveniência diversa. As fotografias da coleção pessoal de Antonio Tossi e João Herrmann, do álbum de formatura de Ermelinda Dias Rosa e dos álbuns da SACOP ou das pinturas a óleo de Selma Simão não provêm da escola ou de órgãos da sua administração, mas de outros gestos que, no entanto, importa, igualmente, não perder de vista na análise. Ainda no Centro de Memória-Unicamp, somente se chegará aos cadernos escolares de Renato Brolezzi e às películas do cinema educativo por meio dos instrumentos de pesquisa das coleções. Do mesmo modo, o acesso aos livros de Dina Lisboa e de Otília Forster adquire outro sentido quando se sabe que foram professoras. As dificuldades e, também, encantos de uma investigação realizada em séries de documentos assim diluídas na comunicação primária dos instrumentos de pesquisa tem no testemunho de Maria Lucia Hilsdorf (1997, p. 17) sobre o trabalho com a série dos *Ofícios Diversos da Capital* no Arquivo Público de São Paulo um exemplo:

Aparentemente, essa série teria pouco a dizer para o historiador da educação, e de fato, a princípio, consulte suas latas como uma atividade complementar à pesquisa da série Instrução Pública; mas logo, pelas suas características, ela se tornou o centro da minha atenção e é com ela que venho trabalhando preferencialmente nos últimos anos. O contato com a série *Ofícios Diversos* suscitou e ao mesmo tempo possibilitou o alargamento dos meus interesses no campo da história da educação, em São Paulo, no século XIX, e

por duas razões. Em primeiro lugar, porque, para trabalhar os *Ofícios Diversos* na perspectiva da história da educação e do ensino tive também que ampliar a abrangência dos objetos que aí estão compreendidos, saindo do campo do estritamente escolar para o da formação não escolar e das questões concernentes ao final do século XIX para as do começo do século. Depois, porque, não estando as suas informações sobre educação e ensino já à superfície dos textos, como acontece na série *Instrução Pública*, fui levada não apenas a reler a série inúmeras vezes como, ainda, a retomar seguidamente a problematização do período para poder realizar a leitura dos documentos: essa prática de pesquisa foi estabelecendo uma metodologia de trabalho baseada no diálogo contínuo e amplo entre texto e contexto.

Trata-se de prática que favorece uma compreensão das relações que a organização cotidiana da educação escolar estabelece com o social. A ordenação e a interdependência da documentação denotam aspectos da procedência que a instituição de custódia reconhece e, sobretudo, constituem pistas - nem sempre seguras - da trajetória dos fundos das coleções ou das séries documentais de um acervo. No caso do Centro de Memória-Unicamp, como na série dos *Ofícios Diversos da Capital*, parte da documentação acerca da escola e da educação subsumi na classificação das séries que tanto os conjuntos pessoais quanto os institucionais organizam. Entretanto, sem perder o contexto de proveniência, mantém-se vinculada ao ente produtor expressando algo da interdependência entre as práticas educativas e as aprendizagens e as relações sociais ou a estrutura administrativa das quais a série resulta. Esse aspecto da ordenação da documentação nas instituições de custódia não deve escapar ao mapeamento das fontes acerca da escola e da educação.

Especialmente quando voltados à pesquisa do lugar político e social da escola nos processos de urbanização, essa atenção contribui para perceber o cotidiano escolar e suas práticas estreitamente imbricados no tecido sociocultural da época.

As possibilidades de trânsito entre as perspectivas internas de análise das práticas escolares e os modelos explicativos das diversas conjunturas relacionadas ao espaço social e cultural da cidade congregam muitas questões. A escala de análise, a abrangência do tema e sua interdisciplinaridade importam tanto à compreensão das relações que Julia (2001) e Chervel (1990; 1998) reivindicam para o estudo da cultura escolar quanto aos veios de trabalho que Lapa (1996) e Souza (1998) exploraram acerca da história da educação em Campinas. Por um lado, na discussão que propõe considerar as “relações conflituosas ou pacíficas da cultura escolar com o conjunto de culturas que lhe são contemporâneas” (Julia, 2001, p. 10), a história local é um elemento que matiza as generalizações. O estudo da região, ou comunidade onde funciona a escola, por exemplo, dá acesso às lógicas dos grupos, às situações relacionais específicas e aos contextos que lhes conferem sentido, contribuindo para o entendimento de processos sociais mais particularizados. Por outro, a importância que a escola assumiu nos processos de urbanização, fez dela um elemento de estruturação fundamental na redefinição dos lugares e dos territórios. De modo que também a escola é, no estudo da história local, um espaço de mediações culturais que envolve uma singular percepção do tempo e das relações entre os indivíduos, nações e saberes.

Dessa perspectiva, compreende-se que, entre 1860 e 1930, a educação em Campinas, como em outros lugares, foi aposta em um processo de civilização que tinha na construção de edifícios, no

aparelhamento material e no controle doutrinário as suas principais garantias de realização. E, no entanto, as escolas e muitas das práticas educativas que resultaram dessa aposta serviram de referência para uma história ligada às lembranças locais de maneira muito própria. Em Campinas, por exemplo, circunscreveram uma memória orgulhosa das condições de educação e ensino da cidade. Circunscrita por memorialistas, documentada por colecionadores e presente na historiografia da cidade, a percepção do patrimônio escolar edificado em Campinas vincula-se a uma compreensão que tanto é da ordem da modernidade e do nacional quanto a da vinculação, do entrelaçamento e da imbricação. Nesse sentido, a fama de “cidade colegial” lembrada por Júlio Mariano ou a “sintonização entre o seu desenvolvimento econômico e o investimento, incentivo e defesa da instrução como seu pré-requisito” percebida por Amaral Lapa (1996, p. 163) expressam algo das tramas que entrelaçam as questões locais e de identidade aos processos de escolarização.

Por fim, resta sublinhar que parte dos vestígios dessa trama está presente no acervo do Centro de Memória-Unicamp e não só lhe servindo como indicador de proveniência e de contexto de produção, mas, também, impregnando a sua organização com a memória orgulhosa dos contemporâneos de então, dos primeiros memorialistas e dos colecionadores da cidade. À análise e crítica desses vestígios é imprescindível, conforme desde muito tempo advertem Namer, Assmann e Robin, reconhecer o duplo poder das instituições de guarda sobre o acesso à documentação que tanto advém da ordenação do que é comunicado quanto da estruturação do que é preservado. A rede de remissão que assim resulta da organização de quaisquer acervos, conforme ensina Hilsdorf, é expressão da interdependência entre práticas ordinárias e processos estruturantes das relações sociais e não deve escapar ao levantamento das fontes acerca da escola e da educação. Especialmente porque as coleções acerca de Campinas e de sua gente reunidas no Centro de

Memória-Unicamp aproximam-nos da variedade de memórias locais, beneficiam a compreensão da imbricação do cotidiano escolar no tecido sociocultural da cidade, principalmente na passagem do século XIX para o XX.

E, de fato, nas relações entre escola e cidade, a variedade de memórias é aspecto que importa à compreensão dos apagamentos, dos ocultamentos mal-ajambrados, do que, nas palavras de Gagnebin (2020, p. 138), poderia ser o indício de outro devir. Dessa relação, os arquivos participam ativamente por meio das memórias que conservam e dos esquemas interpretativos que ajudam a perpetuar. Entretanto, e a despeito dos múltiplos poderes que os arquivos encarnam e os saberes implícitos que corporificam em suas práticas classificatórias, a pesquisa histórica e análise reconfiguram aquilo que os próprios documentos significam para a memória. Nos arquivos pessoais e de famílias ou nos registros que a SACOP fez das instituições do estado, a leitura dos documentos depende da problematização do período, fazendo-a sair do campo do estritamente escolar e das dinâmicas e processos propriamente educativos instituídos em Campinas. Compreender como a cultura escolar se exterioriza sobre o social em veios de trabalho onde as informações sobre educação e ensino não ficam na superfície dos textos é esforço que busca captar nos processos de mudança as contradições e a tensão das disputas em torno da escola.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações** (São Paulo, 1874-1914). Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: FEUSP, 2014. 339 fls.

ASSMANN, Aleida. **Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2011.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **“Ide por todo o mundo”**: a província de São Paulo como campo de missão presbiteriana 1869-1892. Campinas: Unicamp; Centro de Memória-Unicamp, 1996.

BICCAS, Maurilane; SALVADORI, Maria Ângela Borges. **Centros de documentação e memória da educação**: perspectivas de pesquisa para história da educação. Horizontes, v. 23, nº 2, p. 147-155, jul./dez. 2005.

CAMARGO, Munir Abboud Pompeu de. **Escolas do segundo império**: arquitetura escolar e grupo mandatário em Campinas do século XIX. Campinas: Ofícios Terrestres, 2021.

CAMARGO, Munir Abboud Pompeo de. **Campinas dos Livros**: a história da educação através da biblioteca de João Falchi Trinca. Relatório de Qualificação. Faculdade de Educação/UNICAMP, 2022. 80p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CHERVEL, André. **La culture scolaire**: une approche historique. Paris: Berlin, 1998.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, nº 2, p.177-229, 1990.

CONNIFF, Michael. **Política urbana no Brasil**: ascensão do populismo (1925-1945). Rio de Janeiro: Relime Dumará, 2006.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, nº 21, p. 129-150, 1998.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CAMPOS, Emerson César. Um itinerário de pesquisa: aspectos sobre a temática Patrimônio Histórico-Educativo na História da Educação (2000-2015). **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas (SP), v. 6, p. 1-16, e020021, 2020.

DAVILA, Jerry. **Diploma de Brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: Unesp, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. O presente do passado. In: PAULILO, André Luiz; HADLER, Maria Silvia Duarte (org.). **História local e memória**: política, cultura, identidades. Campinas: CMU Publicações, 2020. p. 121-130.

GIL, Natália. Excelência escolar, decisões políticas e as estatísticas de educação. In: GIL, Natália; CRUZ e ZICA, Matheus da; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Moderno, modernidade e modernização**: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 35-52.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Patrimônio escolar**: uma saga republicana. São Paulo: Imprensa Oficial, 2013.

HILSDORF, Maria Lucia. A série Offícios Diversos do Arquivo do Estado de São Paulo como fonte para a História da Educação Brasileira. In: VIDAL, Diana; SOUZA, Maria Cecília Cortez. **A memória e a sombra**: a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1997. p. 13-19.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 01, p. 19-24, jan./jun, 2001.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade**. Os cantos e os antros: Campinas 1850-1950. São Paulo: Edusp, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5ª Edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARIANO, Júlio. O ensino em Campinas na atualidade. In.: **Monografia Histórica do Município de Campinas**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e História. 1952. p. 419-434.

MELONI, Reginaldo. A experiência de constituição de uma fonte documental a partir dos instrumentos de ensino de química e física do Colégio Culto à Ciência de Campinas. **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 11, nº 1 (25), p. 43-66, jan.-abr. 2011.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação**: uma contribuição à história das instituições. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

MÜLLER, Vinícius. **Educação básica**, financiamento e autonomia regional. Rio de Janeiro: Alameda, 2017.

NAMER, Gerard. **Mémoire et société**. Paris: Meridiens/Klinckinik, 1987.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do. A formação do professor primário no Estado de São Paulo: a Escola Normal de Campinas. In: NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do [et al.]. **Memórias da Educação**:

Campinas (1850-1960). Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Memória-Unicamp, 1999. p. 57-102.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e fontes. **Cadernos Anped**, (5), p. 7-64, set. 1993.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação feminina durante o século XIX**: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889. Campinas: CMU, 1996.

ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

SILVA, José Claudio Sooma. **Teatros da modernidade**: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920. Tese (Doutorado em Educação). Rio de Janeiro:UERJ, 2009. 323 fls.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação**. Campinas: CMU Publicações, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. A difusão da escola primária em Campinas. In: NASCIMENTO, Terezinha A. Quaiotti Ribeiro do [et al.]. **Memórias da Educação**: Campinas (1850-1960). Campinas: Editora da Unicamp; Centro de Memória-Unicamp, 1999. p. 103-144.

VIDAL, Diana. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara. Sobre cultura escolar e história da educação: questões para debate. In: VIDAL, Diana; SCHWARTZ, Cleonara (orgs.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 13-36.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Escolas para a República**: os primeiros passos da Arquitetura das Escolas Públicas Paulistas. São Paulo: EDUSP, 2010.

A ESCOLA DAS IRMÃS MILITÃO: EDUCAÇÃO E MEMÓRIA EM SENHOR DO BONFIM, BAHIA

LUZINETE MOREIRA DA SILVA
CRISTIANO FERRONATO
OLIVIA MORAES MEDEIROS NETA

INTRODUÇÃO

Senhor do Bonfim, cidade localizada no centro norte do Estado da Bahia, a aproximadamente 375 km da capital baiana, Salvador, configura-se como um centro de referência na microrregião, se destacando nos aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e educacionais.

Sobre essa referência regional do município de Senhor do Bonfim, o livro *Bonfim, Terra do Bom Começo*, de autoria de Adolpho Silva, publicado em 1971, apresenta com detalhes como ocorreu o início desse município. Nasceu como Arraial de Senhor do Bonfim da Tapera, tornou-se Vila Nova da Rainha e em 1943, por meio do decreto nº 140, tornou-se o município de Senhor do Bonfim, cujo nome é uma homenagem ao padroeiro do lugar, seguindo tradições portuguesas da Igreja Católica. Ainda nesse livro encontramos detalhes sobre como se deu a oferta educacional nesse município a começar pela mensagem de Dom Marcos de Noronha Brito, Conde dos Arcos, ao determinar que “interessa ao real serviço de S. Alteza a boa educação da mocidade, proveniente do progresso das letras e a sisuda aplicação delas” (Silva, 1970, p. 50). Essa mensagem foi divulgada a partir da promulgação de decreto instituindo a cadeira de primeiras letras na Vila Nova da Rainha de Senhor do Bonfim, em 1815.

Ainda de acordo com o livro de Adolfo Silva, anos depois foram criadas algumas escolas, no entanto mais de um século depois, não só no já então município de Senhor do Bonfim, mas em todo o estado da Bahia, a questão da instrução tinha poucos avanços, demonstrando pouco ou nenhum investimento por parte do governo. O livro também relata algumas iniciativas de organizações particulares, que por essa natureza não agregavam toda a população, mas apenas uma pequena parte dela, provavelmente os filhos de famílias mais abastadas.

Em 1936, através da instituição do Bispado e a conseqüente influência da Igreja Católica na educação local, os governos estadual e municipal foram impulsionados a ampliar a oferta de ensino de modo que:

Em 1950 se contavam na cidade e no município, 89 escolas de ensino primário, com 3.467 alunos; e em 1966, 113 escolas com 4.767 alunos, das quais 62 na cidade com 3.250 alunos, e 51 no interior do município, com 1.517 alunos. Em paralelo, a população estudantil nos colégios e ginásios, cresceu igualmente, verificando-se em 1968 a existência de 1.081 alunos secundários, distribuídos em 4 (quatro) estabelecimentos de ensino ginásial, normal e técnico (Silva, 1970, p. 52).

Com esses dados, pode-se perceber que os números da instrução na região eram crescente, sobretudo no tocante aos ensinos ginásial, normal e técnico. Mas, e quanto ao ensino das primeiras letras e o ensino primário, como era a oferta na época? Assim como no livro *Bonfim, Terra do Bom Começo*, nenhuma outra fonte escrita que identifique e caracterize esse tipo de ensino foi encontrada, apesar das poucas menções da existência de algumas escolas públicas de primeiras letras.

No entanto, por meio de fontes orais é sabido como se deu essa oferta para uma grande parte da população, aquela que não tinha acesso às instituições formais de educação. Uma estratégia recorrente para os filhos das classes populares eram as aulas particulares ou aulas de banca, o que se pode inferir pela existência de várias casas-escola, conduzidas por professores e professoras leigas, que atendiam a crianças e jovens em diferentes idades e séries, e que por isso eram chamadas de classes multisseriadas.

Interessa-nos investigar a existência e funcionamento das escolas de Senhor do Bonfim, independente do segmento de ensino, sendo importante nessa pesquisa para analisarmos o funcionamento de uma casa-escola pertencente a duas irmãs, Tia Lourdes e Tia Di, professoras leigas e negras conhecidas como irmãs Militão.

AS IRMÃS MILITÃO: PIONEIRAS DA EDUCAÇÃO POPULAR EM SENHOR DO BONFIM

Quando se trata de escolarização e, especificamente, de professores leigos que atuaram na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1950-1980, em Senhor do Bonfim, a Escola das Militão surge nas memórias de muitos cidadãos bonfinenses, assim como as práticas educativas dessas mulheres negras e professoras leigas.

Diante da falta de escolas públicas com vagas suficientes para atender às camadas populares, a existência das casas-escola no município de Senhor do Bonfim era algo comum. Por serem bastante humildes e oriundas também de casas-escola, as irmãs Militão, após o falecimento do provedor da família e diante da escassez de recursos financeiros, resolveram transformar a própria residência em uma casa-escola, conforme consta no trabalho de Peixoto:

Ela surge primeiramente com o objetivo de ser mais um meio de sustento da família Militão, devido à falta

de recursos financeiros que fora provocada pela morte do chefe da família e a criação da casa-escola foi a única alternativa de ocupação remunerada, aconselhável para duas moças humildes e de boa família, mas com baixa escolaridade. A fundação da Escola Santa Terezinha, ao longo do tempo foi assumindo uma importância para a educação de Senhor do Bonfim, que chegou muito além do que uma mera fonte de renda para a família das suas fundadoras. Ela aos poucos passou a atender uma clientela muito diversificada da que a maioria das casas-escolas acolhia. Sua demanda advinha de diversas famílias e classes sociais, eram filhos de famílias ricas, bem como de núcleos familiares paupérrimos, sendo que, os primeiros estavam ali devido à inadequação disciplinar e pedagógica às estruturas de ensino ao qual o poder financeiro de suas famílias podiam lhes garantir. (Peixoto, 2014, p. 24).

No entanto, de acordo com o relato acima, a Escola Santa Terezinha tinha um diferencial em relação a tantas outras que existiram no município de Senhor do Bonfim. Havia uma diversificação no tocante a origem social dos estudantes, tendo alunos oriundos de famílias pobres e outros de famílias mais abastadas. Essa diversificação acontecia por diversos fatores, dentre eles: devido a credibilidade da escola por muitos pais e responsáveis; devido ao mal comportamento de alguns alunos, que não eram aceitos nos estabelecimentos oficiais de ensino e os pais viam na escola das Militão como o único meio dos filhos aprenderem a ler, a escrever e a contar; devido ao método rígido, com uso da palmatória e outros castigos físicos, que muitos acreditavam ser a solução para a aprendizagem. Dessa forma, no imaginário social dessas famílias, quem não aprendesse a ler com as irmãs Militão, não aprenderia com mais ninguém...

Aprender a ler, escrever e contar, ou especificando mais ainda essa última habilidade, aprender a tabuada, era um interesse semelhante para muitas famílias bonfinenses, independente das características físicas, etárias, econômicas, sociais ou culturais. E para muitos moradores de Senhor do Bonfim (BA), esse interesse foi atendido através da atuação das conhecidas irmãs Militão como professoras em sua conhecida casa-escola.

As irmãs Militão montaram a estrutura de funcionamento de sua casa-escola tomando como base o modelo em que também aprenderam a ler e escrever, ou seja, em casas-escolas com outras professoras, também leigas, que se valiam de castigos físicos para ensinar e manter a disciplina dos alunos, conforme Tia Lourdes menciona na entrevista concedida em 1998 ao radialista Tito Rocha.

Complementando e dando características próprias ao modelo pedagógico das irmãs Militão estavam os diversos saberes inerentes às suas vivências como mulheres atuantes e possuidoras de saberes, crenças e habilidades que iam do ler e escrever, aos afazeres domésticos, rituais religiosos e comemorações culturais, que, de acordo com Tardif podemos classificar da seguinte forma:

Os professores, em suas atividades profissionais se apoiam em diversas formas de saberes: o saber curricular, proveniente dos programas e dos manuais escolares; o saber disciplinar, que constitui o conteúdo das matérias ensinadas na escola; o saber da formação profissional, adquirido por ocasião da formação inicial ou contínua, o saber experiencial, oriundo da prática da profissão, e, enfim, o saber cultural, herdado da sua trajetória de vida e de sua pertença a uma cultura particular, que eles partilham em maior ou menor graus com os alunos. (Tardif, 2012, p. 297).

De acordo com essa classificação de saberes e considerando que as irmãs Militão eram professoras leigas, podemos inferir que a base de suas práticas pedagógicas estava nos saberes disciplinar, experiencial e cultural. No entanto, há relatos que as professoras seguiam os conteúdos exigidos para os testes de admissão da época, o que também nos faz inferir que tinham acesso aos programas e manuais escolares, mesmo que fosse na informalidade, através da rede de contatos com algumas professoras normalistas da época.

A conhecida rigidez e disciplina severa das irmãs Militão motivaram algumas pessoas a apelidarem a Escola Santa Terezinha, conhecida por todos como Escola das Militão, a ser chamada por alguns sujeitos, de Escola da Pedra Preta, nome dado em analogia a um presídio estadual que existia na capital Salvador. Esse fato já demonstra o nível de rigidez existente no processo de ensino e aprendizagem.

A conhecida postura das professoras fazia com que os pais de alunos que demonstravam pouco interesse pelos estudos, que apresentavam dificuldades em ler, escrever e no domínio das quatro operações, além de problemas de mal comportamento, entre outros, recorressem à Escola das Militão como única e última tentativa de fazer o filho estudar e aprender conhecimentos básicos para a vida da época.

Como professoras leigas, ou seja, não tinham a formação específica para atuar no Magistério, as irmãs Militão, segundo as narrativas, não deixavam a desejar quanto aos conteúdos curriculares, disciplina e orientações para a vida em geral, sendo consideradas por muitos como autodidatas por dominarem conteúdos sobretudo de Língua Portuguesa e Matemática.

Segundo Silva (2022, p. 90), as irmãs Militão, mantêm-se vivas nas memórias de moradores, ex-alunos e conhecidos, por motivos que vão desde a rígida disciplina e castigos físicos, ao amor, com-

promisso e respeito presentes no processo de ensino-aprendizagem e nas relações cotidianas em geral, além dos ritos e práticas tradicionais reproduzidas por essas mulheres que contribuíram com a manutenção de crenças, tradições e a cultura local.

A ESCOLA SANTA TEREZINHA: FRAGMENTOS DA CULTURA ESCOLAR E DA CULTURA MATERIAL DA CASA-ESCOLA DAS MILITÃO

Silva (2022, p, 92), afirma que a Escola das Militão, apesar da falta de documentos que comprovem a autorização de funcionamento pelos órgãos competentes, tinha um nome oficial conhecido por poucos entrevistados e colaboradores dessa pesquisa. O nome era Escola Santa Terezinha, nome que apresenta uma demonstração da religiosidade das moradoras, proprietárias e professoras.

Porém, a escola teve como nome legítimo e reconhecido por toda a população, o sobrenome das professoras: Escola das Militão. (PAZ, 2015). Além de maior ênfase e popularidade, essa nomenclatura fazia com que nem todos diferenciavam qual das duas irmãs se referiam em determinada situação, exceto por aqueles que lá frequentavam assiduamente.

A casa-escola, onde funcionava era localizada no centro da cidade, mais precisamente na Rua Rui Barbosa, nº 90. Tinha características as casas residenciais do interior, com poucos cômodos e aparência rústica e simples, destoando inclusive das demais casas da rua. Tinha um grande quintal nos fundos com árvores frutíferas, lembrado por todos os colaboradores da pesquisa com sinais de saudades. De acordo com depoimentos sobre a composição do núcleo familiar das irmãs Militão antes da criação da escola, podemos deduzir que a casa foi herança de família visto que moravam no mesmo local desde crianças, sob a responsabilidade dos pais.

De acordo com as fontes pesquisadas, a escola foi fundada na década de 1950, mais precisamente no ano de 1952 e funcionou até o final da década de 1980 e início da década de 1990, sendo que o ano específico não foi confirmado pelas fontes. No entanto, de acordo com as fontes, o período de funcionamento da escola nos dá a certeza de quanto tempo existiu e, portanto, da ação duradoura e significativa das irmãs Militão como professoras, além de outros aspectos que contribuíram para que essas mulheres sejam inesquecíveis para grande parte da população local, aspectos esses que se sobrepõem ao funcionamento da casa-escola e se espalha por todas as vivências e experiências de Tia Lourdes e Tia Di. (Silva, 2022, p. 91).

Sobre a estrutura física da Escola das Militão, tratava-se de uma construção simples para fins residenciais, mas que devido a finalidade educacional que lhe foi atribuída, ganhou características de uma escola, não pelo espaço físico, mas pela presença do mobiliário e objetos semelhantes aos dos estabelecimentos de ensino.

Tudo era organizado de forma que as intenções culturais e pedagógicas fossem percebidas por aqueles que ali frequentavam, constituindo a arquitetura da escola das irmãs Militão. Segundo Escolano (2001, p. 33), a arquitetura escolar é um elemento cultural e pedagógico, não só pelos condicionamentos que suas estruturas induzem, mas também pelo papel de simbolização que desempenha na vida social. Assim, a localização e a organização da escola Santa Terezinha estavam intrínsecas às atividades que ocorriam ali.

A casa tinha ainda um altar com imagens dos santos que as irmãs eram devotas. A grande religiosidade de Tia Lourdes e Tia Di lhes conferiam adjetivos de mulheres dignas, respeitadas e de moral inabalável.

Em relação aos horários das atividades da escola, sabemos que funcionava a princípio nos turnos matutino e vespertino, e depois, com a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MO-

BRAL)¹, as irmãs Militão passaram a lecionar também no turno noturno para alfabetizar alunos adultos. Sobre essa participação como professoras do MOBREAL, de acordo com as fontes, Maria Floripes Militão, chegou a estudar durante todo o ano de 1970 no Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento para concluir o Curso Ginásial com as futuras normalistas do renomado colégio, e assim poder participar do programa de governo como alfabetizadora de adultos.

Retomando a rotina da escola, é interessante mencionar o cumprimento de horários de entrada e saída, de aulas e de intervalo semelhante aos estabelecimentos oficiais de ensino. Além disso, fazia parte da rotina da escola das Militão, a averiguação da higiene pessoal dos alunos, conforme Peixoto (2014) descreve sobre o funcionamento da escola no turno matutino.

Além da atenção dada à higiene pessoal dos alunos, outros aspectos ligados à convivência social, educação doméstica, religiosidade e ludicidade também faziam parte do ofício de ensinar das professoras Tia Di e Tia Lourdes, as irmãs Militão, uma vez que essas vivências eram incorporadas no trabalho pedagógico constituindo os saberes experienciais e culturais, conforme classifica Tardif (2012).

A cultura escolar da Escola das Militão se apresentava muito além da casa residencial simples e do uso das punições para manter o controle e a disciplina dos alunos. Outros saberes e crenças herdadas

¹ MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização foi um programa de alfabetização de jovens e adultos instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967 no governo do presidente Arthur da Costa e Silva e reformulado em 1970, pelo Decreto nº 1.124 de 8 de setembro, no Dia Internacional da Alfabetização. Vale acrescentar que esse programa de alfabetização de jovens e adultos, tinha como objetivo alfabetizar a população urbana entre 15 a 35 anos, faixa etária que atenderia a demanda por mão-de-obra; erradicar o analfabetismo e se sobressair em relação ao fracasso das campanhas de alfabetização executadas anteriormente. O MOBREAL funcionou até 1985, quando foi extinto e substituído pela Fundação Educar.

da sociedade em geral e de estruturas familiares, o espaço e objetos diversos, além de normas de convivência constituíam a cultura escolar da Escola das Militão, uma vez que estavam incorporadas nas estratégias de ensino e nas diversas formas de aprendizagem.

A principal característica das práticas executadas na Escola das Militão era a presença de disciplina rígida no método de ensinar. Essa disciplina começava com regras estabelecidas para o convívio escolar, os ritos diários e terminava com os castigos diversos, sendo o uso da palmatória o mais conhecido e comentado por todos, inclusive por crianças e jovens que não estudavam na referida escola. (Silva; Ferronato, 2020).

A conhecida rigidez das irmãs Militão chegou ao ponto de servir de argumentos para os pais ameaçarem os filhos que demonstravam pouco interesse nos estudos desenvolvidos em outras escolas da cidade, fazendo com que muitos se esforçassem para aprender ou melhorar o desempenho escolar, temendo em ser matriculados na Escola Santa Terezinha.

Vale lembrar que apesar dos castigos físicos terem sido abolidos legalmente no século XIX, na prática, eles perduraram por longos períodos e foram motivos de muitas discussões e divergências entre diferentes grupos sociais. Para muitos docentes e até pais de alunos, o uso de castigos era recorrente no processo de ensino-aprendizagem e na garantia da autoridade do professor. Assim, mesmo com a proibição através de documentos oficiais, muitos professores levaram essa prática adiante e ainda com o consentimento dos pais.

A diversidade de saberes atrelada à disciplina rígida e ao dinamismo e cuidado das irmãs Militão proporcionaram o reconhecimento e respeito ao trabalho educacional desempenhado por essas duas mulheres professoras, ao mesmo tempo que causou também muito medo em crianças que estudaram com elas ou que temiam em estudar e seguiam fielmente as orientações dos pais para evitar serem matriculados na escola das Militão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Militão! A expressão em acordo com a análise nos faz lembrar controle e disciplina diante da associação com uma instituição criada para manter a ordem, controlar, proteger, vigiar, corrigir e tantos outros verbos com significado parecido.

As trajetórias de vida das irmãs Militão demonstram que elas desempenhavam várias funções e afazeres, no entanto foi como professoras na sua própria escola que funcionava na própria residência, que elas se tornaram conhecidas e respeitadas. Aquele espaço, a casa das irmãs Militão, constituía um lugar de lutas, aprendizagens, transformações, educação, cultura e religiosidade.

De acordo com as fontes foi possível identificar rastros da formação familiar das professoras, saberes, crenças e tradições que norteavam a vida das duas, assim como identificar as particularidades de cada uma e compreender as intencionalidades de suas práticas e posturas diante do público diverso que frequentava a casa-escola.

Ao manter a autonomia e o controle sobre suas atividades e espaços, as irmãs Militão não apenas reafirmavam suas identidades, mas também ocupavam um lugar de destaque na comunidade. Essa postura autônoma, aliada ao seu compromisso com a educação, permitiu-lhes promover a transformação social e inspirar outras mulheres a assumirem papéis de liderança.

Por fim, é preciso enfatizar que a ideia homogênea das Irmãs Militão como mulheres negras e professoras leigas foi sedimentada no imaginário social bonfinense, fazendo com que as duas não se diferenciassem muitas vezes. No entanto, Tia Lourdes e Tia Di apresentavam muitas singularidades que as diferenciavam e evidenciavam os papéis desempenhados por essas mulheres individualmente.

Cada uma delas, assim como a pesquisadora que escreve esse texto e tantas outras mulheres negras professoras, traçaram o seu caminho com lutas, coragem, autenticidade, empatia, fé e a certeza

que por meio da educação escolar seria possível transformar a si mesma e a outros sujeitos, ocupando novos espaços e assumindo um lugar como sujeito histórico e social.

Dessa forma, encerro essa seção reafirmando que Maria Floripes Militão e Maria de Lourdes Militão, Tia Di e Tia Lourdes, respectivamente, resistiram ao racismo, preconceitos e discriminações da época, dedicando suas vidas ao ofício de ensinar, galgando uma posição social de destaque, protegendo-se das injustiças sociais, multiplicando saberes, crenças e tradições e formando outras vidas, para a vida em sociedade.

As irmãs Militão, figuras emblemáticas da educação em Senhor do Bonfim, transcenderam o papel de simples professoras para se tornarem verdadeiras agentes de transformação social. Sua casa-escola, um espaço de aprendizado, cultura e resistência, moldou a vida de inúmeras pessoas. Ao manterem sua autonomia e promoverem a educação, elas desafiaram as estruturas de poder e inspiraram outras mulheres a buscarem seus próprios caminhos.

Através de suas práticas pedagógicas, as irmãs Militão não apenas transmitiam conhecimentos, mas também valores como respeito, empatia e justiça social. Seu legado, marcado pela resistência ao racismo e pelo compromisso com a educação, continua a inspirar e a desafiar as novas gerações a construir um futuro mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Maria Teresa Santos. No tom e no tema :escritas ordinárias na perspectiva da cultura escolar (segunda metade do século XX). IN: BEN-COSTA, Marcus Levy Albino. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos** (Org.) São Paulo: Cortez, 2007. p. 79 – 99.

DEMARTINI, Z. “A escolarização da população negra na cidade de São Paulo nas primeiras décadas do século XX”. **Revista da ANDE**, São Paulo (8 - 14), 1989.

DEL PRIORE, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. **Topoi**. São Paulo, v. 10, n. 19, p. 7-16, jul.dez. 2009.

ESCOLANO, Agustín. **A Escola como cultura**: experiência, memória, arqueologia. Ed. Alínea, 2017. 282 p.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FONSECA, M. V. A população negra no ensino e na pesquisa em História da Educação no Brasil. In: **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói-RJ: EdUFF, 2016. p. 29- 50.

FONSECA, M. V.; BARROS, S. A. P.(Orgs.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói-RJ: EdUFF, 2016.

FONSECA, Marcos Vinicius. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº 13 jan./abr. 2007, p. 13-50.

GATTI, Bernadete; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

GOMES, Nilma Lino. **Mulheres Negras e Educação**: Trajetórias de Vida, Histórias de Luta. 1999. Disponível em: <www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/profas_negras.pdf>. Acesso em 10 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia/ Alex Ratts e Flávia Rios. **Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HITA, Maria Gabriela. **Raça, racismo e genética**: em debates científicos e controvérsias sociais. Salvador: EDUFBA, 2017.

HOOKS, bell. 1984. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Lisboa: Educa, 2002.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2012.

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. Os Cinco Olhos do Diabo: os castigos corporais nas escolas do século XIX. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 627-646, maio/ago. 2012.

LIMA, M. T. G. de A., JAQUES, K. M. de M., ÁVILA, T. M. P. Facebook – Um novo espaço autobiográfico? **LETRAS & LETRAS**. v. 31, n. 1, p. 282-298, jan/jun. 2015, ISSN 1981-5239. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras>. Acesso em: 03 nov 2019.

MEC. **VI Encontro Nacional de Chefes do Serviço de Supervisão do Ensino Primário**. Relatório. Alagoas-Sergipe.1969. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/site/documentos/VI_encontro_nacional_1969.pdf. Acesso em novembro de 2021.

MEIHY, José Carlos Sebe; RIBEIRO, Suzana Salgado. **Guia prático de história oral**. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Racismo**: da desigualdade à intolerância. São Paulo em Perspectiva, abr./jun., 1990.

NÓVOA, Antonio (org.). **Vidas de professores**. Porto: Porto, 1995.

NÓVOA, Antonio (org.). **Profissão Professor**. Porto: Editora Porto, 1999.

NUNES, Clarice. Quando a casa vira escola: a modernidade pedagógica no Brasil. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlete M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. **Ensino de História**: sujeitos, saberes e práticas. Mauad X: FAPERJ, 2007.

OLIVEIRA, A. A relação entre raça e educação na obra de Gilberto Freyre. **Universitas Humanística**, n. 81, 2016, 305-329. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.uh81.rere>. Acesso em 15 de abril de 2021

PAZ, M. G. **Irmãs Militão**: professoras leigas, disciplina rígida com castigos físicos, “ a lição “ no bureau, a sabatina da taboada com palmatória com furinho no meio e a pedra da “licença”. Senhor do Bonfim, 16 dez. 2015. Facebook. Disponível em: https://www.facebook.com/search/top/?q=irm%C3%AAs%20milit%C3%A3o&epa=SEARCH_BOX. Acesso em 30 set. 2019.

PEIXOTO, J. R. A. S. **Irmãs Militão**: cotidiano, práticas e o funcionamento de uma casa-escola em Senhor do Bonfim de 1975 – 1985. 2014. Monografia (Licenciatura em História). Universidade do Estado da Bahia, Campus IV. Jacobina-BA. 2014. Disponível em: www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/729. Acesso em 14 de nov de 2019.

PERES, Eliane. **Como Marias aprendem a ler?** Mulheres e aprendizados da leitura e da escrita (séculos XIX e XX). Curitiba: CRV.2021

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. De lavradora a professora primária na roça: narrativas, docência e profissionalização. **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n.65, abr-jun. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 4, p. 145-166, jul./dez. 2002.

SILVA, L. M. da; FERRONATO, C. de J. . As práticas pedagógicas das Irmãs Militão: um misto de medo, amor e respeito por duas professoras leigas do interior da Bahia. **History of Education in Latin America - HistELA**, [S. l.], v. 3, p. e22087, 2020. DOI: 10.21680/2596-0113.2020v3n0ID22087. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/22087>. Acesso em: 12 jan. 2025.

SILVA, Luzinete Moreira da. **As irmãs Militão e a escola Santa Terezinha em Senhor do Bomfim, Bahia**: saberes e práticas de duas professoras negras em uma casa-escola. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Tiradentes. Aracaju: UNIT, 2022.

SOUSA NETO, Marcelo; ARAUJO, F. A. M. (org.) **História e memória de instituições escolares brasileiras** – Parnaíba, PI: Acadêmica Editorial, 2020. E-book. ISBN: 978-65-88307-11-3

SOUZA, Elizeu Clementino de. **Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto) biográfica**: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido Revista Educação, Santa Maria, v. 39, n. 1, jan/abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/11344/pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da Cultura Material escolar: um balanço inicial. IN: BENCOSTA, Marcus Levy Albino. **Culturas Escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos (Org.) São Paulo: Cortez, 2007. p. 163-189.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

THOMPSON, P. **A voz do Passado**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIÑAO FRAGO, A. El espacio escolar como objeto histórico: una trayectoria intelectual. **Historia y Memoria de la Educación**, [S. l.], n. 13, p. 21–48, 2020. DOI: 10.5944/hme.13.2021.27695. Disponível em: <http://revistas.uned.es/index.php/HMe/article/view/27695>. Acesso em: 21 jan. 2022.

VINÃO FRAGO, A.; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade**: a arquitetura como programa. 2^a ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2001

AS CONTRIBUIÇÕES DA COLEÇÃO DIDÁTICA DE AÍDA COSTA PARA O ENSINO DE PORTUGUÊS NO GINÁSIO

ANNA BEATRIZ GOMES DE OLIVEIRA
LETHÍCIA PESANHA DA SILVA
ANAMARIA GONÇALVES BUENO DE FREITAS

INTRODUÇÃO

A professora Aída Costa, licenciada em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, publicou pela Editora do Brasil uma coleção de livros didáticos de português, para o ensino ginasial, nas décadas de 1950 e 1960. Os livros circularam por diversos estados brasileiros, entre eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

O objetivo desta investigação foi analisar as contribuições das lições de Aída Costa, presentes na coleção didática, para o ensino de Português no ginásio. Além dos livros da referida autora, foram utilizadas como fontes para o estudo: a legislação vigente no período, resoluções, normas, programas, portarias e outros regulamentos relacionados com o ensino ginasial; bem como, elementos da trajetória da professora-autora no exercício da docência.

No tocante, ao referencial teórico e metodológico as escolhas realizadas se fundamentaram nos pressupostos da História da Educação, da História das Disciplinas Escolares e na História da Profissão Docente. Foram mobilizadas categorias

de análise desenvolvidas por André Chervel, Vinão Frago e Roger Chartier, entre outros autores.

Essa coleção foi escolhida, tendo em vista alguns critérios, entre eles: ter como autora uma professora; alcançar ampla circulação nacional, como foi citado anteriormente; e foi utilizada no Ginásio de Aplicação¹, atualmente denominado Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe (UFS). No acervo da Biblioteca Central da UFS, foi localizado um dos exemplares. Os outros livros foram adquiridos em sebos do centro da cidade de São Paulo.

Inicialmente nos chamou atenção o fato dos volumes da coleção serem permeados por excertos de diferentes estilos literários, muitas vezes acompanhados com notas biográficas dos autores, além de lições e exercícios gramaticais e de produção de textos. Além disso, os livros encontrados são de diferentes edições. Podemos inferir, tendo como base na pesquisa realizada, e nas informações que circulam em *sites* de sebos *on-line*, que a coleção teve mais de uma dezena de edições entre 1950 e 1960.

Na investigação sobre a coleção didática de autoria de Aída Costa foi possível identificar aspectos significativos dos modos de ensinar a disciplina de Português para o ensino ginasial. Chervel (1990) nos adverte sobre a importância de compreender as disciplinas escolares como uma realidade específica; e ensina que devemos ter muita atenção ao observá-las segundo suas finalidades normativas, religiosas, sócio-políticas, econômicas, culturais, de socialização, explícitas ou não; articuladas com suas funções educativas e seu funcionamento. Além disso, nos níveis de ensino primário e secundário as disciplinas escolares possuem caráter instrutivo e formativo, diferente do ensino superior. Para Chervel:

¹ CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Relação de livros existentes na Biblioteca do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. In: Relatório de verificação prévia, Aracaju/SE, 3 de ago. de 1959. (Pacotilha 23).

[...] desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram a sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. [...] Porque são criações espontâneas do e originais do sistema escolar é que as disciplinas merecem um interesse todo particular. É porque o sistema escolar é detentor de um poder criativo insuficientemente valorizado até aqui é que ele desempenha na sociedade um papel o qual não se percebeu que era duplo: de fato ele forma não somente os indivíduos, mas também uma cultura que vem por sua vez penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global. (Chervel, 1990, p. 184)

Assim, nosso interesse ao analisar a coleção produzida pela professora Aída Costa busca evidenciar as normas prescritas na legislação vigente, no período do lançamento e circulação da mesma, sem perder o foco no modo de organização e disposição do conteúdo, da seleção de autores e textos, na proposição das atividades e exercícios, entre outros aspectos.

Segundo Hallewell (2005, p.280) a produção e o investimento em livros didáticos “constituem uma linha de vendas segura e permanente, além de proporcionar ao editor nacional uma vantagem sobre os competidores estrangeiros, cujos produtos jamais podem adaptar-se tão bem às condições ou aos currículos locais”. É através desta perspectiva de investimento e venda garantida que muitos editores, a partir do final do século XIX e na primeira metade do século XX, vão de dedicar à produção dos livros didáticos no Brasil.

COLEÇÕES DIDÁTICAS PARA O ENSINO GINASIAL: ASPECTOS LEGAIS E EDITORIAIS

Os exemplares analisados da coleção didática para o ensino de Português de autoria da professora Aída Costa, pertencem às décadas de 1950 e 1960, mas foram elaborados tendo como respaldo legal, os decretos e outras regras normativas fundamentadas no período do Estado Novo (1937-1945), que tiveram uma longa duração, na produção de livros e manuais escolares no Brasil.’

Segundo Razzini (2000) o uso de coletâneas de textos literários de autores portugueses e estrangeiros para o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, é comum no ensino secundário, desde o final do século XIX. Muitos destes antigos manuais foram adaptados pelas editoras às novas exigências do período do Estado Novo, muitas vezes, incluindo novos capítulos com diferentes conteúdos e exercícios gramaticais e de produção de textos.

De acordo com a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto n.4.244 de 9 de abril de 1942) este ramo de ensino, seria dividido em curso ginasial de quatro anos e curso colegial de três anos. O curso colegial, poderia ser realizado na modalidade de curso clássico ou curso científico. Veiga nos aponta que:

[...] para o Ministro Capanema, o secundário era o nível por excelência destinado a formar os futuros cidadãos em sua consciência patriótica. Educar para a sociedade foi interpretado como educar para a nação. Nesse sentido, tal **objetivo definia um currículo de acentuado conteúdo humanístico, necessário para a preparação das individualidades condutoras do povo e da nação.** (Veiga, 2007, p. 292, grifos nossos)

Ressaltamos que a vigência desta forma de organização do ensino secundário e seus objetivos formativos, se manteve com poucas

alterações, até o início da década de 1970. Para conseguir acesso ao ensino secundário, os estudantes após concluírem os estudos no primário, deveriam passar pelo exame de admissão, composto por provas orais e escritas, que selecionava, com muito rigor, os futuros ginásianos e ginásianas, que poderiam atingir a almejada “preparação das individualidades condutoras”.

Em relação à composição curricular e à seriação de cada um dos cursos (ginásial, clássico e científico) há uma prescrição minuciosa para o ensino ginásial, com duração de quatro anos, composto pelas seguintes disciplinas (presentes em todos os anos), segundo reza o artigo 10, da referida Lei Orgânica do Ensino Secundário:

I – Línguas: 1.Português; 2.Latim; 3.Francês; 4.Inglês; II – Ciências: 5.Matemática; 6.Ciências Naturais; 7.História Geral; 8.História do Brasil; 9.Geografia Geral; 10.Geografia do Brasil. III – Artes: 11.Trabalhos manuais; 12.Desenho;13. Canto Orfeônico. (Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942. Art. 10)

No contexto das alterações da legislação no período do Estado Novo (1937-1942) , e na perspectiva da investigação da produção e circulação dos livros didáticos², verifica-se de um lado as prescrições do Governo de Vargas que estabeleceram padrões de centralização e de controle através da Comissão Nacional do Livro Didático – criada inicialmente pelo Decreto-Lei 1006 de 30/12/1938, e regulamentada sucessivamente por diferentes decretos³ até a

² Desde a circulação da *Ratio Studiorum* no Brasil há determinações e recomendações sobre as leituras permitidas e proibidas no processo de escolarização e formação dos jovens. Algumas leis no século XIX e mesmo no início do século XX, também trataram da questão dos critérios de seleção de textos, livros e compêndios, processos de avaliação e de autorização dos mesmos.

³ Entre essas regulamentações sucessivas, encontra-se: o Decreto-Lei 1.177 de 29 de março de 1939 que dispõe sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático para o ano de 1939, aumentando o número de membros

consolidação através do Decreto-Lei 8.460 de 26 de dezembro de 1945 -, de outro lado, um conjunto de estratégias estabelecidas por editores e autores na busca de legitimação em um mercado calcado por princípios de competição acirrada, de grande modernização e de intensa criatividade a partir da década de 40, do século XX.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, a disputa dos editores pelos autores de livros didáticos aumentou, a produção de coleções se apresentou como uma forma de garantir o retorno dos investimentos efetuados para atender a expansão gradual do ensino primário e ginásial. Em relação a este aspecto Toledo (2001) adverte:

O investimento nas coleções, por parte dos editores, tem como objetivo ampliar o público leitor pelo barateamento dos custos de cada livro produzido. À medida em que a característica fundamental da produção de uma coleção é justamente a sua padronização em termos de cobertura (capa, lombada, contra-capas), de estrutura interna (estabelece-se um modelo ao qual os textos publicados são submetidos) e das estratégias de divulgação, há um barateamento da produção dos livros nela incluídos. [...] Além disso, há todo um investimento em um aparelho crítico dos livros, que tem como função ou a didatização da obra ou uma sofisticação de sua apresentação. [...] Os sistemas de difusão das coleções também são específicos. O editor não oferece ao leitor um título novo, mas um conjunto

de sete para dezesseis; o Decreto-Lei 1.417 de 13 de julho de 1939 que entre outros aspectos permitia que um dos membros da Comissão Nacional do Livro Didático pudesse requerer a autorização para a publicação de obras de sua autoria; o Decreto-Lei 2.359 de 3 de julho de 1940, de 3 de julho de 1940, que também trata de novo regulamento para o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático. Maiores informações sobre a produção de livros didáticos, neste período consultar, entre outros: Toledo (2001); Gonçalves (2005); Freitas, Nascimento, Nascimento (2011).

de títulos organizados, em uma determinada ordem (Toledo, 2001, p. 3-5).

Localizamos os quatro livros, da “Coleção Didática do Brasil – Série Ginasial” elaborados pela Profa. Aída Costa, que seguem características editoriais padronizadas, como foi apontado por Toledo (2001), em relação à questão da materialidade dos livros, como capas, lombadas, diagramação, índices, entre outros. Privilegiamos para este estudo os exemplares do terceiro e do quarto ano ginasial.

AÍDA COSTA E A COLEÇÃO DIDÁTICA PARA O ENSINO GINASIAL

Aída Costa, licenciada em Letras Clássicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, atuou no ensino ginasial e superior na cidade de São Paulo. Foi nomeada após concurso, no segundo semestre de 1958, professora catedrática de Literatura Latina na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo.

Publicou na Coleção Didática do Brasil, pela Editora do Brasil livros de latim e de português, nas décadas de 1940 e 1950, para o ensino ginasial. Além de também se dedicar à produção de livros para o exame de admissão, pela referida editora, e à tradução de obras latinas, pela Cultrix, nas décadas de 1960 e 1970⁴.

A Editora do Brasil foi fundada 1943 pelo Dr. Carlos Costa, em São Paulo, para oferecer livros de qualidade e melhorar a educação nacional. Pautou sua ação no campo editorial pela ampla circulação de suas obras didáticas e pela fidelidade dos autores e autoras. Existe até hoje, com filiais em diversas cidades brasileiras. Esta mesma

⁴ Sobre a produção de livros didáticos e a relação com as editoras, no período investigado, verificar, entre outros: Munakata (1997); Halewell (2005); Toledo (2001); Gonçalves (2005).

editora foi responsável por edições de livros didáticos de diferentes disciplinas do ensino secundário (ginásial, colegial e científico) como: Latim, Matemática, História, Geografia, entre outras.

A Editora Cultrix, foi fundada em 1955, também em São Paulo, sob a direção de Edgar Cavalheiro e pertence ao grupo “O Pensamento”. Segundo Halewell (2005, p.334), esta editora se especializou na publicação de textos literários clássicos, obras e coleções sobre História do Brasil, História e Teoria Literárias, Linguística, Comunicação e Cibernética.

Para a análise das lições, partimos da concepção de Roger Chartier sobre “representações”, onde ele esclarece que:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. [...] As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de competições (Chartier, 1990, p.17).

A partir desta compreensão das “representações do mundo social” proposta por Chartier, foi possível perceber que cada uma das lições, da professora Aída Costa, foi organizada de forma intencional. A escolha de renomados escritores, tanto nacionais quanto estrangeiros, os registros biográficos de cada um, as explicações dos

conteúdos gramaticais e os exercícios de redação, todos possuem interesses e perspectivas específicas. Os textos selecionados tratam em sua maioria de temas históricos e religiosos, valores morais e patrióticos, normas de conduta, atitudes sociais recomendadas para rapazes e moças entre outras “lições”. Então, identificamos na coleção didática diversas representações de modos próprios de ensinar e aprender, concepções sobre regras de convivência, educação, escola, moral, família, pátria e sociedade.

O exemplar do livro da terceira série ginásial que analisamos, foi publicado em 1961, décima edição, possui 204 páginas e, na segunda folha de rosto, encontra-se o programa de Língua Portuguesa composto por duas partes:

1 – a) Leitura e interpretação de textos de prosadores e poetas brasileiros e portugueses dos dois últimos séculos. b) Vocabulário. c) Exposição oral. d) Exercícios escritos de redação.

2 – Partindo sempre dos textos lidos em aula, tratará o professor do seguinte: a) Recapitulação sistemática e estudo complementar da matéria gramatical das séries precedentes. b) Sintaxe de colocação. c) Emprêgo dos tempos e dos modos. d) Sintaxe do pronome se. e) Colocação dos pronomes átonos. f) Estudo elementar de versificação (Costa, 1961, s/n)⁵.

O livro está constituído, seguindo a prescrição do programa acima: em cada capítulo, há um texto ou um fragmento de texto, junto com um resumo da biografia de seu autor, e logo depois algumas atividades. Este mesmo modo de apresentação das lições foi verificado no livro para o quarto ano ginásial da professora Aída Cos-

⁵ Os trechos referenciados dos livros analisados respeitaram a grafia e a ortografia das fontes analisadas. Esta mesma ressalva vale para todas as citações da obra de Aída Costa, aqui incluídas.

ta Ao todo são 35 obras, 21 contos, 13 poemas, e um excerto de uma peça teatral, todos de autoria masculina, incluindo Machado de Assis, Euclides da Cunha, José de Alencar, Padre Antônio Vieira, Manuel Bandeira, Olavo Bilac, entre outros. Encontramos também algumas ilustrações em preto e branco relacionadas com os textos literários.

O livro didático, como um dos elementos da cultura escolar, permite a veiculação e a inculcação de representações produzidas para o processo formativo e adequadas às faixas etárias específicas, bem como, aos diferentes conteúdos dos currículos propostos. As investigações sobre o livros didáticos no campo da História da Educação ressaltam a complexidade dessa relação estabelecida entre a produção da cultura escolar e a socialização de saberes e conhecimentos. Como adverte Batista:

[...] investigações têm mostrado que o livro didático e a escola estabelecem relações complexas com o mundo da cultura. Ao contrário da ideia difundida de que os saberes escolares e, particularmente os livros didáticos, consistiriam apenas numa adaptação simplificada, para fins escolares, de conteúdos produzidos no campo da cultura e da ciência, essas investigações vêm evidenciando que a origem desses saberes e objetos é bem mais complexa (cf. por exemplo, Chervel e Bittencourt, 1993) e que muitas vezes, é à escola e a seus livros que se deve atribuir a origem de conhecimentos e saberes apropriados pelas esferas do conhecimento erudito e científico. (Batista, 1999, p.533).

As exigências legais, o controle sobre o ensino, a adaptação dos livros didáticos dinamizam as práticas editoriais e pedagógicas que ainda precisam ser melhor investigadas. Afinal, as interpretações dos textos, os valores adotados, os princípios inculcados, as dispo-

sições reiteradas, as habilidades desenvolvidas, os exercícios realizados, os pontos decorados para as arguições orais e provas escritas, os conteúdos assimilados para os exames finais, são elementos que compõem a cultura escolar do ensino ginásial, que carecem de maior aprofundamento, ao nosso ver, e que podem nos ajudar a elucidar a complexa relação entre escola, livro didático, conhecimento, aprendizagem e sociedade.

Na coleção estudada percebemos na seleção dos excertos literários a abordagem da professora Aída Costa de diversos temas sociais, culturais e históricos. A associação de exercícios gramaticais com a produção textual bem diversificada, proposta pela autora, possibilitava aos ginásianos e ginásianas expressarem reflexões e posições sobre as lições presentes em cada capítulo. São feitas também sugestões de leituras expressivas, recitações, interpretações de textos, paráfrases, ditados e encenações.

No terceiro volume da coleção a professora Aída Costa propõe redações com os seguintes títulos: “A minha família” (p.92); “Por que eu sou patriota?” (p.114); “Têm todos os homens o direito a um bem-estar e conforto para viver” (p.124); “Responda-se o mal com o bem” (p.164); “Faze pela tua parte que eu te ajudarei”; e “Longe dos olhos, longe do coração” (p.188). Nestas propostas, a autora estimula diferentes possibilidades de produção escrita e de posicionamento dos estudantes, acerca de valores culturais e sociais, relacionados com a família, patriotismo, solidariedade, responsabilidade, entre outros.

Um outro exemplo de atividade, aparece no exemplar da terceira série ginásial, associada ao poema “A Canção do Africano”, de autoria de Castro Alves (1847-1871). Abaixo do título do poema, encontramos nome do autor, a referência de onde a obra foi retirada, uma breve biografia e menções acerca de obras dele. Logo depois, há uma ilustração que apresenta cinco pessoas escravizadas, duas delas mulheres segurando bebês e um homem de pé, acorrentado,

com os braços levantados em expressão de agitação. Abaixo da ilustração está o poema e, em seguida, os exercícios:

1) Paráfrase da poesia. 2) Estudo do gênero das palavras da poesia.

NOTAS AUXILIARES – 1) *Senzala* – alojamento dos escravos. 2) *Do seu torrão* – da África. 3) *O sol faz lá tudo em fogo* – referência ao calor africano. 4) *Papa-ceia* – a estrela da tarde. É termo popular no norte do Brasil. Lembre-se que Castro Alves é baiano. 5) *Aquelas terras* – as terras africanas. (Costa, 1961, p. 52)

Abaixo do exercício proposto sobre o poema, há uma explicação gramatical que aborda os substantivos epicenos, comuns de dois gêneros e sobrecomuns. Após este esclarecimento, há uma atividade para ser realizada pelos estudantes, que está relacionada à produção uma lista “de 10 a 20 nomes epicenos, comuns de dois e sobrecomuns.” (Costa, 1961, p.53). Assim, podemos perceber que a professora Aída seleciona a narrativa poética de Castro Alves, que traduz muito do sofrimento e da violência, vivenciada cotidianamente pelos escravizados e escravizadas no Brasil, para propor a análise de seu conteúdo, um glossário explicativo e regras gramaticais

O livro do quarto ano do ginásio, publicado em 1951, segunda edição, possui 189 páginas, e 25 lições literárias e 22 conteúdos gramaticais. Aída Costa amplia e aprofunda o estudo da língua portuguesa, nesta obra, com abordagens sobre sintaxe, linguística, semântica, associados ao estudo da fonética e fonologia, análise do sistema articulatório, História da Língua Portuguesa, entre outros temas. Destacamos uma unidade dedicada ao estudo do Latim e das línguas românicas.

Neste exemplar na segunda folha de rosto, a autora reproduz o programa prescrito para a quarta série do ensino ginásio, segundo a Portaria n. 170, do Ministério da Educação, de 11 de julho de 1942:

I. Leitura – Far-se-á já aspirar e constituir uma iniciação literária em excertos da literatura brasileira e portuguesa, distribuídos em três classes: cartas, prosa literária e poesia. II. Gramática – Sempre aproveitando o material linguístico encontrado nos textos de aulas, tratar-se-á do seguinte: Unidade I: 1. Vocábulo, sílaba, número de sílabas dos vocábulos, acento tônico, a situação do acento tônico. 2. Constituição das sílabas. Qualidades físicas do som. Vogais e consoantes. Ditongos. Tritongos. 3. Noções de ênclise e da próclise; alguns exemplos. 4. Exercícios de verificação e aplicação da matéria estudada. Unidade II: 1. Latim vulgar. As três declinações do latim vulgar. Sobrevivência do acusativo. O desaparecimento do neutro. As três conjugações do latim vulgar na Península Ibérica. 2. Idéia da ação da analogia, ministrada por meio de alguns exemplos expressivos. 3. Criações românicas. Unidade III: 1. Origem das línguas românicas. 2. A língua portuguesa, seu domínio. Constituição do léxico português. 2. Estudo breve e elementaríssimo da fonética histórica. Fontes divergentes e convergentes. 3. O português no Brasil. III Outros exercícios – Além da leitura e dos exercícios próprios da unidade I de gramática, haverá: 1. Estudo do vocabulário, acompanhado de exercícios. 2. Redação de cartas, bilhetes, telegramas, e de documentos oficiais. 3. Exercícios de composição. 4. Estudo elementar da versificação a propósito das poesias lidas na aula. 5. Análise de períodos compostos por subordinação. (Costa, 1951, s/n)

Apesar de longa a citação anterior permite demonstrar que o uso de textos literários como exemplos e modelos para os estudantes, como acontece no terceiro livro da coleção, e o incentivo para que eles pudessem realizar exercícios, com produções diversas,

a partir das lições lidas, é uma exigência da portaria seguida pela professora Aída Costa. A seleção de excertos de autores renomados da língua portuguesa, como Machado de Assis, Olavo Bilac e Eça de Queiroz, foi mantida pela autora neste volume, assim como, os registros biográficos e as explicações e exercícios gramaticais. Identificamos uma pequena diferença no uso das ilustrações, em preto e branco, na abertura de cada capítulo. No volume para a terceira série ginásial as imagens estavam relacionadas com a narrativa literária, o livro da quarta série ginásial, traz desenhos dos autores dos excertos de cada lição.

Ressaltamos que neste volume referente ao último ano do ensino ginásial verificamos o aumento de propostas de atividades focadas na leitura e produção de textos relacionados com cartas, pedidos, bilhetes, telegramas, cartas comerciais, e outros tipos de correspondências. Para cada tipo de missiva, a professora-autora solicita o uso adequado do pronome de tratamento, como por exemplo: “Exercício III – 1. Redação: um bilhete a um colega pedindo-lhe emprestado o caderno de Português. Tratamento: você. Abreviatura: v.” (Costa, 1951, p.24).

Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), é a única autora que aparece neste volume, sendo que o livro do terceiro ano apresenta apenas autores homens, como foi citado anteriormente. Então, como nos demais capítulos, primeiro é colocado um registro biográfico sobre a escritora, acompanhado de uma imagem da mesma, para em seguida disponibilizar o texto literário e os ensinamentos gramaticais. O texto de Júlia Lopes de Almeida, elaborado em forma de correspondência, aborda a amizade, entre diferentes gerações e também é estudado o aparelho fonador. A professora Aída Costa fez questões relacionadas com a análise prosódica e solicitou a produção de uma carta. Na tarefa escolar que os estudantes são incentivados a escrever uma carta a ser enviada para a mãe. O texto literário e as observações da professora Aída evidenciam representações

de concepções adequadas e polidas sobre modos de se comportar e dialogar com as diferentes pessoas, sendo educado em seus pedidos, associado à relevância da família na vida do ginásiano e da ginásiana.

No quarto volume tem um excerto de autoria de Henrique Coelho Neto (1864-1934), com o título “Patriotismo e Civismo”:

Patriotismo é o sentimento radical pelo qual o homem prende-se, para todo o sempre, à terra em que nasceu, devotando-se-lhe pelo trabalho, que a melhora e engrandece e sacrificando-se por ela incondicionalmente, desde a renúncia aos confortos da vida até a morte, se tanto fôr necessário para defendê-la e honrá-la.

O patriotismo assenta no amor do solo e do seu ambiente, abrindo-se, porém, em raízes, que se entram nas camadas profundas do passado, que são a tradição e a história, onde se nutrem com os exemplos dos heróis; que se embebem no presente e ainda dilatam-se para o futuro em ideal de progresso.

Civismo é a atitude moral, o procedimento honesto do verdadeiro patriota, e consiste, não só no cumprimento exato dos deveres que a Lei impõe e a sociedade exige cortesia recíproca entre os homens, como também no de prestigiar a Pátria no seu nome augusto e nos símbolos que representam, zelar pela pureza do idioma e dos costumes herdados, venerar as relíquias do Passado, manter a ordem, concorrer para a disciplina e boa harmonia social, correspondendo a todo o apelo que se lhe faça em obediência a deveres cívicos. (Costa, 1951, p.40)

Para esta lição, a professora Aída Costa indicou uma interpretação oral do texto, antes dos exercícios gramaticais sobre classificação de fonemas. Sabemos que nem todas as atividades previstas nos livros didáticos são realizadas por professores e estudantes em

sala de aula. No entanto, o trecho do livro “Breviário Cívico”, publicado inicialmente em 1921, com edições em 1953 e 1970, traz boas oportunidades para a abordagem acerca do patriotismo, civismo, símbolos nacionais, respeito à tradição e à História, disciplina, obediência e harmonia social, entre outros assuntos.

Ser autor ou autora de uma coleção didática para o ensino primário ou secundário, por um lado, poderia parecer uma tarefa a mais imposta a um professor ou professora, que para manter sua família lecionava em mais de um estabelecimento de ensino, em pelo menos dois turnos diários de trabalho, quando não associava também aulas particulares à domicílio do estudante ou em sua própria residência, principalmente na época dos exames finais, para fazer frente às suas necessidades materiais mais urgentes.

Entretanto, por outro lado, era também a possibilidade de receber recursos através de uma atividade prestigiada, ser convidado para ministrar palestras, em diferentes cidades, conceder entrevistas nos jornais e revistas de maior circulação na cidade. Enfim, alcançar uma visibilidade que lhe permitiria ser convidado a lecionar em outros colégios ou mesmo a ocupar cargos públicos na administração educacional. É claro que nem todos os autores e as autoras de livros didáticos do período puderam “desfrutar” de todas essas conquistas, elas estavam reservadas a um número cada vez menor de autores, que se dedicavam a produzir livros para mais de uma disciplina, que circulavam em várias cidades brasileiras.

No entanto, como ressalta Viñao (2008), as relações entre a História das Disciplinas Escolares e a História da Profissão Docente, merecem ser investigadas mais de perto. Para ele :

A disciplina é o elemento chave da profissionalização do docente, o que define o conteúdo e o espaço acadêmico de sua profissionalização. Daí, que não se pode estudá-los separadamente, como se fossem dois campos sem relação alguma, a história das discipli-

nas escolares e a do processo de profissionalização dos docentes. Quer dizer, a história de sua formação e titulação, de sua seleção, das matérias que ensinam, dos temas sobre os quais trabalham ou investigam e do controle que exercem tanto sobre a formação e seleção dos futuros professores de seu campo disciplinar – ou outros campos – como sobre o trabalho profissional de quem já pertence ao mesmo (o que e como ensinam, o que e como investigam, com quem e como se relacionam profissionalmente em seu campo disciplinar ou fora do mesmo). (Vinão, 2008, p. 205)

Assim, entendemos que investigar a produção e circulação das coleções didáticas das diferentes disciplinas escolares, nos diversos níveis de ensino, em distintos momentos da nossa História da Educação, pode-se elucidar questões e problemas referentes: ao processo de formação para a docência; ao exercício do magistério; às práticas cotidianas do ensinar e aprender; ao processo da constituição da autoria-didática; entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nosso entendimento, os conteúdos abordados pela professora Aída Costa, no terceiro e quarto volumes da coleção didática para o ensino de Português para o ginásio, os textos literários selecionados, as lições gramaticais, as atividades propostas aos ginasianos e ginasianas articulam não apenas os pressupostos legais exigidos, e o conhecimento da língua portuguesa e da literatura brasileira e portuguesa, mas também, um conjunto de representações relacionados à sociedade, à cultura, a modos de viver, agir e refletir presentes na sociedade brasileira, no período investigado.

Percebemos neste sentido, a preocupação da professora Aída Costa com o cumprimento da Lei Orgânica do Ensino Secundário, e dos pa-

receres e resoluções advindos da mesma, uma vez que no documento legal havia ênfases em relação à formação integral, a estruturação da consciência humanística e patriótica, bem como, com a preparação intelectual dos ginásianos e ginásianas para a continuidade de estudos.

Os textos literários identificados nos livros tratam, de forma recorrente, acerca de vultos e fatos históricos, temas religiosos, narrativas que envolviam o cotidiano, e lições morais destacando a importância dos vínculos familiares, temas religiosos, a função social da escola os valores patrióticos, cívicos e sociais, como: honestidade, justiça, solidariedade, trabalho, honra e respeito, entre outros. As regras de boa convivência, a polidez no uso dos pronomes de tratamento, bem como as técnicas de redação e os conhecimentos básicos do Latim e da Gramática da Língua Portuguesa também tiveram espaço nos livros estudados.

Pretendemos continuar a pesquisa em relação aos outros volumes da coleção didática para o ensino de português para o ginásio, professora-autora Profa. Aída Costa e ampliar a investigação sobre a trajetória profissional que foi construída por ela, no ensino secundário e superior. Esperamos que este estudo possa contribuir com a História das Disciplinas Escolares e com a História da Profissão Docente, principalmente, no tocante a relação entre docência e autoria de coleções didáticas para o ensino ginásial.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos impressos e livros didáticos. ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 1999. p. 529- 575. (Coleção Histórias de Leitura).

CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, A. História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

COSTA, A. **Português**. Terceira Série Ginásial. 10 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1961. (Coleção Didática do Brasil, série ginásial)

COSTA, A. **Quarto livro de Português**. Quarta Série. Curso Ginásial. 2 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1951. (Coleção Didática do Brasil, série ginásial)

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de ; NASCIMENTO, E. F.V.-B. C. do ; **NASCIMENTO, J. C. do**. Livros Didáticos no Estado Novo: considerações sobre o Ensino Secundário. In: NASCIMENTO, E. F.V.-B. C. do N., FELDENS, D. G., BORGES, F. T. B. (Org.). **Formação de Professores e Processos de Aprendizagem**: rupturas e continuidades. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 17-33.

GONÇALVES, R. de C. **Comissão de seleção dos livros didáticos (1935-1951)**: guardiã e censora da produção didática. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (Dissertação de Mestrado – Linha de Pesquisa: História, Política e Sociedade), 2005.

HALEWELL, L. **O livro no Brasil**. 2ª. Edição revista e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997. (Tese de Doutorado em História e Filosofia da Educação).

RAZZINI, M. de P. G. **O espelho da nação**: a Antologia Nacional e o ensino de Português e de Literatura (1838-1971). Campinas: Instituto de Estudos de Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese de Doutorado).2. vol.

TOLEDO, M. R. de A. **Coleção Atualidades Pedagógicas**: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001. (Tese de Doutorado).

VEIGA, C. G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIÑAO, A. F. História das disciplinas escolares. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. N.18.Campinas: Autores Associados; Sociedade Brasileira de História da Educação. set./dez., 2008. p.173-215.

FONTES

BRASIL. **Decreto-Lei 1006 de 30/12/1938**. Cria e regulamenta a Comissão Nacional do Livro Didático. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1939.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.177 de 29 de março de 1939**. Dispõe sobre o funcionamento da Comissão Nacional do Livro Didático para o ano de 1939. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1939.

BRASIL. **Decreto-Lei 1.417 de 13 de julho de 1939**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1939.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.359 de 3 de julho de 1940**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1940

BRASIL. **Decreto-Lei 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.

BRASIL. **Decreto-Lei 8.347 de 10 de dezembro de 1945**. Que altera alguns artigos da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1945.

BRASIL. **Decreto-Lei 8.460 de 26 de dezembro de 1945**. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1945

CEMDAP. Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Relação de livros existentes na Biblioteca do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe. In: **Relatório de verificação prévia**. Aracaju/SE, 3 de ago. de 1959. São Cristóvão, CEMDAP. (Pacotilha 23).

A PRESERVAÇÃO DE FONTES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO POR MEIO DO TRABALHO DO REPOSITÓRIO DIGITAL TATU

ALESSANDRO CARVALHO BICA
SIMONI COSTA MONTEIRO GERVASIO

INTRODUÇÃO

O campo de pesquisa da História da Educação, em seus desafios e potencialidades, é um espaço amplo de debate e que mobiliza esforços de universidades e grupos de pesquisa por aspectos teóricos, metodológicos e, também por espaços e possibilidades de ampliação do debate para áreas ainda recentes à discussão, mas que tem em muito a contribuir com a História da Educação. É o caso dos repositórios digitais e de iniciativas de digitalização de acervos e fontes para pesquisa e que foram o foco de discussão da mesa temática “Espaços de memória na era digital”, promovida durante o II Encontro Sergipano de História da Educação que se propôs a discutir nacionalmente o patrimônio histórico e alguns desafios da pesquisa em História da Educação. É, neste contexto, que o trabalho desenvolvido no Repositório Digital Tatu¹, pelo Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA), da Universidade Federal do Pampa, campus Bagé/RS, teve a oportunidade de compartilhar suas experiências e discussões.

¹ Acesso disponível em: <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/>.

Imagem 1 - Página inicial do Repositório Digital Tatu.

BRASIL | Simplifique! | Comunica BR | Participe | Acesso à informação | Legislação | Canais

UNIPAMPA
Repositório Digital Tatu
Repositório Digital de História da Educação

unipampa
Universidade Federal do Pampa

tatu
repositório digital

PHERA
Grupo de Pesquisa em História da Educação
Repositório Digital e Acervos Históricos

Apresentação | Destaque | Acervo | Anais da ASPHE | Links | Equipe | Fale Conosco | Ajuda

REPOSITÓRIO DIGITAL TATU

Este repositório digital é fruto das iniciativas do projeto "As Políticas Públicas de Formação de Professores em impressos pedagógicos. O caso da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1978)", que desde 2015 tem desenvolvido ações que permitiram a digitalização e disponibilização online de algumas edições da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

A partir de 2018, situado no contexto do projeto "Educação, História e Políticas na região de abrangência da Universidade Federal do Pampa", e como resultado dos esforços do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos (PHERA), a proposta foi ampliada com a disponibilização de versões digitais de outros acervos e a criação do Repositório Digital Tatu.

Assim, este espaço tem como objetivo inventariar fontes de pesquisa relacionadas à História da Educação, compondo um acervo digital acessível para outros pesquisadores. Além disso, imagina-se auxiliar na preservação e divulgação destes materiais.

Dúvidas, sugestões, contribuições ou solicitações de materiais podem ser realizadas por meio do "Fale conosco". Fique à vontade para navegar e pesquisar em nosso acervo!

BUSCA NO ACERVO

Termo de pesquisa:

Ajuda

ACESSO RÁPIDO

- LIVROS
- LIVROS
- CARTILHAS
- REVISTAS
- COLEÇÕES

ACERVO ICONOGRÁFICO

DESTAQUES

Defesa híbrida PPGMAE

No dia 16 de maio de 2022, a integrante do PHERA – Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos [...]

Visita à escola Dr. Luiz Mérico Teixeira

A Escola Estadual de Ensino Médio Dr. Luiz Mérico Teixeira, situada no município de Bagé/RS, sob a direção do professor Eduardo Ruiz, está [...]

REPOSITÓRIO DIGITAL TATU

Av. Maria Amândia Gomes do Godoy, 1650
Bairro Malafala - Bagé, RS - 96413-172

Fone (53)3240-3600
repositorio.tatu@bage.unipampa.edu.br

©2023 Repositório Digital Tatu
Criado com REPOSITÓRIO, desenvolvido por Equipe STIC campus Bagé

Fonte: Autores, 2023.

Inicialmente se faz importante uma breve contextualização do trabalho que vem sendo realizado há, pelo menos, quatro anos pelo Repositório Digital Tatu dada a importante oportunidade de intercâmbio de saberes e experiências no campo da História da Educação promovida pelo evento. A ideia apresentada já pode ser percebida desde a logomarca do Repositório, representada pelo Tatu Mulita, animal típico da fauna silvestre da região da campanha do Rio Grande do Sul e que aparece realizando conversão do papel, ou seja do documento físico, para o digital, o acervo online e que de forma breve e objetiva, resume o trabalho desenvolvido como um espaço digital de memória, de preservação e divulgação da História da Educação.

Imagem 2 - Logomarca do Repositório Digital Tatu



Fonte: Autores, (2023).

Outro aspecto importante a ser destacado como forma de contextualização do trabalho a ser apresentado está nas distâncias geográficas que separam a Universidade Federal do Pampa, realizadora do Repositório Digital Tatu, e as Universidades Tiradentes e a Universidade Federal de Sergipe, realizadoras do evento que promovem a discussão em curso, e que estão separadas por mais de 3.600 km, mas unidas por meio do aparelhamento digital como uma alternativa de encurtamentos de distâncias e ampliação de possibilidades de trabalho, bem como é a base do trabalho proposto pelo Repositório Digital Tatu, que se ancora na tecnologia e alternativas que os meios digitais proporcionam para pensar e propor

possibilidades de interlocução entre grupos de pesquisa, redes de comunicação, proporcionando novas redes de trabalho institucional por meio do digital.

A respeito do Repositório Digital Tatu é importante destacar seu surgimento como um espaço de divulgação e compartilhamento das pesquisas desenvolvidas pelo grupo PHERA, além de ser uma iniciativa de preservação de fontes históricas documentais, para o ensino e a pesquisa em História da Educação; preservando, facilitando e possibilitando a interação e o acesso aos acervos que disponibiliza. O Repositório tem em sua constituição teórica e técnica a vocação para democratizar e popularizar o acesso a fontes documentais, disponibilizando soluções, ferramentas ou mesmo instrumentos tecnológicos que permitam a facilitação de acesso à documentos, acervos e fontes.

Com a pandemia do Covid-19, este argumento foi potencializado dada a necessidade de afastamento entre as pessoas e o fechamento dos acervos e locais de pesquisa, sendo o Repositório uma alternativa que permitiu a continuidade de pesquisas realizadas a partir do seu acervo digital. Neste aspecto, os repositórios se fortalecem como um meio de manutenção das pesquisas do campo da História da Educação não somente pela difusão dos materiais, mas pela sua capacidade de ampliação de contato com as fontes, documentos e acervos.

ASPECTOS TÉCNICOS E TEÓRICOS DO REPOSITÓRIO DIGITAL TATU

Entre as premissas básicas do Repositório Digital está o relacionamento com as fontes e os acervos considerando o entendimento de que a História se constitui por rupturas e descontinuidades, estando na capacidade de interpretação do historiador sobre os acervos e fontes, a possibilidade de explicação de processos dinâmicos e de construções sociais. Neste sentido, a discussão está posta no

mesmo sentido proposto por De Luca (2001) que argumenta pela importância e vestígios do passado que são preservados até os historiadores da atualidade para que novas perguntas e investigações sejam possíveis. Nesta visão, os modos como se dão o relacionamento entre o historiador e a suas fontes é a premissa básica do trabalho de pesquisa em História da Educação.

Adota-se, então, o conceito e fonte conforme a partir da sua ampliação e interpretação para toda a produção e registro da existência humana. Saviani (2004), contribui:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (Saviani, 2004, p. 05).

Na mesma esteira, é importante considerar que não se busca contrariar a existência dos acervos físicos, mas sim a discussão de uma alternativa de complementação por meio do digital e que pode oferecer benefícios desde a preservação do documento original, que poderá ser menos manuseado e assim protegido da ação do tempo, tanto quanto a ampliação de acesso e democratização dos conhecimentos neles disponíveis que ficam à distância de um clique de qualquer pessoa, em qualquer localização geográfica. A problematização é, então, a relação fonte, historiador e preservação.

E, neste sentido, é que optou pela construção de um Repositório Digital entendido como um espaço de armazenamento de acervos/

documentos, que traz um alerta para a importância da preservação das fontes como possibilidades de trabalho do historiador.

[...] com as transformações tecnológicas, pouco a pouco, os documentos que antes se encontravam apenas em espaços físicos de pesquisas estão se estendendo para o mundo digital. Nessa perspectiva, são criados os repositórios digitais que podem ser entendidos como espaços virtuais que armazenam arquivos, sendo eles, por exemplo, acervos bibliográficos como livros, documentos, imagens, áudios, e outros, possibilitando assim o fácil e amplo acesso a essas coleções. Do mesmo modo, contribuem para a preservação da memória e escrita de muitos fatos da nossa sociedade (Azevedo; Araújo; Silva; Neta, 2020, p.05).

O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) também contribui com a discussão teórica sobre os repositórios digitais como:

[...] bases de dados online que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. Os RDs armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição (IBICT, 2019).

Alicerçado na versatilidade que as fontes históricas preservadas oferecem, e nas possibilidades de interpretação do historiador, se reforça o potencial do Repositório Digital Tatu como uma ferramenta para a pesquisa e o ensino em História da Educação que também

está atenta para as questões teórico-metodológicas que norteiam a pesquisa e as percepções sobre a História da Educação, bem como o tratamento das fontes.

Do ponto de vista técnico, o Repositório Digital Tatu se destaca especialmente por utilizar recursos com tipo de licença de software livres de código aberto, fato que permite definir o Repositório como um conjunto de múltiplas soluções essencialmente gratuitas, passível de ser replicado por outras instituições interessadas no projeto sem nenhum custo. Entre eles: *Wodpress*, *MySQL*, *3D FlipBook*, *Google Drive*, *Planilhas Google*, *Android NoteBloc* e *LibreOffice*, que são todas ferramentas de uso gratuito e demonstram a possibilidade de digitalização de acervos sem grandes aparatos tecnológicos que representam custos muito elevados e dificultam o trabalho das instituições.

Da mesma forma, Repositório Digital Tatu considera algumas características e requisitos técnicos como: adequação do tamanho dos arquivos digitais gerados mantendo relação com o espaço virtual disponível para o armazenamento do acervo pretendido; facilidade para consulta de exemplares; acervo catalogado por categoria; layout do repositório digital amigável; exemplares disponíveis de forma interativa (flipbook²).

O advento dos repositórios digitais tem suscitado muitas discussões e produções sobre a sua constituição técnica e teórica que são apontadas como cruciais ao trabalho, conforme as argumentações de Azevedo, Araújo, Silva e Neta (2020):

Para a universalização dos repositórios digitais, é importante a adoção de medidas de organização e apresentação do acervo, e, além disso, a garantia da acessibilidade para todos os usuários. Disponibilizar, por exemplo, diferentes opções de documentos em

² Plugging que permite a visualização eletrônica de revistas, livros, cartões, folhetos e livretos simulando o folhear das páginas de maneira natural.

categorias, por coleções, por ano do documento e por nome de autor facilita o acesso e, conseqüentemente, o encontro do arquivo que o usuário esteja procurando. Ademais, possibilitar o aumento/diminuição da fonte, mudança de, e disponibilizar o resumo de cada documento em áudio são outras estratégias que contribuem para tornar os repositórios acessíveis a mais usuários (Azevedo; Araújo; Silva; Neta, 2020, p.06).

Para atender algumas das questões apontadas, o processo de digitalização do Repositório Digital Tatu é, então, realizado em etapas que seguem algumas questões técnicas e teóricas e que foram construídas coletivamente a partir das necessidades e dificuldades encontradas nos processos de preservação, limpeza, digitalização e publicação das obras. Sendo assim, cinco etapas são realizadas até que o documento passe do físico para a sua versão digital e seja disponibilizado no site seguindo critérios de catalogação e organização.

Imagem 3 - Etapas desenvolvidas para o trabalho de digitalização do Repositório Digital Tatu.



Fonte: Autores, 2023.

A etapa 01, de triagem, auxilia a selecionar documentos e obras com, no máximo, 100 páginas, ou que transitem por este limite, com o cuidado também para a data de produção do documento, uma vez que é preciso atentar para o marco temporal de 40 anos em que já não há mais a questão dos direitos autorais. A etapa 02, de catalogação, consiste na criação de uma ficha catalográfica com informa-

ções sobre a obra, sua tipificação, estado de conservação e outros. Cada obra digitalizada, recebe uma ficha catalográfica com todas essas informações também no formato digital. A etapa 03 é a limpeza propriamente do documento, com o objetivo de retirar poeira e outros itens que possam causar danos ao documento. A etapa 04 é a digitalização, realizada com apoio do aplicativo *Noteblock* que permite a edição da imagem fazendo os ajustes necessários de cortes, mas sem o uso de filtros que possam mascarar o estado, cor e aparência atual do documento. As fotografias são transformadas em PDF e, então, estão prontas para serem disponibilizadas no site. A etapa 05 é a publicação dos documentos com todos os recursos que o Repositório Digital Tatu oferece aos seus usuários para uma experiência intuitiva e mais próxima do contato com o documento original possível.

Importante destacar que: a digitalização é feita através de celulares utilizando o aplicativo *Noteblock*; que ao digitalizar qualquer documento todas as páginas são fotografadas, mesmo as “em branco”; que são adotados cuidados básicos com a clareza, sombras, marcas do documento e etc. para que se tenha o máximo proximidade entre o documento físico e a sua versão digital. O que se busca, portanto, é um trabalho que permita a experiência de contato das características da obra física, mas com a possibilidade de um olhar digital para a obra.

Sobre o acervo e serviço de busca do Repositório Digital Tatu, Azevedo, Araújo, Silva e Neta (2020), bem resumem:

O repositório disponibiliza diversos livros, cartilhas, acervos iconográficos, incluindo coleções do Instituto Municipal de Belas Artes (IMBA) - Bagé/RS, e colégio Franciscano Espírito Santo - Bagé/RS das décadas de 1920, com álbuns de fotografia, convites para audições, concertos e mais da época. Além disso, a coleção de Revista do Ensino do Rio Grande do Sul do período

de 1951 à 1994. Para fazer a busca e encontrar o acervo é simples, basta acessar “acervo” no menu inicial ou na barra lateral direita onde também é possível visualizar um “acesso rápido” com os acervos (“livros, livretos, cartilhas, revistas, coleções e acervo iconográfico”) e o espaço para uma pesquisa mais específica (“busca no acervo”), ao clicar no acervo desejado é apresentado diversos documentos a qual é possível visualizar na própria página do repositório ou baixar em seu navegador (Azevedo; Araújo; Silva; Neta, 2020, p.16-17).

Em suas considerações finais, após a análise do trabalho de seis repositórios digitais, Azevedo, Araújo, Silva e Neta (2020) destacam:

As potencialidades das fontes e dos repositórios digitais necessitam instigar os pesquisadores, grupos de pesquisa e instituições no sentido de não apenas acessar estes repositórios aqui elencados ou outros, mas para que pensem em estratégias para que, cada vez mais, seja possível tornar acessível conjuntos documentais que poderão contribuir para a construção de pesquisas locais, nacionais e transnacionais. A existência dos repositórios digitais e a extensão de seus acervos denotam uma necessidade atual, que o pesquisador se insira cada vez mais nesse universo digital de uma História digital.

Notadamente, os repositórios digitais têm contribuído para o fomento do campo da História da Educação na medida em que as fontes antes restritas às consultas em arquivos e acervos físicos se encontram disponíveis para a exploração em na rede mundial de computadores em formato digital (Azevedo; Araújo; Silva; Neta, 2020, p.22).

Sobre o trabalho do Repositório Digital Tatu, Rodrigues (2020) também contribui ao destacar a iniciativa em prol da preservação:

A relevância de iniciativas como a do Repositório Digital Tatu está diretamente relacionada à importância que a informação e o conhecimento têm na sociedade contemporânea, hoje, ambos são facilitadores para que os indivíduos realizem seus objetivos, ou seja, indivíduos com menos informação têm menos recursos para a realização de suas metas. Os repositórios e bibliotecas digitais são iniciativas que pretendem contribuir para que um maior número de indivíduos tenha acesso à informação, auxiliando no exercício da cidadania e na diminuição das diferenças sociais. Cabe aqui fazer uma crítica quanto ao suporte digital, pois seu acesso não é universal, somente os indivíduos que já utilizam deste meio têm acesso a esses acervos digitais. A velocidade e efetividade do acesso à informação se liga diretamente à inclusão digital. Contudo, para que toda a sociedade possa ter acesso às informações disponíveis nos acervos digitais e, assim, produzir e disseminar conhecimentos, faz-se necessário democratizar o acesso, ou seja, incluir todos e todas nesta realidade digital (Rodrigues, 2020, p. 95).

Por fim, é importante destacar que o Repositório Digital Tatu, busca ser um ambiente digital, com potencial inovador, construtivo, interdisciplinar, relevante, contemporâneo e democrático, comprometido com a preservação das memórias de ensino e como a pesquisa, ou seja, com a construção de novos conhecimentos, como uma ferramenta que, ao final, ajuda na preservação do passado, ao mesmo tempo em que instrumentaliza o futuro da História da Educação. Neste sentido, é o resultado da união de esforços e do trabalho de pesquisadores e estudantes da graduação e pós-graduação

comprometidos com o campo do estudo e com a busca das soluções e discussões que compõem e permeiam o trabalho executado.

A EXPERTISE DO REPOSITÓRIO DIGITAL TATU EM OUTRAS INICIATIVAS

Um dos grandes objetivos do Repositório Digital Tatu é se apresentar como uma ferramenta que pode ser replicada para que outros grupos de pesquisa construam seus espaços de experiência da era digital pelo trabalho com documentos e fontes do campo da História da Educação e, neste sentido, faz parte do trabalho a construção de novas parcerias e o incentivo para que outros projetos semelhantes sejam constituídos por todo o Brasil, uma vez também que o trabalho com repositórios digitais ainda é uma grande novidade, que necessita de mais pesquisas e investigações sobre a sua constituição técnica e teórica e na busca de ferramentas para o tratamento, preservação e disponibilização dos documentos.

Neste sentido, a partir do trabalho do Repositório Digital Tatu já é possível destacar e celebrar o início de iniciativas como o Repositório Digital Finestra³: espaço de História e Memória da Educação da Região Colonial Italiana do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, campus Farroupilha; também o Centro Memória Viva⁴ do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos, Institucionais e Gênero (GPHEG) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT); também o site do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação no Sertão do São Francisco⁵ (GEPHESF) da Universidade de Pernambuco, campus Petrolina; e o site do Grupo

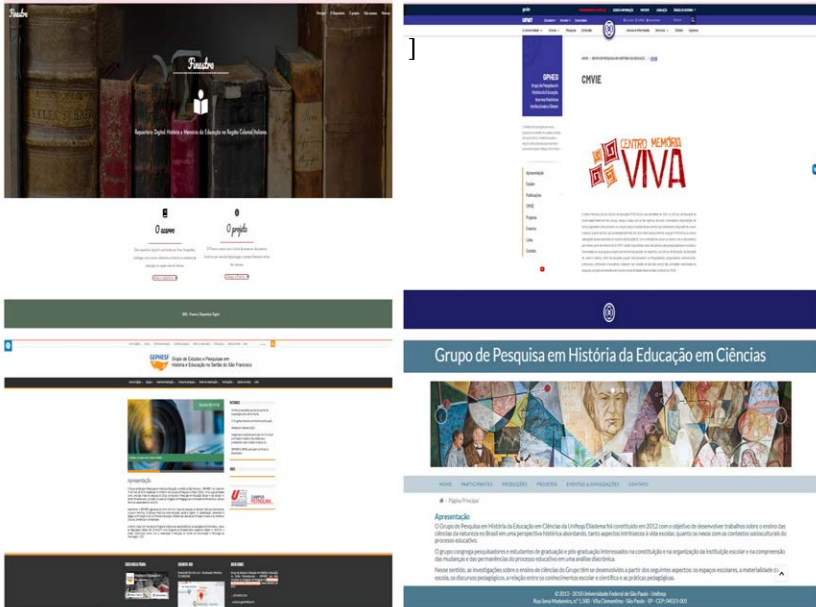
³ Acesso disponível em: <https://www.repositoriofinestra.com.br/>.

⁴ Acesso disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/gpheg/pagina/cm-vie/4067>.

⁵ Acesso disponível em: <http://gephesf.upe.br/>.

de Pesquisa em História da Educação em Ciências⁶ da Universidade Federal de São Paulo, campus Diadema (Unifesp/Diadema), que, com seus campos de atuação e interesses de pesquisa, replicam a proposta do Repositório Digital Tatu e se unem aos esforços da preservação dos acervos históricos por meio do uso do digital.

Imagem 4 - Montagem com as páginas iniciais dos sites parceiros do Repositório Digital Tatu.



Fonte: Autores, (2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que o Repositório Digital Tatu, representa um ambiente digital, com potencial inovador, construtivo, interdisciplinar, relevante, contemporâneo e democrático, comprometido com a preservação das memórias de ensino e como espaço de

⁶ Acesso disponível em: <https://hedciencias.sites.unifesp.br/index.php/pt/>.

promoção à pesquisa, ou seja, com a construção de novos conhecimentos, como uma ferramenta que, ao final, ajuda na preservação do passado, ao mesmo tempo em que instrumentaliza o futuro da História da Educação.

Atualmente, o grupo que planeja e atua no Repositório Digital Tatu é composto por 16 pessoas, alunos de graduação e mestrado, que trabalham diretamente pensando sobre o Repositório, sua constituição técnica e teórica, assim como no trabalho direto com os acervos digitais. A constituição teórica e técnica do repositório são os suportes que garantem que os acervos digitalizados recebam o tratamento adequado para que sua transformação do físico ao digital, de fato, possua a organização e a fundamentação que dão sentido ao trabalho realizado.

Finalizando, alguns questionamentos ainda podem ser respondidos como a questão da qualidade dos arquivos publicados no Repositório Digital Tatu, que buscam uma padronização técnica de qualidade segundo critérios estabelecidos pela equipe do Repositório e que são repassados em momentos formativos para todos os integrantes. As questões estão publicadas também na “Tatu Magazine”⁷, disponível no site. Outra questão está relacionada com as principais dificuldades enfrentadas pelos repositórios e, no caso do Tatu, se destaca os critérios de escolha das obras a serem publicadas, uma vez que não há a contribuição de alunos/integrantes da área da História ou Arquivologia envolvidos no trabalho, fazendo com que a equipe busque leituras e estudos para criar a lógica que ordena o acervo digitalizado. Ainda é preciso pensar em questões de espaço, que não é físico, mas que ocupa um lugar no meio digital e precisa ser negociado com as instituições mantenedoras destes repositórios, tanto para a disponibilização dos sites como para a capacidade de armazenamento destes espaços. Por fim, se pensa na

⁷ Disponível em <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/x/>.

dualidade de movimento entre a materialidade dos documentos e suas versões digitais e todos os desafios implicados, já que por um lado existe o receio de perda material dos documentos e acervos físicos e, por outro, está o desafio de manter os acervos e documentos digitais livres de manipulações e usos inadequados.

Contudo, o trabalho desenvolvido no Repositório Digital Tatu é recente, e requer mais aprofundamento teórico e oportunidades de trocas de vivências com experiências semelhantes e, neste sentido, é que se conclui pela importância de momentos de reflexão e trocas de experiência como o promovido pelo II Encontro Sergipano de História da Educação, ao reunir grupos de pesquisa, pesquisadores e universidade de todo o Brasil, com suas expertises e argumentações teóricas distintas, mas unidos em prol do campo da História da Educação, seus desafios e potencialidades.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Laís Paula de Medeiros Campos; ARAÚJO, Ana Liziane da Paz; DA SILVA, Maria Gabriella Guimarães; NETA, Olívia Morais de Medeiros. **Os Repositórios Digitais e a pesquisa em História da Educação**. Revista Pesquisa e Ensino, Barreiras (BA), Brasil. v. 1, 2020. p. 1 - 25.

BICA, Alessandro Carvalho; RODRIGUES, Tobias Medeiros; & GERVASIO, Simôni Costa Monteiro. **Tatu Magazine: os modos de ser e fazer do Repositório Digital Tatu**. Revista História da Educação. Porto Alegre. v. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/88290>. Acesso em 25 maio 2023.

DE LUCA, Tânia. **Práticas de Pesquisa em História**. São Paulo: Contexto, 2021.

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. (2020). Repositórios Digitais. Disponível em <http://www.ibict.br/informacao-para-a-pesquisa/repositorios-digitais.com>. Acesso em 25 maio 2023.

RODRIGUES, Tobias de Medeiros. **As contribuições do Repositório Digital Tatu da UNIPAMPA para a pesquisa e pesquisadores em história**

da educação. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Federal do Pampa, Bagé, 2020.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas (SP): Autores Associados, 2004, p. 01-12.

“ESTUDEMOS!”: UMA PESQUISA PRELIMINAR A RESPEITO DO HINÁRIO ESCOLAR DE SERGIPE (1913)

THAIS FERNANDA VICENTE RABELO MACIEL

INTRODUÇÃO

A pesquisa em Música (sob a perspectiva musicológica) e a História da Educação se encontram neste trabalho, que apresenta uma análise preliminar da obra *Hymnário Escolar Sergipano* (1913). Trata-se de uma tentativa de colaborar com o estudo da música na escola sergipana, relacionando-o com a cena musical local do início do século XX, uma vez que vários dos compositores que participaram da composição do referido hinário foram também músicos renomados em seu tempo. Aspectos comuns entre os hinos são observados nesta pesquisa. No entanto, o hino “Estudemos”, que está no título deste artigo, é melhor aprofundado também em relação à descrição de elementos de sua música.

Em relação à metodologia, além da pesquisa bibliográfica, a investigação foi desenvolvida a partir do estudo de documentos como fontes hemerográficas, musicográficas (partituras musicais) e iconográficas. Também a literatura local produzida no final do século XIX e início do século XX foi utilizada como fonte, a exemplo de escritos memorialísticos como a obra *Homens do Brasil*, escrita por Liberato Bittencourt (1869-1948), publicada em 1912 e o *Dicionário Bio-bibliográfico* de Armindo Guaraná (1848-1924), obra lançada em 1925, sobretudo no que tange à pesquisa biográfica sobre os músicos sergipanos que contribuíram com o Hinário Escolar.

A presença da música na escola vai além da questão do ensino. Enquanto atividade intrinsecamente humana, ela se faz presente no cotidiano escolar de diferentes maneiras. No entanto, neste artigo busca-se observar a presença da Música enquanto arte presente no cotidiano escolar, mas também como cadeira ofertada na grade curricular, ou seja, sob a ótica do ensino da Música. Ressalte-se que este artigo não se volta apenas para músicos, ou pesquisadores da Música ou da História da Educação, mas para todos que, de alguma forma, se interessam pelo tema da memória musical escolar.

NOTÍCIAS SOBRE A HISTÓRIA DO ENSINO DE MÚSICA EM SERGIPE

O ensino da música no âmbito escolar fez parte da instrução pública e de escolas particulares no Brasil desde o século XIX. Em 1851 D. Pedro II aprovava a Lei 630 que estabelecia o conteúdo de ensino de música para as escolas primárias e secundárias. (Leis do Brasil, 1852, p. 57) (Mello, 1947). Segundo Marisa Fonterrada, em 1854 a Música estava presente nas **escolas públicas** brasileiras, contando na ementa com Noções de música (aqui entendidos como aporte teórico) e Exercícios de canto (prática musical vocal) (Fonterrada, 2008, p. 210). Já em 1890 o decreto federal n. 981 trazia como exigência a formação especializada do professor de Música para atuar nas escolas.

Ao longo do século XIX o ensino da Música na escola esteve ligado à prática do canto, inclusive por meio do solfejo e do ensino teórico musical. No início do século XX desenvolveu-se o Canto Orfeônico no Brasil, a começar por São Paulo (1910-1920), tendo como precursores nomes como João Gomes Junior, Fabiano Lozano, Lázaro Lozano, Carlos Alberto Gomes Cardim, Honorato Faustino, dentre outros (Santos, 2012, p. 179). Esse modelo de ensino de Música passaria por diferentes fases no Brasil, sendo ainda mais difundido

a partir da década de 1930 (tendo como principal nome nacional Heitor Villa-Lobos) até meados da década de 1960, quando seria gradualmente substituído pela chamada Educação Musical, modelo de ensino mais abrangente, que recebia forte influência das pedagogias ativas, embasadas no construtivismo.

Em Sergipe, as notícias sobre ensino de música nas escolas remetem também ao século XIX. Na antiga capital, São Cristóvão, já havia aulas de música no *Colégio de São Cristóvão* – fundado e dirigido pelo padre José Gonçalves Barroso (1821-1882).

Creou-se nesta capital um pequeno collegio, sob a direção do padre José Gonçalves Barroso, lente de uma das cadeiras do lyceu, onde se ensina primeiras letras, inglez, geografia, muzica, e todos os preparatórios exigidos nas nossas academias, admitindo alunos externos, e pensionistas, cujo numero vai crescendo com vantagem d'aquelle estabelecimento, sendo de desejar sua duração e progresso (Sergipe, 1847, p. 7).

Também na cidade de Laranjeiras era ofertada a cadeira de música em uma escola particular, na qual os interessados deveriam pagar um valor além da mensalidade.

Escola particular que também ofertava as cadeiras de Música e de Dança (de oito em oito dias) “sendo, porém, as necessárias despesas com Mestres, e Muzicos feitas pro rata á custa dos pais e benfeitores” (Sergipe, 1843, p. S1-4).

Quanto à Aracaju, uma carta enviada por Felisberto Freire, Barão de Laranjeiras, à João Dantas Martins evidenciou que até 1885 a cadeira de Música ainda não estava sendo ofertada na Escola Normal. Na carta, o Barão de Laranjeiras reivindicava a criação das cadeiras

de Música e de Francês (RABELO, 2021, p. 31-32). Não é possível especificar se a solicitação se referia à escola Normal masculina ou feminina. De acordo com Anamaria Bueno, as Escolas Normais começaram a ser criadas no Brasil em 1830. Em Sergipe a criação da Escola Normal voltada para pessoas do gênero masculino data de 1870, inicialmente dependente do Ateneu, até 1877, quando passou a ser uma escola distinta, ano também em que se deu a criação da Escola Normal para moças (FREITAS, 1995, p. 24-25). Na imagem a seguir vê-se o Grupo Escolar Modelo, onde teria funcionado a Escola Normal das moças. O ano do registro é o mesmo do lançamento do *Hymnário Escolar*, 1913.

Figura 1: Grupo Escolar Modelo



Fonte: Revista Fon-Fon (1913).

Ainda em finais do século XIX a música estava presente no Ateneu, inclusive por meio da banda filarmônica Euterpe, da qual fizeram parte músicos e intelectuais sergipanos.

MÚSICOS SERGIPANOS NA ELABORAÇÃO DO HINÁRIO

Outro ponto a ser observado a respeito do Hinário Escolar Sergipano são as pessoas que trabalharam na elaboração dos hinos, aqui especialmente os músicos convidados para compor a obra. O estudo sobre o hinário permitiu identificar a participação de músicos locais cujas trajetórias já vêm sendo estudadas na perspectiva da Musicologia. São eles: Joaquim Honório (1856-1904), Francisco Avelino da Cruz (1848-1914) e Manoel da Santa Cruz Bahiense (1841-1919). Outros músicos também trabalharam em composições para o hinário, mas não serão abordados neste texto. As narrativas presentes em escritos memorialísticos do final do século XIX e início do século XX conservaram linhas elogiosas para os supracitados músicos que, em suas trajetórias, desenvolveram múltiplas funções como professores de música, maestros de bandas filarmônicas, compositores, arranjadores e multi-instrumentistas.

MANOEL DA SANTA CRUZ BAHIENSE (1841-1919)

Manoel Bahiense nasceu em Laranjeiras e, desde cedo, destacou-se no cenário musical, destacando-se especialmente como maestro e compositor. Nas palavras Armino Guaraná “as admiráveis produções do seu gênio artístico e o grande numero de discípulos, que lhe ouviram as lições, atestam vantajosamente o seu saber e competência, como compositor e como mestre” (Guaraná, 1925, p. 222). Ainda segundo o autor, Manoel Bahiense teve como instrumento principal o violino e teria feito seus estudos musicais com o padre Cypriano Chaves (1925, p. 222).

Figura 2: Manoel Bahiense, ao centro, segurando uma lira.



Fonte: Jornal das Moças (1916).

Foi maestro, multi-instrumentista (atuando não só como violonista, mas também como organista da igreja matriz de Laranjeiras e pianista), compositor premiado e também se destacou no âmbito do ensino. Tornou-se professor ainda muito jovem e alguns de seus alunos tornaram-se músicos de referência em Sergipe, como Francisco Avelino e Zizinha Guimarães (1872-1964). De acordo com Liberato Bitencourt, Bahiense foi também professor de Izaura de Oliveira Policiano (1860-), que trabalhou como professora de piano em Aracaju (Bitencourt, 1912, s.p.).

Bahiense também contou com o reconhecimento de seus contemporâneos, desempenhou função de multi-instrumentista, compositor, maestro (de coral e de banda) e professor, lecionando em colégios laranjeirenses e também ministrando aulas particulares em Laranjeiras e em Aracaju. Através da pesquisa hemerográfica foram identificados anúncios lançados pelo Professor Bahiense, propagando serviço de aulas particulares em Aracaju, conforme consta

na nota (intitulada Maestro Bahiense) do jornal *Folha de Sergipe* de 8 de novembro de 1908:

Estamos informados de que de janeiro do proximo anno a entrar, o illustre professor Manoel Bahiense rezidente na vizinha cidade de Laranjeiras, principiará a dar lições de piano e muzica dois dias por semana nesta capital. Achamos ser sobejos motivos, de dar-mos os nossos parabéns as exmas. Famílias desta capital, por ser o digno maestro um homem de grande mérito na arte de Beline. O illustre professor, conta bellissimas producções de sua penna, sendo ma dellas um hymno da Republica, o qual teve o terceiro lugar no concurso feito no Rio de Janeiro. Nossas felicitações as exmas. Famílias (Folha de Sergipe, 1908, p. 2).

Para o hinário escolar o maestro Bahiense escreveu dois hinos, “No Levante da Pátria” e “Estudemos!” (que será ainda retomado neste artigo).

FRANCISCO AVELINO DA CRUZ (1848-1914)

Discípulo de Manoel Bahiense (destacando assim a relevância de Bahiense na formação de novos músicos sergipanos), Francisco Avelino nasceu em São Cristóvão no dia 03 de maio de 1848. Teve uma infância modesta e, ficando órfão de pai ainda na infância, seguiu para Laranjeiras com sua mãe, Maria da Conceição, onde começou a ter aulas de música com o renomado maestro laranjeirense (Guaraná, 1925, p. 179). A pesquisa tem evidenciado intensa atividade musical de Avelino, sobretudo na cidade de Aracaju. Dentre suas funções sobressalta a de Mestre da Música do Corpo Policial de Sergipe, que assumiu em 1884, substituindo o antigo maestro, Antonio Francisco Paes Macedo, que acabava de ser reformado. A notícia saiu no jor-

nal *O Guarany*: “[...]O nomeado, é um habil artista musico, e tem as qualidades precisas para o bom desempenho do cargo, que ora vai ocupar. Felicitamo-lo” (*O Guarany*, 31 de maio de 1884, p.1).

Reminiscências de sua atividade musical ficaram documentadas em jornais da época. Um exemplo é a notícia sobre uma festa católica ocorrida em Aracaju (1878), que destacou uma obra sacra de autoria de Francisco Avelino, uma missa que teria composto para a festa de Nossa Senhora da Pureza:

Festividade religiosa - No dia 6 do corrente, celebrou-se com a solemnidade do costume a festa de Nossa Senhora da Pureza, acto a que precedeu a comunhão das alumnas das diversas cadeiras de instrução primariada capital. Officiou o rvd. Vigario de Larangiras, o conego Eliziario Vieira Muniz Telles, e proclamou o evangelho, com sua reconhecida eloquência, o rvd. vigario da capital, José Luiz de Azevedo. A musica da missa, compota expressamente para essa festa pelo hábil professor Francisco Avelino, foi magistralmente executada. É mais um fructo devido ao bello talento musical do sr. Avelino (*Jornal do Aracaju*, 9 de outubro de 1878, p. 2).

Música sacra, danças, marchas e dobrados são exemplos da diversidade de gêneros musicais para os quais o maestro escrevia. Armindo Guaraná elaborou uma listagem com mais de setenta obras compostas por Francisco Avelino, entre as quais missas, ladinhas, sinfonias, aberturas, valsas, dobrados etc. O acervo do Museu da Polícia em São Cristóvão possui parte da produção musical do maestro, compreendendo músicas autorais e arranjos, totalizando 29 fontes musicográficas manuscritas, toda voltadas para banda de música. Do *Hymnário Escolar Sergipano*, Francisco Avelino escreveu o hino “Surgem Auroras”.

JOAQUIM HONÓRIO (1856-1904)

O maestro Honório era natural de São Cristóvão, mas residiu também em Aracaju, trabalhou em fábricas de tecidos e, mais tarde, acabou por tornar-se o nome mais representativo da música na cidade de Estância, no final do século XIX, sendo apontado como o primeiro maestro da Lira Carlos Gomes.

Figura 3: Joaquim Honório.



Fonte: acervo da Lira Carlos Gomes (Estância, 2019).

De acordo com Liberato Bitencourt, Joaquim Honório foi aluno do Atheneu, e lá passou a integrar a filarmônica Euterpe, da qual fizeram parte João Belizário, Leonidio, Leão Magno, Fausto Correia, Chiquinho Góes e Felisbello Freire. Este último foi o mestre da filarmônica até o momento em que seguiu para a Bahia, para cursar Medicina, ficando a mestrança da banda a cargo de Joaquim Honório, até então, o contra-mestre que já naquele momento produzia a maior parte das novas composições para o grupo (Bitencourt, 1912, s.p.). Atualmente a pesquisa em arquivos musicais tem levantado parte da produção musical de Honório, cujo legado perma-

nece. Dentre os gêneros encontram-se música sacra, danças como polkas, valsas, e música militar como marchas e dobrados. A contribuição de Joaquim para o hinário foi a música “Do Sol das Letras”, o primeiro hino escolar que aparece na obra.

Segundo Bitencourt, Joaquim Honório formava com Manoel Bahiense e Jose Bochecha a grande trindade musical sergipana (Bitencourt, 1912, s.p.). Os nomes dos músicos foram também destacados por outros autores sergipanos como Sylvio Romero e Armin-do Guaraná na qualidade de músicos cuja atividade muito impactou na cena musical da província. O envolvimento de Manoel Bahiense, Francisco Avelino e Joaquim Honório com o Hymnário Escolar Sergipano reforça a admiração exercida por eles em seus contemporâneos e situa também a importância daquela obra para a sociedade sergipana.

O HYMNÁRIO ESCOLAR SERGIPANO

Observando a poesia dos hinos

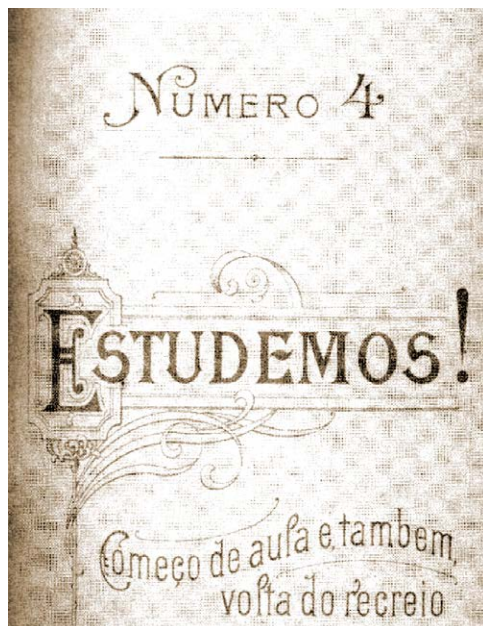
De acordo com Elias Santos, o *Hymnário Escolar* foi uma obra destinada aos Grupos Escolares e as Escolas Singulares sergipanas (Santos, 2012, p. 61). Para o autor, o hinário integra - junto com outros materiais como manuais escolares, manuais pedagógicos, cadernos de música e partituras - um conjunto de objetos que refletem a presença da Educação Musical em Sergipe, sendo assim também importantes indicadores da presença do ensino da música nas escolas ao longo do tempo (Santos, 2012, p. 20).

A obra está estruturada da seguinte forma: quatro hinos nacionais e doze hinos escolares. Uma tabela mais detalhada com títulos e autorias consta na dissertação de Elias Santos (2012). Para a análise neste artigo foi utilizada como fonte a obra “Hinos e Canções Comemorativas do Estado de Sergipe”, organizada por Maria Olga

de Andrade (2011) e na qual constam partituras digitalizadas de todos dos hinos escolares presentes na obra original, bem como breves informações sobre os autores. O foco do presente artigo são os hinos escolares especificamente e não os hinos nacionais.

Para a composição dos hinos escolares foram convidados intelectuais sergipanos (alguns já atuantes no campo da Educação) e também músicos que trabalharam diretamente na música e não na poesia (com exceção de José Barreto Santos). Em termos de apresentação do documento impresso, observa-se que cada hino possui uma página de apresentação (uma espécie de capa) na qual consta a numeração de cada hino, logo acima da página, conforme consta na imagem 4.

Figura 4: frontispício do hino “Estudemos!”.



Fonte: Olga Andrade, 2011.

O título do hino situa-se ao centro dessa página, envolvido em traços decorativos, que refletem o estilo artístico de *Art Nouveau*, carac-

terístico da *Belle Époque*. Na parte inferior há uma indicação da situação ou momento do cotidiano escolar ao qual ele se refere. Segue-se a partitura do hino e, em seguida, a continuação da poesia apenas (em página decorada com linhas curvas, elementos florais ou mesmo figuras femininas como de ninfas, remetendo à mitologia grega).

A informação sobre o momento ao qual se destina cada hino é importante na análise da obra pois ilumina a compreensão em uma dimensão macro sobre a relação do hinário com a vida escolar. A partir dessa indicação compreende-se que a obra foi realmente pensada para o cotidiano da escola e do primeiro ao último hino é possível estabelecer esse paralelo. Por meio da obra destacam-se momentos como o começo da aula, a saída para o recreio, a chegada do recreio, o momento de saída ao fim do turno e também possíveis momentos em que a classe recebia alguma visita, naturalmente também recepcionada por música. A nível de melhor sistematização, apresentamos a seguir algumas informações gerais sobre cada hino.

1º “Do Sol das Letras” (poesia: Severiano Cardoso / música: Joaquim Honório) devia ser cantado no começo da aula, e traz uma mensagem otimista sobre o saber, sobre o estudo. Assemelha-se a um hino que anuncia o começo de um ritual religioso, inclusive com expressões como “queimemos nossos incensos da sciencia no altar”.

2º “No Levante da Pátria” (poesia: Etelvina de Siqueira/ música: Manoel Bahiense) devia ser entoado na entrada da aula. Não foi possível diferenciar começo da aula com entrada da aula, mas a letra do segundo hino diverge da letra do primeiro por indicar movimento. Diz-se “marchemos”, em caráter imperativo. A poesia também convida os discentes a amarem a pátria, o alfabeto e a admirarem a classe.

3º “Surgem Auras” (poesia: Etelvina de Siqueira/ música: Francisco Avelino) que é terceiro hino, refere-se também ao começo da aula. A letra também relaciona o amor ao estudo com o pen-

samento patriótico. Verbos que indicam movimento são utilizados no refrão: “corramos alegres aos nossos labores”.

4º “Estudemos!” (poesia: Joaquim P. S. Leite/ música: Manoel Bahiense), que poderia ser usado tanto para começo da aula quanto para o retorno do recreio para a classe. Na poesia, a mensagem de que o estudo confere às pessoas as glórias, a iluminação. Louvores ao livro também estão presentes.

5º “Eis a Escola” (poesia: José Barreto Santos/ música: José Barreto Santos) também estava voltado para o início da aula. Apresenta um caráter motivacional para o estudo por meio de saudações ao estudo, à pátria, comparando também a vida com uma batalha a qual se vence pelo estudo. É interessante, neste hino, a estrofe que diz “Hoje a escola não é mais a jaula/ que aviltava a creança gentil/ que alegria a cantar dentro da aula/ onde fulge o vigor juvenil”. Em quatro versos vislumbra-se uma relação entre a canção na aula e uma espécie de transformação nos paradigmas pedagógicos. A música como algo que torna a escola mais leve, identificando-se com o aspecto juvenil.

6º “As Aves Cantam” (poesia: Anna Monte/ música: Hilário M. Resende) destinava-se ao começo de aula. Também apresenta a ideia do estudo como luta. Os discentes, dispostos a lutar, deviam dirigir-se contentes à escola.

7º “Brinquemos” (poesia: Arthur Fortes/ música: Tobias P. Pinto). Devia ser cantado antes da saída para o recreio, momento também introduzido pela música. A poesia enfatiza o lazer, a importância do sorrir, do brincar na construção de uma vida mais plena. Associa as crianças com pássaros que voam livres e felizes nas campinas.

8º “Empunhemos o Livro” (poesia: Epiphânio Dória / música: Tobias P. Pinto), para ser cantado na volta do recreio. Neste sentido, momento de renovar a disposição para a sequência da aula. A letra convida os alunos a empunharem o livro, na premissa que o estudo iluminaria o espírito ao céu.

9º “Soa Além o Clarim” (poesia: Etelvina de Siqueira / música: Francisco S. de Araújo), também para ser cantado após o recreio. O clarim ao qual a autora se refere é o da vitória, dos que conquistam coroas de glória. A questão da luta e da conquista novamente aparecem relacionadas ao estudo. O sentimento patriótico também é a tônica da poesia.

10º “Oh! Filhos do Progresso” (poesia: Severiano Cardoso / música: Joaquim Honório). Indicando o momento de saída dos alunos. Encerrado o turno, o texto usa a expressão “filhos do progresso. Sentimento de saudades da escola são também motivados.

11º “Vamos de um Lar a Outro Lar” (poesia: José Barreto Santos / música: José Barreto Santos). Também voltado para o término da aula, o hino compara a escola com uma oficina e as alunas (apenas no feminino) como operárias do saber, trabalhando na produção da pátria almejada. Nesse momento de saída, deveriam despedir-se da professora (também no feminino). Para o autor, a escola, assim como a casa, também era um lar.

12º “Recebamos” (poesia: Epiphânio Dória / música: Manoel Vieira de Melo), é o hino que fecha a obra e cujo objetivo era a recepção de alguma visita na classe. A mensagem está em torno do acolhimento e da gratidão.

A partir da análise sobre a mensagem das poesias dos hinos, observa-se elementos comuns como o sol, a luz, a ciência que ilumina, pássaros. Verbos no imperativo e também na primeira pessoa do plural como marchar, lutar, estudar, voar aparecem com frequência. Os pensamentos iluministas e nacionalistas reverberam nas canções que insistentemente associam o estudo a uma batalha, os discentes com aves, o conhecimento como a luz que ilumina e transcende e tendo com meta constante a construção de uma pátria ideal. Ordem, progresso, pátria são constantes nas letras.

Além disso, a especificação dos momentos para cada hino instiga a curiosidade da pesquisa em pensar como um dia de aula era também um dia musical! Cada momento do turno escolar era marcado/dividido por uma canção que refletia aquele momento. Sendo assim, além de auxiliar no entendimento sobre como estava estruturado o dia a dia na escola, a obra também destaca o caráter pedagógico musical dos hinos e sua importância para o sentimento de pertencimento dos alunos e alunas com a escola.

Interrogações foram surgindo ao longo da leitura dos hinos, tais como: “Eram sempre cantados os hinos, em cada momento, todos os dias?” Acredita-se que a variedade de hinos para o começo da aula (e em segundo lugar, para o fim da aula) também evidencia a necessidade de alternar as músicas ao longo do ano, para que não se tornasse repetido. Essa variedade não se nota em outros momentos como início e término do recreio, o que pode indicar que o momento de começo e término da aula eram recorrentemente cantados. Além disso, é necessário destacar que dois dos doze hinos referiram-se às discentes e professoras no feminino apenas. Considerando que o Hinário foi destinado para diversas escolas, pode-se inferir que os referidos hinos se voltam diretamente para os grupos femininos, como a própria escola normal feminina.

ANÁLISE DOS ELEMENTOS ESTRITAMENTE MUSICAIS

De modo geral, se observa elementos musicais comuns na maioria dos hinos. A tessitura - característica que se refere ao entrelaçamento das linhas sonoras de uma música - mantém-se homofônica, sendo sempre pautada em uma única voz cantada, com acompanhamento harmônico do piano. Essa estrutura (voz e piano) indica a presença do piano como instrumento essencial para o ambiente escolar, bem como aponta para a atuação do professor de música na escola, ou do professor que saiba tocar o piano para acompanhar os hinos.

A forma musical tende a apresentar uma estrutura básica de introdução instrumental, estrofe e refrão. Alguns hinos como “Os Filhos do Progresso” e “Recebamos” não possuem introdução. Também, com frequência, as estrofes devem ser cantadas pelo/pela solista, enquanto que o refrão – parte que se repete, articulando-se entre as estrofes, deve ser cantado pelo coro. As indicações de solo e coro foram indicadas nas partituras. Não há especificação quanto à classificação vocal.

Em relação à métrica, todos os hinos foram escritos em compasso simples, variando entre binário, ternário e quaternário. Quanto ao desenho melódico, existe maior variação. Alguns hinos apresentam extensão mais ampla, indo do grave ao agudo, melodias com saltos maiores e um caráter mais voltado ao canto lírico. É o caso de “Estudemos!”, de “Brinquemos” e de “Sôa além o clarim”, ao contrário do hino “Recebamos”, cuja melodia é mais linear, delineada principalmente por graus conjuntos, sem grandes saltos. Todos os hinos possuem indicação de andamento e de dinâmica. Em relação à escrita, todos foram grafados em escrita musical moderna.

Para maior detalhamento da questão musical foi escolhido o hino “**Estudemos!**” - como já exposto, tendo a música escrita por Manoel Bahiense, contando com a poesia de Joaquim P. S. Leite. Para além da análise descritiva, foi possível também realizar uma gravação da obra, permitindo ao leitor conhecê-la também em relação à sua sonoridade¹. O estilo é, na opinião pessoal da autora deste artigo, elegante e lírico. A música foi escrita na tonalidade de Sol Maior. Em relação à métrica, o compasso é quaternário, com uma discreta mudança para binário na finalização da introdução. Observa-se um padrão rítmico bem marcado, que insistentemente perpassa toda a música, formado por colcheia pontuada e semicolcheia, conforme mostra a figura 5 a seguir:

¹ O vídeo com a interpretação do hino “Estudemos!” está disponível no Youtube, canal Musicologia Sergipe, pelo link: <https://youtu.be/OHPoe2hXBBk>. Acesso em 31 jan. 2023.

Figura 5: Recorte com destaque para células rítmicas, c. 1.



Fonte: Olga Andrade, 2011.

Ao todo a obra possui vinte e três compassos (sem contar as repetições). Quanto à forma, a música do mestre Bahiense apresenta uma introdução solene, viva e convidativa em tempo de Marcha. As estrofes foram escritas para serem interpretadas em andamento *Andante*, enquanto que o refrão, cantado pelo coral está em *Allegro* (andamento mais acelerado).

O desenho melódico apresenta alguns saltos, como o salto de sexta maior ascendente (c. 7), entre a primeira e a segunda frase, como mostra a figura 6.

Figura 6: recorte – c.5-7.

Fonte: Olga Andrade, 2011.

A escala ascendente em graus conjuntos que conclui o refrão, culminando no intervalo de terça maior descendente, confere uma carga ainda mais dramática com a utilização da fermata na antepenúltima nota da frase musical (Fig7).

Figura 7: recorte – c.21-23.

A musical score snippet for a song. The top staff is the vocal line, and the bottom two staves are the piano accompaniment. The vocal line starts with the lyrics "tu - do lu - ctar e ven - cer!". A red bracket highlights an ascending scale of eighth notes: G4, A4, B4, C5, D5, E5, F5, G5. The final note, G5, has a fermata above it. The lyrics "Mais duas vezes" are written above the staff, and "Es tu luz." are written below. The word "FIM." appears at the end of the phrase. The piano accompaniment features chords and a bass line.

Fonte: Olga Andrade, 2011.

O compositor também utilizou de cromatismo ao longo da melodia. O hino “Estudemos!” é um importante resquício da produção musical de Manoel Bahiense, considerando a escassez de fontes relativas às composições do maestro Laranjeirense. Além disso, é também reflexo da personalidade criativa de Bahiense, em uma parceria interessante com Prado Sampaio que resultou no referido hino como música melodiosa, resultando em uma combinação acertada entre poesia e música.

É interessante considerar que os hinos foram escritos anos antes da publicação da obra. Joaquim Honório já havia falecido em 1904, quase dez anos após a publicação do *Hymnário Escolar* e Francisco Avelino e Manoel Bahiense estavam no final de sua trajetória quando do lançamento do hinário. É possível que a obra seja um compilando de hinos já existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o ensino da música na história de Sergipe pressupõe lançar o olhar sobre diversos contextos que perpassam a prática musical e a Educação. São vários os contextos que abarcam a questão da música na escola e também do ensino da música enquanto prática presente em ambientes distintos, seja nos grupos escolares, seja no âmbito domiciliar, nas bandas de música, no conservatório ou mesmo em ambientes menos formais. O campo é amplo e de muitas possibilidades. Aqui, no entanto, o estudo voltado para a obra *Hymnario Escolar Sergipano* conduziu a investigação para o contexto escolar, contribuindo com uma narrativa em torno do significado dos hinos no cotidiano escolar do início do século XX. Embora seja reflexo do ensino de música, o hinário, visto de forma isolada, não deve ser entendido como garantia do ensino da música nas escolas, considerando que sua função ultrapassa a questão do ensino. Aqui compreende-se o *Hymnário Escolar Sergipano* não como objeto diretamente relacionado ao ensino da música, ou sendo utilizado na aula de música. No entanto, as características da obra indicam a presença do ensino da música das escolas sergipanas, sobretudo por causa das características e desafios técnico musicais dos hinos. Neste sentido, a análise da obra suscita questionamentos em torno da relação do hinário com o ensino da música na escola, sobre a presença e atuação de profissionais da música nas escolas e sobre o currículo escolar - questões que ficam por ser exploradas com o continuar da investigação.

Esta pesquisa está mais interessada em estabelecer diálogos e abrir novas janelas de análise, do que em afirmar posicionamentos. Compreende-se aqui o objeto *Hymnário Escolar* como uma rica fonte de pesquisa, em torno da qual vários elementos se articulam, tais como teorias educacionais, cotidiano escolar, materiais pedagógicos, professores, alunos, espaços, práticas, músicos etc. O lugar

da arte musical é pensado e repensado a partir da obra, sendo também a receptividade de músicos no contexto sergipano como alvo da observação.

Por fim (por enquanto), entende-se que a música, de diferentes formas, fez-se marcadamente presente no contexto escolar em Sergipe no início do século XX, que músicos sergipanos reconhecidos em seu tempo contribuíram com a produção de um hinário que seria cantado por gerações, crivando sua assinatura em uma obra emblemática e intrigante, mas também na história da Educação Sergipana. A riqueza desse hinário, além da pesquisa no seu entorno, reside sobremaneira na oportunidade de pensar e de ouvir a música que ecoava nas escolas sergipanas no começo do século.

REFERÊNCIAS

A RAZÃO. Joaquim Honorio. **A Razão**, Estância. 25 de abril de 1909, Ano XVI, nº 17, p. 1.

BITTENCOURT, Liberato. **Homens do Brasil**. v.1 (Sergipe) 2.ed. Edição organizada por Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro. Typ. Gomes Pereira, 1917.

FOLHA DE SERGIPE. Maestro Bahiense. **Folha de Sergipe** de 8 de novembro de 1908. Ano XVIII, nº 145, p. 2.

FON-FON. Fon-Fon em Aracajú. **Fon-Fon**. Rio de Janeiro. 11e outubro de 1913, Ano VII, nº 41, p. 20.

FONTEERRADA, Marisa Trench de Oliveira. **De tramas e Fios**: um ensaio sobre música e educação. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

FREITAS, AnaMaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de Azul e Branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950). Campinas, 1995. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. 1995.

GUARANÁ, Armindo. **Diccionario Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

JORNAL DAS MOÇAS. Grupo de Leitores. **Jornal das Moças**. Ano III, Ed. 41. Rio de Janeiro, 15 de janeiro de 1916, p. 14.

O PLANETA. Advertencia. **O Planeta**, Aracaju. 04 de novembro de 1883, Ano I, Ed. 5, p. 1.

RABELO, Thais Fernanda Vicente. “**De ‘Itália Sergipense’ a ‘Relicário de Saudade’**”: música em São Cristóvão (SE) Provincial (1820-1889). Belo Horizonte, 2021. 4770 f. (Doutorado em Música). Escola de Música da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021.

SANTOS, Elias Souza dos. **Educação Musical Escolar em Sergipe**: uma análise das práticas da disciplina Canto Orfeônico na Escola Normal de Aracaju (1934-1971). São Paulo, 2012. 290 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2012.

SANTOS, Regina Marcia Simão (Org.). **Música, Cultura e Educação**: os múltiplos espaços de educação musical. Porto Alegre: Sulina, 2012.

SERGIPE [PROVÍNCIA]. Falla com que abriu a Segunda Sessão Ordinaria da Sexta Legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe, o Exc. Sr. Presidente da Provincia, Doutor Anselmo Francisco Peretti, em 21 de Abril de 1843. Sergipe, Typ. Provincial, 1843.

COORDENADORIA GERAL DE PROTOCOLO E ARQUIVO DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE COMO FONTE DE CONHECIMENTO: DO ACERVO ARQUIVÍSTICO AO ACERVO MUSEAL

MANUELA DO NASCIMENTO SILVA
BRENDA FRANÇA SANTOS
GABRIELLE DO NASCIMENTO MATOS
INGRYD MARIA DE AQUINO CARDOSO

INTRODUÇÃO

A publicação do Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, cria nos Estados Brasileiros as Escolas de Aprendizes Artífices, instituições de ensino pública que possuíam como objetivo habilitar as crianças e adolescentes das classes sociais mais desprovidas de riqueza para o hábito do trabalho, afastando-os da marginalidade e ociosidade, que era formada, em sua grande parte, por ex-escravos e imigrantes. (Brasil, 1909).

Em Sergipe, a primeira iniciativa de criação da Escola de Aprendizes Artífices foi em 1909, por questões políticas e administrativas na região, não alcançou sucesso. Mas, em 1911, a escola iniciou sua trajetória composta por 120 alunos, que se dedicavam aos cursos de desenho e curso primário. Segundo Patrício (2003), as primeiras oficinas ofertadas pela instituição foram de alfaiataria, marcenaria, ferraria e mecânica, sendo ampliadas depois pelas de sapataria e selaria.

A segunda instituição a compor o Instituto Federal de Sergipe (IFS), inicialmente chamava-se Patronato São Maurício, criado em 1924, também com o propósito de prestar assistências aos desva-

lidos que passavam pelas cidades. Entre o período de 1924 a 1934, essa instituição foi conduzida e gerida pela administração Estadual de Sergipe, essa iniciativa não ocorreu de forma unitária, mas em consonância com outras ações do Governo Federal que buscava qualificar a mão-de-obra agrária. No decorrer dos anos essas instituições traçam suas trajetórias históricas de modo paralelo, capacitando, educando e transformando vidas jovens sergipanos por gerações.

O cruzamento destas, após mudanças de nomenclaturas, evolução educacional e relação com a sociedade, ocorreu com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal), por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a concepção de um sistema federal de ensino voltado para a profissionalização, científica e tecnológica do ensino, com a criação dos Institutos Federais de Educação em todos os estados do país com a integração dos Centro Federal de Educação Tecnológica e a Escola Agrotécnica Federal e a Unidade descentralizadora na Cidade de Lagarto.

Em 2014, após o início da ifetização houve o primeiro com vagas para arquivistas. Foram contratadas três profissionais com vagas para Reitoria, São Cristóvão e Aracaju, sendo posteriormente mais uma profissional convocada para a cidade de Lagarto. No ano de 2017 houve um novo concurso para com vagas de Técnico de Arquivo e novas convocações para o cargo de Arquivista. Como afirma Silva (2021b) essa configuração forma o Sistema de Arquivos do IFS que possibilita a estruturação Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo (CGPA) como um setor sistêmico para aplicação da Gestão da Informação

A CGPA é uma fonte de conhecimento valiosa para a gestão documental no IFS. Por meio de suas funções, políticas e normas, a CGPA contribui para garantir que os documentos sejam gerenciados adequadamente, desde a sua criação até o seu descarte, trazendo bene-

fícios como a redução de custos, a melhoria da eficiência e eficácia das atividades administrativas.

O Memorial do IFS faz parte da CGPA, administrativamente está localizado na Coordenadoria de Arquivo Histórico e Memorial. As atividades desenvolvidas pelo MIFS são realizadas de forma contínua, porque a busca por uma nova informação culmina no enriquecimento constante do acervo da Instituição.

Através de uma pesquisa de abordagem descritiva, como objetivos explicativos, este artigo apresenta as dinâmicas de trabalho desenvolvidas pelo MIFS, em sua parceria com o Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES), na realização de pesquisas, o manuseio do acervo, doação de objetos e projetos expositivos, buscando compreender como é o desenvolvimento no setor em questão e o seu trabalho. Apresenta como um dos objetivos analisar a importância da CGPA como fonte de conhecimento para a gestão documental e museal no IFS, destacando suas funções, políticas e normas, assim como seus benefícios. Nesse sentido, buscou-se relatar a experiência por meio da apresentação das atividades desenvolvidas para alcançar a excelência e eficácia da gestão documental e museal no IFS.

CGPA: ATIVIDADES RELACIONADAS À GESTÃO DOCUMENTAL E MUSEAL DO IFS

A gestão documental é um aspecto essencial da administração pública, garantindo que os documentos sejam criados, organizados, arquivados e descartados de forma eficiente e eficaz. Nesse contexto, a CGPA é uma fonte de conhecimento valiosa, responsável por coordenar e executar atividades relacionadas à gestão documental no IFS.

A CGPA é responsável por diversas funções relacionadas à gestão documental, como o recebimento, registro, classificação, distribuição, controle e arquivamento de documentos. Essas funções são

fundamentais para garantir que os documentos sejam gerenciados adequadamente, desde a sua criação até o seu descarte. Além disso, a CGPA elabora e atualiza normas e procedimentos relacionados à gestão documental, garantindo que todas as atividades sejam realizadas de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas.

A gestão documental, que é a aplicação da administração científica com fins de eficiência e economia, no IFS é regida por diversas políticas e normas, como a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) e a Política Nacional de Arquivos (Decreto nº 4.073/2002). Além disso, o IFS possui sua própria Política de Gestão Documental, aprovada pela Resolução do Conselho Superior Resolução CS/IFS nº 160, de 15 de setembro de 2022, que estabelece diretrizes para a criação, organização, acesso, preservação e descarte de documentos, bem como para o uso de tecnologias de informação e comunicação no gerenciamento documental.

Entende-se por gestão documental como um conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente. (Silva, 2021a). A gestão documental traz diversos benefícios para a administração pública, como a redução de custos, a melhoria da eficiência e eficácia das atividades administrativas, a preservação da memória institucional e a redução de riscos legais e financeiros.

A CGPA contribui para a obtenção desses benefícios, por meio da execução de suas funções e do cumprimento das políticas e normas estabelecidas. Além disso, promove a conscientização e capacitação dos servidores sobre a importância da gestão documental museal, incentivando a cultura da transparência, responsabilidade e *accountability* na Administração Pública Federal.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA COORDENADORIA GERAL DE PROTOCOLO E ARQUIVO (CGPA)

A massa documental pode ser gerenciada de forma eficiente e contribuir para a melhoria dos processos na Instituição, após sua organização e gerenciamento. Diante do fato, a CGPA, juntamente com as Coordenadorias de Protocolo e Arquivo dos campi Aracaju e São Cristóvão, estes por serem os campi mais antigos em atividade, realizaram dois mutirões com o intuito de higienizar e identificar a massa documental existentes por meio de algumas etapas:

- Identificou-se as categorias de documentos: é importante identificar as diferentes categorias de documentos que a instituição possui, tais como documentos acadêmicos, administrativos, financeiros, entre outros.
- Definiu-se os critérios de organização: após identificar as categorias de documentos, foi preciso definir os critérios de organização, como por exemplo, por data, por departamento ou setor responsável, por tipo de documento, entre outros.
- Aplicou-se o plano de classificação da atividade-meio e fim: o plano de classificação é um documento que define as classes e subclasses que serão utilizadas para organizar a documentação.
- Estabeleceu-se o sistema de arquivamento: é importante estabelecer um sistema de arquivamento que facilite o acesso e a recuperação dos documentos.
- Capacitou-se os colaboradores: para que a organização da massa documental do IFS seja eficiente, foi importante capacitar os colaboradores para que todos saibam como utilizar o sistema de arquivamento e seguir as regras de organização estabelecidas.

Após a organização da massa documental, é importante acompanhar o ciclo de vida dos documentos, desde a sua criação até a

sua destinação final. Isso inclui atividades como controle de prazos de guarda, eliminação de documentos obsoletos e transferência de documentos para arquivo permanente.

É cada vez mais constante a busca da transformação digital do Estado com o incremento de políticas públicas voltadas para a modernização da administração, por meio da digitalização dos documentos. Nesse sentido o IFS no ano de 2022, iniciou o uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) como plataforma de gestão de processos eletrônicos para produção, tramitação, uso e arquivamento de documentos e processos internos de forma digital.

A gestão e implantação do sistema na instituição deu-se sob a responsabilidade da CGPA que entende o sistema como ferramenta importante para modernizar a gestão, proporcionando mais agilidade, segurança, integridade e transparência na tramitação de documentos e processos.

O SEI permite que os documentos sejam produzidos, assinados, armazenados e tramitados eletronicamente, eliminando a necessidade do uso de papel, reduzindo o tempo de espera para a conclusão de processos. Para o IFS, o SEI significa uma importante ferramenta de trabalho para o gerenciamento de suas atividades administrativas, acadêmicas e de pesquisa, permitindo maior eficiência e eficácia na gestão dos processos internos.

O IFS é uma instituição que lida com uma grande quantidade de dados digitais e, portanto, a preservação digital se torna uma preocupação fundamental. Com a constante transformação digital, a preservação dos documentos e informações digitais na instituição tornou-se uma questão cada vez mais importante e contemporânea, pois grande parte das informações e documentos são produzidos, transmitidos e armazenados em formato digital.

A preservação digital consiste em um conjunto de práticas e tecnologias que garantem a longevidade e a acessibilidade dos dados digitais ao longo do tempo. Essas práticas incluem a adoção de for-

matos de arquivos duráveis, a realização de cópias de segurança, a implementação de políticas de acesso e uso, entre outras medidas.

No IFS, a preservação digital é uma preocupação constante, e diversas iniciativas têm sido implementadas nesse sentido. Uma das principais ações é a implantação do Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq., definido como “um repositório digital que é capaz de manter autênticos os materiais digitais, de preservá-los e prover acesso a eles pelo tempo necessário” (CONARQ, 2015, p. 10).

O repositório contará com políticas de preservação que visam garantir a integridade e a acessibilidade dos documentos a longo prazo. A partir da implantação do RDC ARQ será possível o armazenamento e preservação a longo prazo, e assim como a disseminação das informações arquivísticas produzidas pela instituição.

Além disso, adota práticas de gestão documental que visam garantir a preservação dos dados institucionais. Essas práticas incluem a definição de políticas de classificação e organização, bem como a implementação de sistemas de busca e recuperação de informações de forma rápida e eficiente.

Outra iniciativa importante é a adoção de políticas de segurança da informação, que visam garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados digitais. Essas políticas incluem a implementação de medidas de proteção contra vírus, *malwares* e ataques cibernéticos, bem como a realização de backups regulares dos dados.

Em síntese, pode-se afirmar que o IFS possui diversas iniciativas voltadas para a preservação e salvaguarda dos documentos sejam físicos ou digitais, que buscam garantir a longevidade e a acessibilidade dos dados informacionais da instituição, que são fundamentais para garantir a continuidade das atividades do IFS e a preservação do seu patrimônio documental.

O MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

O Memorial do Instituto Federal de Sergipe (MIFS) surge como um projeto idealizado pelo Prof. Ailton Ribeiro, Reitor da Instituição à época, designando a responsabilidade a CGPA, por meio da sua ex-coordenadora, Dulce Elizabeth Silva, setor que possui a função de arquivista. O MIFS é um espaço destinado à preservação e difusão da memória da instituição. O surgimento desse memorial teve início em 2008, quando foi criada a Comissão de Memória e Patrimônio Histórico do IFS, com o objetivo de resgatar, catalogar e preservar a história da instituição.

Assim, em 2016, foi inaugurado o Memorial do IFS, que conta com um acervo de fotografias, documentos, livros, objetos e equipamentos que retratam a história do Instituto Federal de Sergipe desde a sua criação em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, e Patronato São Maurício, criado em 1924, até os dias atuais.

Em 2018, o Memorial foi instituído pela Portaria nº 1.685, 15 de junho de 2018. A primeira exposição ocorreu no campus Socorro, com o tema “Memórias do IFS”, neste mesmo ano, com a apresentação de fotografias, documentos e objetos que contavam a história da instituição. A exposição foi um sucesso.

O MIFS possui duas vertentes: a física e a digital, ambos acervos têm como objetivo preservar e disponibilizar para consulta e pesquisa materiais que retratam a história e a trajetória do IFS.

O acervo físico é composto por documentos, fotografias, objetos e outros materiais físicos que possuem relevância histórica e cultural para a instituição. Entre os materiais presentes no acervo físico do memorial podem estar: documentos históricos, como atas de reuniões, relatórios e correspondências; fotografias antigas de eventos e personalidades importantes para o IFS; livros e publicações que retratam a história e o desenvolvimento da instituição; objetos e equipamentos antigos utilizados em atividades

acadêmicas ou administrativas do IFS, como máquinas de escrever e retroprojetores.

Já o acervo digital contém registros digitais que possuem relevância histórica e cultural para a instituição, entre os materiais presentes temos: atas de reuniões, relatórios e correspondências; fotografias e outros tipos de imagens relacionadas ao IFS; vídeos e gravações de áudio de eventos e personalidades importantes para o IFS; teses e dissertações produzidas pelos pesquisadores da instituição; documentos em formato eletrônico, como e-books e publicações digitais produzidas pelo IFS.

Nesse sentido, o MIFS promove exposições, palestras e eventos relacionados à história e cultura do instituto, buscando incentivar o conhecimento e a preservação da memória institucional.

AÇÕES DO MEMORIAL DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

O MIFS realiza diversas ações que tem como objetivo a preservação da história e da memória da Instituição. Verifica-se entre as coletas e a preservação dos documentos históricos como relatórios, fotografias, matérias de jornais entre outros, assim como as peças museais são essenciais para a construção da memória e o sentido de pertencimentos a toda comunidade do IFS. Destaca-se também a realização de uma série de entrevistas com personalidades que faz e fizeram parte da história da Instituição, como diretores, funcionários de diversas áreas e de ex-alunos, os quais relatam as suas experiências e suas histórias que contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento da instituição.

Doação do Fundo Pedro Braz

Pedro de Alcântara Braz, natural de Aracaju, nascido no ano de 1919, formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da

Bahia. Foi Diretor da Escola Industrial no período de 1947 a 1962. Pedro Braz foi responsável por mudanças que marcaram a história da Instituição.

O Professor Amâncio Cardoso (2009) cita algumas das alterações que marcam a história da escola como: mudança na qualidade da merenda escolar; valorização da exposição dos trabalhos produzidos pelos alunos nas oficinas da Escola; fundação do Grêmio Francisco Travassos; visita à cidade de Paulo Afonso em 1949; fundação dos cursos de Instalações Elétricas e Tornearia em 1952; fundação dos cursos de Fundição, Alvenaria e Revestimento em 1953; instalação e o funcionamento da Rádio Escola Industrial em 1958, que foi criada pelo Prof. Aldamanuncio Rodrigues Santos; e iniciou a mudança para o novo prédio localizado no Bairro Siqueira Campos que à época era conhecido popularmente como Baixa Fria.

Pedro Braz idealizou a estrutura física do prédio, porém não viu o prédio pronto, devido a problemas de saúde, em 1962 teve que se afastar da Direção da Escola. Em 1965, a Escola Industrial deixa definitivamente o antigo prédio da Rua de Lagarto, onde nasceu como Escola de Aprendizes Artífices, e agora estrutura-se em um novo prédio, com suas oficinas industrializadas transformando a Instituição em Escola Técnica Federal de Sergipe.

O acervo foi doado pela família Alcântara Braz em agosto de 2022, com a promessa de que haverá novas doações. A doação do Acervo Pedro Braz significa a importância adquirida pelo MIFS no papel de difusor da história da educação sergipana. Os objetos recebidos passaram pelo processo de conservação e documentação, e após esse momento os objetos tornaram-se aptos a compor um canal de comunicação do IFS com a sociedade por meio de exposições e ações educativas.

O material é composto por uma série de fotografias do acervo pessoal do Pedro Braz, onde identifica-se momentos marcantes da Escola, como visitas técnicas, construção do novo prédio da Escola

Técnica Federal, excursões, desfiles cívicos, homenagens e viagens institucionais. Um dos registros mais interessantes que compõe o acervo são as fotografias do “Dia da Conciliação”, evento ocorrido em setembro de 1949 que movimentou a cidade de Aracaju. Como desdobramento do desentendimento entre os alunos do Colégio Estadual de Sergipe e Escola Industrial de Aracaju, ocorrido na segunda quinzena do mês de setembro do ano de 1949.

No dia 20 de setembro de 1949, o professor Joaquim Sobral, diretor do Colégio Estadual acompanhou seus alunos a uma visita a Escola Industrial e juntamente com Pedro Braz fizeram uma visita ao Governador José Rollemberg Leite. No mesmo dia eles visitaram o auditório da Rádio Difusora, onde houve uma série de discursos de ambos os diretores, do Prof. Humberto Moura e dos alunos Antônio Bonfim e Maria Amália Horta, pelo Colégio Estadual de Sergipe, o evento foi finalizado pelo jornalista Marques Guimarães e batizado pelo Diretor Joaquim Sobral de “Dia da cordialidade”.

A doação é composta também por alguns livros de engenharia e de alguns livros da Enciclopédia Barsa, alguns documentos (folhetos de propaganda e convites para eventos), jornais que retratam notícias como exemplo: o falecimento do próprio Pedro Braz, acontecida em outubro de 1972, e a inauguração do auditório Pedro Braz, localizado na antiga Escola Técnica, que ocorreu nesse mesmo ano, em sua homenagem por seus grandes feitos durante seu período de direção.

Destaca-se que Pedro Braz não foi um mero dirigente, mas o patrono é responsável por mudanças que transformaram a Instituição que hoje ela é. Uma instituição de destaque no ensino, pesquisa e extensão em diversas regiões do Estado de Sergipe oferecendo o ensino médio-técnico, superior e pós-graduação de forma gratuita e de qualidade.

Pesquisa no APES

O Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) tem sua origem como parte do Arquivo da Biblioteca Pública Provincial, criado em 1848, pela Lei estadual nº2.33/1848, para “guardar os originais ou cópias de quaisquer papéis do Governo Geral ou Provincial, cuja guarda no arquivo se julgar conveniente, e para notícias” (Dibrarq, 2023), sobre acontecimentos, descobertas científicas, progresso e artes.

No Governo de Maurício Graccho Cardoso foi criado oficialmente o Arquivo Público do Estado, Lei 845 de 15 de outubro de 1923, com a finalidade de armazenar e conservar, na classificação sistemática, todos os documentos relativos ao direito público, à legislação, à administração, à história e, em geral, às manifestações do pensamento científico, literário e artístico de Sergipe ou quaisquer outros documentos cujo depósito seja oficialmente determinado (Sergipe, 1923).

Em 1926, o Arquivo volta à condição de Seção da Biblioteca Pública, e só é criado novamente em 1945 pelo Decreto-Lei Nº 617, de 03 de abril de 1945. Com um acervo constituído por documentos impressos produzidos pela administração pública provincial e estadual, como: correspondências oficiais, leis, decretos, documentos da burocracia estadual, mapas, fotografias, jornais, entre outros (Oliveira, 2019).

O APES é uma instituição encarregada da salvaguarda e propagação dos documentos produzidos ao longo da história. Ao desenvolver atividades como a exposição itinerante “100 anos do Arquivo Público do Estado de Sergipe: história, memória e cultura”. Inaugurada na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e transitando por diversos lugares do Estado, como na cidade de Porto da Folha, onde os alunos do Centro de Excelência Governador Lourival Batista tiveram contato com o acervo e a cultura sergipana exposta pelo APES.

Outro projeto é o “Escola vem ao Arquivo” onde o Arquivo recebe a visita de estudantes vinculados à Rede Pública Estadual de Educação. São apresentados e desenvolvidos conceitos do arquivo e a apresentação de conceitos históricos do Arquivo, como a apresentação de cópias de documentos históricos disponíveis para consulta. Desta forma, o Arquivo cumpre seu objetivo de dar publicidade aos documentos e deselitizar o conhecimento.

O Arquivo rememora seu centenário fortificando a imagem da instituição enquanto protetor da memória e desenvolvedor de ações pedagógicas que contribuem para o desenvolvimento da construção da história sergipana.

No ano de 2022, foi assinado o acordo de cooperação técnica entre duas instituições, o APES e o IFS, com o propósito de viabilizar a pesquisa no acervo da instituição. A pesquisa foi realizada por alunas do curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe, bolsistas do Edital nº 20/2021 PIBIEX/PROPEX/IFS, que teve como objetivo dar continuidade ao resgate da História Institucional originária, por meio de pesquisas realizadas em fonte primária do Estado, nos documentos que compõem o acervo histórico do APES.

Essa coleta e estruturação de dados obtidos possibilitou que o MIFS potencializasse suas informações históricas, tornando-se base para o desenvolvimento de projetos expográficos disponibilizados de forma presencial ou online, divulgações nas plataformas digitais do Memorial, que vem alcançando cada vez um maior público e contribuindo para disseminação de informações sobre a história institucional de forma descontraída e de fácil compreensão.

Com os dados e informações históricas recolhidas foi possível atualizar o *hotsite* e nas redes sociais do MIFES para o público interno e externo. Essas informações memorialísticas são disponibilizadas de forma ordenada para a comunidade geral, discente, docente e técnicos.

Ao longo da execução do projeto, no ano de 2022, foram encontrados 136 documentos relacionados a linha histórica das escolas

originárias do IFS, entre as principais espécies documentais temos: ofícios institucionais recebidos, e os principais assuntos tratados nestas documentações foram transferência de cargo de diretor institucional permanente e interino, vias de folha de pagamento aos funcionários, ofícios afirmando o recebimento de materiais destinados às instituições, confirmação de recebimento de ofícios circulares, conforme demonstrado no quadro 1.

Quadro 1 – Amostra do Resultado da Pesquisa no APES (2022).

| Ano | Fundo IFS | Fundo Apes | Tema |
|------|--|---------------------|---|
| 1920 | Patronato Agrícola (1922 a 1926) | SEAPES G1 VOL. 1315 | Comunicado de que fosse tomada providências de despacho de livre direito volumes de azulejos vindo de trem para a EAA. |
| 1925 | Patronato Agrícola /Escola de Aprendizizes | SEAPES G1 VOL. 1961 | A documentação trata da posse do cargo de diretor substituto regulamentar da EAA sergipana por Carlos Torres Câmara. |
| 1926 | Patronato Agrícola | SEAPES G3 VOL. 641 | Entrega da 1ª via da folha de pagamento de trabalho semanal, destinada ao Sr. Gervazio da Costa Telles |
| 1926 | Patronato Agrícola | SEAPES G3 VOL. 641 | Entrega das primeiras vias da folha de pagamento do pessoal assalariado e operários assalariados. |
| 1935 | Patronato Agrícola | SEAPES E1 VOL. 24 | No Ofício nº 521, em 11 de março de 1935, Flávio C. Branco assume o exercício como diretor da Escola de Aprendizizes e Artífices. |
| 1935 | Patronato Agrícola /Escola de Aprendizizes | SEAPES E1 VOL. 249 | Documento relacionado a Directoria Agrícola - Aprendizizado Agrícola de Sergipe, que é o circular nº 185 de 22 de abril de 1935, tratando do agradecimento que Flávio Castelo Branco faz ao Dr. Heribaldo Dantas Vieira pelo atual cargo de diretor da Escola de Aprendizizes de Artífices. |
| 1935 | Patronato Agrícola | SEAPES E1 VOL. 437 | O circular nº 351 de 25 de julho de 1935, que trata da posse ao cargo de Diretor da Escola de Aprendizizes de Artífices pelo Armando Cesar Leite. |

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2023).

Pretende-se dar continuidade ao projeto devido à grandiosidade do IFS, e a grande quantidade de informações recuperadas que também terá como produto a catalogação dos documentos encontrados no APES referente às escolas originárias do IFS.

Como produto do projeto está se desenvolvendo o Catálogo “Janela Para o Conhecimento: Parceria Entre o Arquivo Público do Estado de Sergipe e Memorial do Instituto Federal de Sergipe”, que é um instrumento de pesquisa utilizado por instituições de memórias que apresenta e descreve os itens documentos do acervo.

A elaboração desse instrumento pelo MIFS possibilitará que pontos de acesso sejam identificados e permitam o acesso rápido e direto à informação sobre o conteúdo dos documentos. O catálogo será disponibilizado no *hotsite* do MIFS, assim como ao APES, para que os futuros pesquisadores possam localizar informações históricas pertinentes ao IFS e suas escolas originárias.

OS PARCEIROS E APOIADORES DO MEMORIAL DO IFS

Durante a existência do Memorial, principalmente em períodos organização e planejamento das Exposições anuais, algumas parcerias são consolidadas com o intuito de englobar os diversos Campi do IFS nas ações realizadas pelo MIFS. Uma das parcerias mais duradouras é como o Laboratório de História do IFS (LABHISTIFS) Campus Estância, coordenado pela Professora Lorena Campello, é um espaço destinado à pesquisa, ensino e extensão no campo da História. O laboratório conta com uma equipe de professores e alunos que desenvolvem projetos e atividades relacionados à história local, regional e nacional.

O LABHISTIFS no Instituto Federal de Sergipe, entre as principais atividades do laboratório, destaca-se a realização de pesquisas históricas sobre a região de Estância e suas relações com o contexto nacional. Os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do labora-

tório buscam compreender a dinâmica histórica da região, desde a época colonial até os dias atuais, e suas implicações para a formação da identidade local e regional.

A parceria buscou a participação dos alunos ligados ao projeto de forma ativa em duas exposições online, em 2021 e 2022, por conta do período pandêmico. A primeira, em 2021, apresentou de forma interativa, as peças que foram utilizadas ao longo dos anos no desenvolvimento das atividades e transformações vividas pelo IFS. E a segunda, em 2022, demonstrou como, ao longo de sua História, o IFS foi capaz de criar e gerir independências em seus alunos. Tornando-os homens e mulheres independentes tanto financeiramente, quanto culturalmente.

CATALOGAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS SOBRE IFS

A partir do ano de 2020, a equipe do Memorial elaborou pesquisas em repositórios acadêmicos com o intuito de levantar e catalogar as produções acadêmicas sobre o IFS. Ressalta-se que este trabalho é fundamental para a disseminação do conhecimento produzido sobre a instituição. Por meio da criação de um catálogo é possível que alunos, professores, pesquisadores e interessados em geral tenham acesso, de modo centralizado no *hotsite* do MIFS, a artigos, monografias, dissertações, teses, entre outros trabalhos acadêmicos, e possam se informar sobre as pesquisas desenvolvidas sobre o Instituto.

Além disso, o catálogo bem organizado e atualizado pode ser uma ferramenta importante para avaliação e planejamento das atividades acadêmicas no IFS. Pois, através da análise das produções realizadas, é possível identificar áreas de interesse e demandas por novos cursos e linhas de pesquisa, colaborando também com o auxílio na elaboração de políticas institucionais para a promoção da pesquisa e da inovação.

Outro ponto importante é que um catálogo das produções acadêmicas pode aumentar a visibilidade no cenário acadêmico nacional e internacional. Com a divulgação das pesquisas e trabalhos produzidos na instituição, é possível atrair a atenção de outros pesquisadores e instituições, além de fomentar parcerias e intercâmbios acadêmicos.

Por fim, é importante destacar que a produção acadêmica é uma das principais formas de disseminação do conhecimento e da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico. O catálogo das produções acadêmicas sobre o IFS contribui significativamente para a promoção desses objetivos, além de ser uma ferramenta para a gestão e aprimoramento das atividades acadêmicas realizadas na instituição.

DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

O MIFS ainda não possui uma versão física e usa de canais alternativos, como o *hotsite* e as redes sociais, como forma de difundir as pesquisas que são produzidas de forma contínua pela equipe que compõem o Memorial, assim como as exposições anuais para disseminação das informações coletadas e compiladas sobre o IFS.

Existe também a participação em eventos como a Primavera de Museus e à Semana Nacional de Museus, que são eventos de caráter nacional que são patrocinados pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), onde pode ser levado ao grande público as peças físicas que foram acumuladas desde o momento que teve início o projeto de recuperação da memória institucional através da implantação do Memorial em 2017.

O MIFS realizou quatro exposições de forma presencial nos anos de 2018 e 2019, em diferentes campus para demonstrar aos visitantes um panorama sobre a evolução da escola desde a sua fundação, os acontecimentos marcantes até o processo de ifetização, a exibição de documentos, fotos, banners e objetos musealizados.

A partir do ano de 2020 as exposições passaram a ser virtuais pela pandemia do covid-19. As exposições digitais foram realizadas através de vídeos contando a história e grandes acontecimentos, e sendo exibidas através do *hotsite* do MIFS, e das redes sociais, o Instagram e o Facebook.

Em 2022, com a aprovação do Plano de Contingência, instituído pela Deliberação CGIRC/IFS nº 24, de 22 de julho de 2022 “tem por base os cortes orçamentários empreendidos pelo governo federal em junho/2022 e seus impactos na condução eficiente e eficaz das políticas públicas executadas no Instituto Federal de Sergipe – IFS” (IFS, 2022), as exposições novamente, foram realizadas em formato virtual, alcançando um ótimo número de público visitante.

O planejamento e organização das exposições é realizada por uma equipe multidisciplinar formada por servidores, lotados em diversos campi do IFS, como Reitoria, Estância, Socorro e São Cristóvão, além da Assistente de Museus e dos bolsistas de museologia. Essa equipe é responsável por analisar os recursos expográficos, a comunicação visual, bem como o cronograma e demais recursos necessários e disponíveis para a realização desta exposição, seja ela virtual ou presencial.

As exposições têm como objetivo demonstrar como o IFS é uma das peças essenciais, ao longo dos seus 115 anos, para o apoio e crescimento social da população do Estado de Sergipe. Nesse sentido, no quadro 2, Exposições Realizadas pelo MIFES, constam as exposições realizadas pelo MIFS, assim como seus principais temas:

Quadro 2 – Exposições Realizadas pelo MIFS

| Ano | Fundo IFS | Fundo Apes | Tema |
|------|---|--|--|
| 2018 | Evolução do IFS | Teve como temática a linha temporal da instituição desde sua fundação até o ano de 2018 | Exposição física e presencial com acervo fotográfico e tridimensional |
| 2019 | “Escola ontem, IFS hoje: a educação profissional transformando vidas” | Teve como temática a linha temporal da instituição desde sua fundação até o ano de 2019, com embasamento em apresentação de palestras | Exposição física e presencial com palestras, acervo fotográfico e tridimensional |
| 2019 | Exposição fotográfica e documental | Teve como temática a linha temporal da instituição desde sua fundação até o ano de 2019, por meio de fotografias, documentários e documentos | Exposição física e presencial, com formato fotográfico e documental |
| 2020 | “Recuperando e reimaginando o MIFS” | Apresentação de forma interativa as peças disponíveis no MIFS que foram utilizadas ao decorrer das suas transformações históricas | Exposição virtual |
| 2021 | “O Futuro dos Museus: Recuperar e Reimaginar” | Apresentação de algumas peças do acervo museológico e imagens que marcaram a trajetória no IFS. | Exposição virtual |
| 2022 | “Independência e Museus: outros 200, outras histórias” | Servir de vitrine nacional para que possa propagar toda a cultura educacional da Instituição e o trabalho desenvolvido no Memorial do IFS nos últimos meses, trazendo vídeo de como se realizou a Independência do Estado de Sergipe, evolução institucional e o processo de emancipação da mulher no contexto da formação para o trabalho | Exposição virtual |
| 2023 | “Sustentabilidade e Bem-Estar e Educação Ambiental” | Demonstra em sua trama a importância da preservação ambiental e conscientização para o público visitante. | Exposição Virtual |

Fonte: Elaborado pelos Autores (2023).

Estas exposições têm como resultado a representação, não só do IFS, mas também da memória estadual voltada para a educação profissional e tecnológica do estado de Sergipe. Muitas figuras ilustres são tratadas e citadas nas apresentações, possibilitando ao público conhecer personagens importantes da história da educação, por meio da promoção e renovação do olhar sobre os fatos históricos, sob a ótica da diversidade cultural, da liberdade de pensamento, da inclusão, da pluralidade, de experiências vividas por alguns dos diversos atores institucionais.

CANAIS DE COMUNICAÇÕES DO MEMORIAL

Atendendo aos novos mecanismos de disseminação de informação o MIFS trabalha com a comunicação digital, com o objetivo de disponibilizar trabalhos desenvolvidos pelos sobre a memória institucional do IFS. Apresentando ao público, de forma online, relatos interessantes e históricos sobre o IFS, as escolas originárias e o Memorial. Os caminhos utilizados para disponibilizar essas memórias ao público são *hotsite* e os perfis em duas plataformas de rede social: Instagram (@ifsmemorial) e Facebook (@ifsmemorial).

No *hotsite* é apresentado o MIFS, percorrendo o caminho de sua criação até os tempos atuais do desenvolvimento das suas ações e canais abertos e comunicação (memorial@ifs.edu.br). Na página inicial, discorre sobre a criação, objetivo e missão do MIFS, além da disponibilização da carta elaborada pela Reitora Professora Ruth Sales que discute a importância da recuperação da memória e do MIFS para a instituição. O usuário encontra a linha do tempo do IFS que demonstra a evolução histórica das duas escolas originárias paralelas e sua conexão por meio ao se tornarem IFS.

As fotografias disponibilizadas no *hotsite* do MIFS estão restritas aos registros do Campus Aracaju e estão organizadas em fundos:

Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial. Escola Industrial, Escola Técnica Federal de Sergipe, CEFET e IFS. Cabe ressaltar que as fotos estão alocadas no Pinterest, que é uma rede social de compartilhamento de fotos.

Há disponíveis publicações científicas (teses, TCC, dissertações, artigos) que por meio dos estudos realizados por diversos pesquisadores contam um pouco da história da instituição. Os documentos também são contemplados, eles foram digitalizados e podemos contar com a exemplo o discurso marcante da Professora Leyda Régis na inauguração do auditório Pedro Alcântara Brás, um dos maiores diretores da instituição.

Encontramos também o Decreto 7.566 de 1909 que sinaliza sobre a criação das Escolas de Aprendizes Artífices, o Decreto nº942 de 16 de julho de 1926, mudou o nome de Patronato São Maurício para Patronato Francisco de Sá. E também temos o Decreto 23.722 de 9 de janeiro de 1934 onde federaliza o Patronato Cyro de Azevedo que anteriormente chamava-se Patronato São Maurício e também Francisco de Sá

Outra fonte de pesquisa no *hotsite* são os jornais do século XX, digitalizados através de um convênio com a Petrobrás e pertencem ao Instituto Histórico Geográfico de Sergipe e disponibilizados no repositório da Universidade Federal de Sergipe (UFS), encontramos relatos sobre a matrícula de alunos na Escola de Aprendizes em 1911, a inauguração do prédio da Rua Lagarto e posse do Dr. Augusto Leite como Diretor da Escola de Aprendizes. Sobre São Cristóvão, temos notícias de como o prédio da Escola surge no Povoado Quissamã, a inauguração do Prédio no ano de 1924 e exigências para matrículas de alunos em 1957.

As entrevistas visam obter mais informações sobre o desempenho de personalidades marcantes na história do ensino profissional no IFS e, conseqüentemente, expor seus conhecimentos por meio da história oral. Elas estão armazenadas no Youtube na playlist do

Memorial dentro do Canal Oficial do IFS. O MIFS já realizou onze entrevistas com diversos personagens: quatro de ex-diretores, quatro de ex-alunos, duas servidoras aposentadas e um servidor que ainda se encontra na ativa. As entrevistas contam com personalidades como o egresso José Augusto de Andrade que discorre sobre sua trajetória acadêmica, e a ex-diretora da antiga Escola Técnica de Sergipe Lenalda Santos que relata a criação de um restaurante estudantil durante a sua gestão, assim como a consolidação da Unidade Descentralizadora de Lagarto (UNED).

No *hotsite* também estão disponíveis exemplares da Revista Sergipe Artífice lançada em setembro de 1934, em comemoração ao aniversário de fundação da escola. A revista, como afirma Santos (2000), confere força, significado e visibilidade a Instituição, do qual se faz veículo de divulgação e propaganda cívica. Além de funcionar como disseminador de informações, como a divulgação das oficinas ofertadas nos cursos de Tipografia e Encadernação, cursos recém-criados na Escola.

A Revista teve quatorze números publicados. Há relatos de que existem exemplares físicos no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). Elas estão disponibilizadas para acesso no *hotsite* do MIFS, digitalizadas e inseridas no repositório da Universidade Federal de Santa Catarina, suas publicações obedeceram ao intervalo que vai de 1934 a 1945.

No *hotsite* também podemos contar com as fotografias e matérias registradas em eventos realizados pelo MIFS, assim como suas participações em diversos eventos institucionais ou externos colaborativos. Entrando em novos tempos tecnológicos, o MIFS criou suas redes sociais: Instagram e Facebook. Essas plataformas digitais são as principais redes sociais do MIFS e ambas exercem um papel similar, pois o material postado no Instagram é repostado no Facebook.

A criação do Facebook ocorreu durante o período pandêmico, surgindo com o intento de atingir as pessoas de uma faixa etária

maior, por exemplo, os alunos da Escola Técnica Federal de Sergipe ou Escola Agrotécnica. O intento de atingir esses alunos não foi alcançado, com isso não se fez mais eventos exclusivos pelo Facebook.

O Instagram é a plataforma que alcança maior engajamento, dividindo suas publicações entre *stories* com questionários e divulgação de eventos, posts no *feed e reels* e vídeos de média duração. Utilizando essas ferramentas o MIFS realiza exposições; informações pertinentes aos campi, posts em celebração de datas comemorativas; *repost* de informações e projetos institucionais desenvolvidos atualmente; atualizações da linha do tempo da Instituição; curiosidades atuais e sobre as antigas instituições originárias do IFS, com o quadro “Você sabia”, informações das doações recebidas pelo MIFS, homenagens a figuras marcantes na história da instituição.

Além dessas ações, há valorização de atividades desenvolvidas pelos alunos na atualidade, como por meio de publicações referentes a seu desempenho no ENEM, e exemplo das quatro alunas do campus Estância que conquistaram quatro das cinco vagas destinadas a alunos de escola pública no vestibular de medicina da Universidade Tiradentes (UNIT), para ingresso 2023.1, ou no post sobre o aluno Jeffeter Gabriel Santos de Jesus que carregou a tocha nos Jogos Olímpicos de 2016, após vencer um concurso de redação organizado pelo Ministério da Educação (MEC), com quase 7 mil visualizações.

O conteúdo e desenvolvimento dos posts do Instagram são determinados a partir do plano museológico do MIFS, uma vez que o memorial tem como objetivo a valorização da história institucional, adaptando as temáticas às melhores estratégias de engajamento da rede. Os posts são publicados em celebrações de datas comemorativas, sejam para o IFS ou para a sociedade, a exemplo da inauguração do campus poço redondo e a ação realizada no Dia Internacio-

nal da Mulher, que foi apresentado através de um *reels* “As Mulheres no IFS antes do processo de ifetização”.

As exposições anuais também são realizadas pelo Instagram do MIFS, a exemplo, da 7ª exposição de tema: Sustentabilidade e Bem-Estar e Educação Ambiental, que ocorreu no mês de maio de 2023, na qual um dos seus vídeos expositivos teve em média 776 reproduções e 891 seguidores acompanhando a postagens habituais onde preocupa-se em contar a história da Instituição desde as suas escolas originárias até os dias atuais hoje.

Assim, os projetos expográficos, as pesquisas institucionais e as ações desenvolvidos pelo MIFS, ocasionaram o resgate memorialístico da história institucional, e está presente em mais de 114 anos de história, registrada em sua linha temporal ligada fortemente com eventos e evoluções marcantes na educação do Estado Sergipano, como também, na estruturação e formação popular e social do estado, assim como do País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão documental desenvolvida e trabalhada pelo setor da CGPA engloba a salvaguarda e memória institucional do ensino profissional do IFS, contribuindo com a administração pública tendo benefícios como redução de custos, melhora na eficácia das atividades administrativas, conscientização dos servidores sobre a gestão documental e museal. Tendo também a conscientização ambiental quando se trata do desenvolvimento da tramitação pelo SEI, que é feita de forma online sem uso de papel sendo produzidos, armazenados e tramitados sem o uso da folha de papel e também como bônus reduzindo o tempo de espera da conclusão do mesmo.

O MIFS é ligado à CGPA não somente de forma hierárquica, mas também de forma aplicada, com os métodos de salvaguarda e disseminação da memória do IFS por meio dos projetos desenvolvidos,

exposições elaboradas e trabalho em suas redes sociais. A história do IFS vem sendo resgatada, em meio às pesquisas e organização do acervo do MIFS, e possibilitando acesso à memória da formação educacional e profissionalizante do estado de Sergipe, por meio da evolução do IFS contada e registrada pelo Memorial.

O MIFS auxilia na construção e aprimoramento da história e identidade institucional do IFS, tornando-se uma fonte de consulta memorialística individual e coletiva abrangendo não só um acervo tridimensional, como também fotográfico, com trabalhos acadêmicos, jornais e audiovisuais de forma gratuita e educacional. Contribuindo assim não só com o público interno, estudantes e servidores institucionais, mas também com a comunidade externa. Também colabora com o crescimento e conhecimento profissional dos estudantes de museologia, que participam dos projetos de extensão, assim como os ou colaboradores que aplicam seus conhecimentos teóricos e práticos no MIFS.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.** Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4073-3-janeiro-2002-430431-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909.** Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 23.722, de 9 de janeiro de 1934.** Transfere para o Ministério da agricultura serviços agrícolas regionais dos Estados de Sergipe, Pernambuco e Alagoas, abre crédito para o respectivo custeio e dá

outras providências. Brasília: Presidência da República, 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23722-9-janeiro-1934-513353-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

CONSELHO SUPERIORCONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015.** Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelecediretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Brasília: CNA, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015>. Acesso em: 12 maio 2023.

DIBRARQ. Diretório Brasil de Arquivos. **Arquivo Público Estadual de Sergipe**, 2023. Disponível em: https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/78ec-s4qc-tpgq?sf_culture=en. Acesso em: 10 jun. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Deliberação CGIRC/ IFS nº 24, de 22 de julho de 2022.** Aprovar o Plano de Contingência – Orçamento IFS/2022, em decorrência dos cortes orçamentários empreendidos pelo governo federal em junho/2022 e seus impactos na condução eficiente e eficaz das políticas públicas executadas no Instituto Federal de Sergipe - IFS. Disponível em: <https://sigrh.ifs.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=985878&key=16c31b2f1ef-053f9e149ba2c4d023e9e>. Acesso em: Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Edital nº 20/2021/PROPEX/IFS/Reitoria-Programa de Bolsas Institucionais de Extensão - PBIEX 2, de 08 de setembro de 2020.** Aracaju: Instituto Federal de Sergipe, 2020. Disponível em: <http://www.ifs.edu.br/editais-propex/editais-propex-4/9736-edital-n-20-2021-propex-ifs-reitoria-programa-de-bolsas-institucionais-de-extensao-pbiex-2>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Portaria nº 1.685, de 15 de junho de 2018.** Cria o Memorial do Instituto Federal de Sergipe na Reitoria, subordinado à Coordenadoria Geral de Protocolo e Arquivo, vinculado à Coordenadoria dos Arquivos Histórico e Memorial, CHISM. Aracaju, SE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2018. Disponível em: http://www.ifs.edu.br/imagens/2Memorial/Cria%C3%A7%C3%A3o_do_Memorial_do_IFS.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE. **Resolução CS/IFS nº 106, de 15 de setembro de 2022.** Dispõe sobre a Política de Gestão de Documentos do IFS. Aracaju, SE: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, 2022. Disponível em: https://sig.ifs.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf;jsessionid=3962CA54348777263743D407DABE8F59.srv3inst1. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, Raianne Pereira de. **A memória cultural sergipana na perspectiva do departamento de cultura e patrimônio histórico (DCPH, 1970-1975).** 2019. 128 f. Mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Sergipe, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/6704/2/Daniela%20Santos%20de%20oliveira.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

PATRÍCIO, Solange. Educando para o trabalho: a Escola de Aprendizes Artífices em Sergipe (1911-1930). 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003. Disponível: <https://repositorio.ifs.edu.br/biblioteca/handle/123456789/821>. Acesso em: 12 mar. 2023.

SANTOS, Jailton Alves dos. A trajetória da educação profissionalizante. *In*: LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cyn-

thia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

SILVA, Manuela do Nascimento. **Política de gestão documental do Instituto Federal de Sergipe**, IFS. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2021a. 92 p. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14591/2/MANUELA_NASCIMENTO_SILVA-Produto_Educacional.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

SILVA, Manuela do Nascimento. **Política de gestão documental na coordenação geral de protocolo e arquivo do Instituto Federal de Sergipe**: documento-metodológico de adoção universal nos fundos documentais custodiados. 2021b. 149 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/14590/2/MANUELA_NASCIMENTO_SILVA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Alessandro Carvalho Bica

Professor Associado III, Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos - PHERA UNI-PAMPA, campus Bagé. Licenciado em História (UFPel - 1997), Mestre em Educação (2006 - UFPEL), Doutor em Educação (2014 - UNISINOS).

Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas

Graduação em Pedagogia, Mestrado (1995) Doutorado (2003) em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Historiadora da Educação. Membro do Grupo de Pesquisa (por favor Joaquim, inclua o nome do nosso grupo de pesquisa). Temas de pesquisa: História da Educação de Sergipe; História da Profissão Docente; História das Instituições Escolares; História da Cultura Escolar e Livros Didáticos. E-mail: anagbueno@academico.ufs.br

André Luiz Paulilo

André Luiz Paulilo – Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, é docente na Faculdade de Educação da Unicamp onde coordena a Linha de Pesquisa Educação e História Cultural do Programa de Pós-Graduação em Educação. Atualmente, coordena o Centro de Memória-Unicamp. É pesquisador do CNPq.

Anna Beatriz Gomes de Oliveira

Graduanda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista voluntária PIBIC na área de Filologia: “Edição e estudo filológico e epistolográfico de correspondências a Epifânio Dória”, orientado pela Prof. Dr^a. Renata Ferreira Costa Bonifácio. Participação no PIBID Interdisciplinar na área de Português de nov./2022 a abr./2024.

Brenda França Santos

Estudante e membro do Centro Acadêmico do curso de Museologia, gestão (2021-2022) pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do grupo de estudos InfoDocumentar do departamento de Biblioteconomia e Documentação (2022) da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista no Memorial do Instituto Federal de Sergipe (2022). Tem experiência na área de educação cultural, catalogação, conservação e mídias sociais.

Cristiano Ferronato

Licenciado em História pela Universidade Estadual de Maringá (2003), Mestrado (2006) e Doutorado (2012) em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (2001). Professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT). Líder do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN/UNIT/CNPq).

Dóris Bittencourt Almeida

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS), Professora Associada de História da Educação da Faculdade de Educação da UFRGS e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisa Garpe/CNPq - Arquivos, Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação. Bolsista Produtividade em Pesquisa CNPq/Nível PQ-2
Orcid: 0000-0002-4817-0717

Eva Maria Siqueira Alves

Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Sergipe. Membro do Grupo de Pesquisas Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). Coordenadora emérita do CEMAS. E-mail: evasa@uol.com.br.

Gabrielle do Nascimento Matos

Possui graduação em História e Museologia pela Universidade Federal de Sergipe em experiência na área de Museologia, com ênfase nos seguintes temas: museu, folclore, laranjeiras, escravidão e resistência e história da educação.

Ingrid Maria de Aquino Cardoso

Bacharel em formação no curso de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) - CampusLar, atualmente exerce o trabalho como bolsista voluntária no arrolamento e documentação de fichas técnicas do Museu do Homem Sergipano (MUHSE). Também já foram executados trabalhos com o Memorial do Instituto Federal de Sergipe (MIFS) durante alguns meses, sendo realizadas pesquisas para alimentação da plataforma digital do mesmo e auxílio no cadastro de novos acervos para a instituição.

João Paulo Gama Oliveira

Professor da Universidade Federal de Sergipe com atuação no Departamento de Educação (DEDI) e nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA). Líder do Grupo de Pesquisas Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). Coordenador do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. E-mail: profjoapoulogama@gmail.com.

Joaquim Tavares da Conceição

Doutor em História (UFBA), pós-doutorado em Educação (Unicamp). Professor Titular da UFS, com atuação no Colégio de Aplicação, no PP-GED de no ProfHistória. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - PQ 2. Líder do Grupo de Pesquisa em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas (GEPHED/CNPq/UFS). Criou e coordena o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória do Colégio de Aplicação da UFS (Cemdap). E-mail: joaquimcodapufs@gmail.com

Lethícia Pesanha da Silva

Graduanda em Letras Vernáculas pela Universidade Federal de Sergipe. Pesquisadora voluntária PIBIC na área de Literatura com o plano: “As marcas corporais do estupro na literatura de María Fernanda Ampuero e Sheyla Smaniotto”, orientada pelo Prof. Dr. Carlos Magno Santos Gomes. Participação no PIBID na área de Língua Portuguesa durante o período de 2024 a 2026.

Luzinete Moreira da Silva

Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB - Campus VII (1999), Mestra em Educação Profissional pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional - PPGEP/IFRN. Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes – UNIT. Exerce o cargo efetivo de pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

Manuela do Nascimento Silva

Graduada em arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (2014) e graduada em Secretariado Executivo pela Universidade Federal da Bahia (2007). Mestre de Gestão da Informação e do Conhecimento pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente é arquivista do Instituto Federal de Sergipe. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Organização de Arquivos.

Maria Teresa Santos Cunha

Doutora em Educação/História e Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada e mestra em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (Udesc), Professora Aposentada da UFSC e Vice-Líder do Grupo de Pesquisa Garpe/CNPq/ - Arquivos, Arquivos Pessoais, Patrimônio e Educação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq/Nível 1-D. Orcid: 0000-0001-6200-6713

Olivia Moraes Medeiros Neta

Doutorado em Educação, mestrado em História e graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista Produtividade em Pesquisa - PQ 2/CNPq. Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte exercendo o cargo de Pro-reitora Adjunta de Pesquisa (2023-atualidade). É professora no Programa de Pós-Graduação em Educação (UFRN) e no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Rosemeire Marcedo Costa

Professora do Departamento de Educação (DED) da Universidade Federal de Sergipe. Integrante do Grupo de Pesquisas Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem (DEHEA/UFS/CNPq). E-mail: rose.marcedo@gmail.com.

Simôni Costa Monteiro Gervasio

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2024); Mestre em Ensino pela Universidade Federal do Pampa (2019); Especialista em Educação e Diversidade Cultural (2017) e Linguagem e Docência (2014), ambas pela Universidade Federal do Pampa; Licenciada em Pedagogia (2012) pela Universidade Estadual do Rio

Grande do Sul e Bacharel em Comunicação Social (2009) pela Universidade da Região da Campanha. Participa do Grupo de Pesquisas em História da Educação, Repositórios Digitais e Acervos Históricos da Unipampa, campus Bagé.

Thais Fernanda Vicente Rabelo Maciel

Professora de Música no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Sergipe. Possui Doutorado (UFMG) e Mestrado (UFBA) em Musicologia. É Licenciada em Música (UFS) e formada em Piano (Conservatório de Música de Sergipe). Coordena o Centro de Estudos em Musicologia e Patrimônio Musical Sergipano (CEMUSE/UFS) e integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHED), o Centro de Estudos dos Acervos Musicais Mineiros (CEAMM) e o grupo Patrimônio Musical no Brasil da UFPA (PatriMusi). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1939-038X>

Trata-se de um livro que brinda leitores e leitoras com uma hermenêutica de diversificados documentos problematizados como fontes e tratados em abordagens contemporâneas levando em conta as suas especificidades. Manuscritos, impressos, presentes em repositórios digitais, iconográficos, pessoais, institucionais, os documentos que forneceram a base empírica para os artigos aqui expostos alargam de maneira exponencial a possibilidade de elaborar trabalhos a partir da consulta documental e da tecnologia nos múltiplos espaços virtuais que caracterizam o fenômeno da pesquisa na sociedade digital do tempo presente.

Mais do que necessária e bem articulada, a iniciativa da publicação deste livro, deve ser saudada por indicar, descrever, divulgar e analisar estes registros de historicidade legados e salvaguardados em diferentes espaços de conservação, muitos deles oriundos e produzidos pelas escolas. Os autores e autoras dos artigos aqui dados a ler são profissionais atuantes na temática e apresentam suas reflexões em instigantes narrativas para a valorização do Patrimônio Histórico-Educativo que vêm ocupando, cada vez mais, espaço nas pesquisas em História da Educação e que pretendem, igualmente, encorajar outras pesquisas e futuras preservações.

Maria Teresa Santos Cunha, Historiadora

Professora Titular/ UDESC/SC

Professora UFSC/ SC Aposentada

APOIO

